



Universidade Federal
de São João del-Rei

MESTRADO EM HISTÓRIA

JOSIANY ELIZA BUENO DE REZENDE

**MULHERES QUE (DES)ESCREVEM: O *STELLA MARIS* ENQUANTO UM
PERIÓDICO FEMININO (1938-1947)**

São João del-Rei

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
JOSIANY ELIZA BUENO DE REZENDE

**MULHERES QUE (DES)ESCREVEM: O *STELLA MARIS* ENQUANTO UM
PERIÓDICO FEMININO (1938-1947)**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito para o título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti.

São João del-Rei

2022

***“A MULHER É A ÁGUA QUE DORME, O PÂTANO NO QUAL O
GUERREIRO SE AFUNDA, O SILENCIO QUE DISSIMULA”***

(Michelle Perrot)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço o apoio incondicional que recebi dos meus pais – José e Nilvanda e da minha família: minha avó Eliza; minha tia Márcia e a todos os familiares que contribuíam para o sucesso deste. Desde a graduação em História até o mestrado, sempre me incentivaram a continuar e a persistir no caminho acadêmico. Não posso deixar de lado meu irmãozinho, que de -inho não tem nada, que sempre quando eu estava no quarto redigindo a dissertação vinha perguntar se ele “poderia deitar num cantinho”, geralmente a criança tomava conta da minha cama e terminávamos por assistir *Chaves*, desvios necessários para a saúde mental de qualquer mestranda.

E, por falar em saúde mental, nem tudo são flores... passei por um período extremamente complicado, onde desenvolvi depressão e transtorno de ansiedade. Tudo isso foi extremado com a pandemia do novo coronavírus. A Covid-19 fez com que minha saúde mental quase entrasse em colapso, foram inúmeras as vezes que pensei em jogar o mestrado pelos ares, duvidava constantemente da minha capacidade em chegar ao final: à defesa dessa dissertação. E, mesmo com as diversas dificuldades, seja a saúde mental, seja o acesso às fontes uma vez que com a pandemia os locais ficaram restritos, cheguei até aqui! Agradeço imensamente a paciência e didática do meu orientador – Danilo José Zioni Ferretti - em apontar os caminhos possíveis para desenvolver a pesquisa, muito obrigada à banca que muito prontamente aceitou o convite em participar da defesa, e, por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos.

Amigos que, mesmo distante, sempre se fazem presentes! Elder Costa Oliveira, Gabriely Ferreira, Jean Carlos, Maria Custódio, Marlon Gouvêa... pessoas que seja nos momentos de desespero e crises de ansiedade ou em momentos de felicidade, sempre estiveram do meu lado! Eu agradeço imensamente por ter vocês na minha vida! Ah, não me esqueci de você, Arthur Marinho, quem eu sempre recorria quando precisava dos jornais sanjoanenses da primeira metade do século XX, meu muito obrigado!

Enfim, agradeço a todos os professores que passaram pela minha formação, aprendi muito com vocês! Agradeço também à direção do Colégio Nossa Senhora das Dores, sempre muito solícito em abrir as portas do Colégio

para as minhas pesquisas. Do mais, com certeza essa pesquisa deixou algumas lacunas, que muito provavelmente serão sanadas em pesquisas futuras!

RESUMO

Pretende-se analisar o periódico produzido pelas alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores, situado na cidade de São João del-Rei, tendo como recorte temporal 1938-1947. Analisamos a atuação dessas mulheres na imprensa e no espaço público da cidade. Mulheres católicas, ensinadas para atividades do cuidado e do meio doméstico, provavelmente motivadas pela *Ação Católica*, se colocam no espaço público por meio de um impresso. A partir dos vestígios apresentados no texto, levantamos a hipótese que esse circulava para além dos muros do Colégio. Em última instância, essas mulheres, inspiradas por um ideal mariano, se colocam enquanto aquela que ensina, mesmo extrapolando os limites do espaço doméstico. Percebemos que, para elas, a linha que divide o espaço público do doméstico é fina e em algumas situações se sobrepõe uma à outra.

PALAVRA-CHAVE: mulheres – imprensa – Ação Católica

ABSTRACT

It is intended to analyze the periodical produced by the students of Colégio Nossa Senhora das Dores, located in the city of São João del-Rei, having as time frame 1938-1947. We analyzed the performance of these women in the press and in the public space of the city. Catholic women, taught for care and domestic activities, probably motivated by the *Catholic Action*, put themselves in the public space through a form. From the traces presented in the text, we raised the hypothesis that it circulated beyond the walls of the College. Ultimately, these women, inspired by a marian ideal, place themselves as the one who teaches, even when extrapolating the limits of the domestic space. We realize that, for them, the line that divides the public space from the domestic is thin and in some situations they overlap one another.

KEYWORDS: women – press – Catholic Action

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9
<i>Gênero e História das Mulheres</i>	11
<i>Táticas</i>	13
<i>Nação e nacionalismo</i>	14
<i>Usos da Imprensa na pesquisa histórica</i>	16
<i>História das Representações</i>	18
<i>A fonte: o jornal feminino-estudantil Stella Maris</i>	19
CAPÍTULO I - PAPÉIS FEMININOS: ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO?	25
<i>Mulheres, ação, caridade e religião: A Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo</i>	28
<i>A Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo: origem e chegada a São João del-Rei</i>	32
<i>Educar as mulheres: o Colégio Nossa Senhora das Dores</i>	37
<i>Mulheres católicas e o espaço público</i>	41
CAPÍTULO II - STELLA MARIS: A LINHA TÊNUE ENTRE A IMPRENSA FEMININA E A IMPRENSA CATÓLICA	52
<i>A Igreja católica e a imprensa</i>	52
<i>As mulheres, a escrita e a imprensa</i>	58
<i>O Stella Maris enquanto imprensa feminina</i>	64
<i>Profissões e trabalhos de mulher: O magistério enquanto profissão feminina</i>	68
<i>O Stella Maris e a formação da mãe-cívica</i>	73
CAPÍTULO III - MULHERES QUE (DES)ESCREVEM	80
<i>Mulheres que escrevem: A nação escrita no Stella Maris</i>	80
<i>Mulheres que se descrevem: A feminilidade nas páginas do Stella Maris</i>	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
FONTES E REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

“Acendeis nas almas infantis a sagrada chama do patriotismo ensinando-lhes a conhecer e amar o Brasil [...]”¹

É possível compreender a História Cultural como a forma em que “diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler”. Sendo assim, a História passa a ser lida como um estudo dos processos com o qual se constrói um sentido, quebrando com a máxima de que os textos e as obras eram dotados de uma percepção que lhes eram próprios, únicos e intrínsecos².

Desde meados do século XX, tem-se realizado uma História de caráter multidisciplinar. Sendo assim, os excluídos da História tradicional de cunho historicista, a saber: os operários, as mulheres, os prisioneiros, os marginalizados, enfim, “os transgressores da lei burguesa”³ ganham seu espaço nos debates historiográficos. Esses sujeitos ocultados aparecem principalmente pelo rompimento com a ideia de um ser humano universal, heroico e pela diversificação das fontes: deixa-se de prezar apenas pelas fontes oficiais do Estado para dar espaço também a fontes não oficiais, como os jornais, revistas, relatos orais, diários privados. Enfim, a expansão do espectro das fontes, aliada à multidisciplinaridade da história, no nosso caso, com a Educação, a Literatura e a Comunicação, enfim, a expansão do espectro possibilitou a análise da história-problema aqui proposta.

O objetivo desta dissertação é analisar as publicações presentes no jornal *Stella Maris* (1938-1947). O impresso foi escrito pelas alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores, instituição dirigida pelas Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, da cidade de São João del-Rei. O recorte temporal trabalhado foi de 1938 à 1947, haja visto as conjunturas presentes no impresso. Durante esse período é perceptível a preocupação com a qualidade física do periódico,

1 Pequeno resumo do discurso pronunciado pelo Snr. Professor José Lopes de Faria. In: STELLA MARIS, São João del-Rei. Outubro/novembro/dezembro de 1938, p.10.

2 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Algés – Portugal: Difel, 2. Ed. 1987, p.17.

3 PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 8.

percebemos que após 1947 a qualidade do papel é inferior às produções aqui trabalhadas. Além disso, é durante o nosso recorte que se insere a maior quantidade de textos relacionados à disseminação de uma *identidade nacional* católica, ordeira e, em última instância, tendo em Vargas a autoridade responsável pela ordem social pregada pelo periódico. Além disso, há a presença de textos que abordam temas relacionados ao o que essas mulheres se dedicavam a escrever, seja em âmbito do debate *público*: a pátria/nação – trazendo consigo seus heróis e personalidades digna de culto, tal como Getúlio Vargas; seja de foro mais *íntimo*, textos que deixam transparecer o modelo de feminilidade ideal para as católicas que escreviam o impresso, esse, marcado pelo ideal mariano.

Para além disso, analisaremos as formas como esses temas se relacionam, visando conformar a *mulher da Ação Católica* em solo sanjoanense. Entendendo o jornal a partir da concepção de imprensa feminina, vamos compreenderemos como esses temas foram tratados como necessários aos conhecimentos das mulheres, uma vez que a elas era indicado saberes que giravam em torno da economia doméstica e da maternidade.

O texto é dividido em três capítulos, além da introdução. Ainda na introdução discorremos sobre os conceitos e métodos fundamentais para a pesquisa, além de ser apresentado a fonte aqui trabalhada: o jornal *Stella Maris*. No primeiro capítulo “Papéis femininos: entre o espaço público e o privado?” perpassamos a relação da mulher religiosa e sua atuação no espaço público, para isso, apresentamos um histórico as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, responsáveis pela direção do Colégio Nossa Senhora das Dores, local onde estudavam as redatoras do *Stella*.

O assunto do segundo capítulo é a imprensa, intitulado de: “*Stella Maris*: a linha tênue entre a imprensa feminina e a imprensa católica”. Nele, analisamos as aproximações e distanciamentos entre a imprensa católica e o *Stella*, aqui caracterizado enquanto imprensa feminina. Por fim no último capítulo, “Mulheres que (des)crevem”, adentramos mais propriamente o universo da escrita dessas mulheres, observamos o que elas escrevem, principalmente a relação desses textos e a conformação de uma ideia de *nação*, e, o que esses textos nos transmitem sobre essas mulheres, sobre seu ideal de feminilidade.

Posto isto, se faz necessário delimitar os conceitos e métodos aqui utilizados.

Gênero e História das Mulheres

Para dar luz ao nosso problema, operaremos a partir das reflexões de uma História das Mulheres e da centralidade do conceito de gênero. Podemos “datar” o início da História das Mulheres e de gênero a partir da renovação historiográfica da década de 1970-1980. Rachel Soihet aponta que, na década de 1970,

grandes transformações assinalavam a historiografia, os grandes temas em que os donos do poder ocupavam o cenário, cediam lugar a temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse. Some-se a esse processo a segunda vaga do feminismo, ocorrido a partir de fins dos anos 1960, do que resultou um fértil intercâmbio, alçando-se as mulheres à condição de objeto e sujeito da história⁴.

Maria Odila da Silva Dias salienta que, após essa renovação, a historiografia passou a incorporar uma diversidade interpretativa e uma multiplicidade de perspectivas analíticas, integrando assim os contextos sociais definidos pela experiência feminina e possibilitando a erupção da história das mulheres e das relações de gênero⁵. Através da história social, e depois com o advento da história cultural, foi possível aos historiadores buscarem desmistificar as concepções sobre a submissão e a passividade das mulheres, a partir daí, tempos mais tarde, no Brasil, tem-se as discussões acerca do Gênero⁶.

Gênero é um conceito que coloca em xeque a existência de uma identidade natural, biológica. Através dessa categoria de análise, torna-se possível historiar os papéis femininos e masculinos, demonstrando a construção social neles envolvidos. Assim sendo, a palavra indica “uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”⁷. É possível compreender a categoria como um conhecimento que

4 SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento. In. *Cadernos de Pagu*. n. 11, 1998, p. 77.

5 DIAS, Maria Odila da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectivas. In. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 44.

6 SOIHET, *op.cit.* p.79.

7 SCOTT, Joan. Gênero: categoria útil de análise histórica. In.: *Educação e Realidade*. 20 (2): jul./dez. 1995, p. 72.

estabelece significados para as diferenças corporais, ou seja, biológicas. Esses significados são variáveis de acordo com a sociedade, a cultura e o tempo em que os sujeitos estão inseridos. Para além disso, essas diferenças corporais são responsáveis pela construção de relações de poder, fazendo com que os papéis definidos aos homens e mulheres se tornem algo natural, perdendo a historicidade dessas relações⁸.

A utilização do referido conceito na historiografia, permite extrapolar uma causalidade geral e universal partindo para uma análise baseada no significado das interações sociais. Para buscar o significado, “precisamos lidar com o sujeito individual, bem como a organização social, e articular a natureza de suas interrelações”⁹. Sendo assim, gênero é uma relação de poder, resultante das ações dos sujeitos dentro de uma situação histórica e cultural específica, não sendo uma determinação estrutural, mas sim, resultado de uma interação social¹⁰. Não há por que considerar “a oposição masculino/ feminina [com] [...], uma carga de definições culturais herdadas do passado [sendo] [...] fixas ou inatas”¹¹. Cabe então à historiografia demonstrar as formas de atuação feminina dentro destes espectros histórico-culturais.

Entretanto, Soihet aponta que, apesar da relevância das análises de Scott, há um forte apelo ao uso do gênero no âmbito político, seja enquanto análise da participação feminina no meio político, ou dos usos que atualmente se fazem do conceito enquanto pauta conservadora no espaço público – como a tão atual (e inexistente) *ideologia de gênero*. Assim, tomar o conceito apenas pela visão da atuação política feminina de forma ativa, seria limitar a pesquisa com relação ao cotidiano – espaço que são mobilizadas diversas *táticas* femininas, permitindo descolocar ou subverter as relações de dominação¹².

Como nosso problema também perpassa o cotidiano, ampliaremos a noção do conceito delimitado por Scott — nos amparando nas historiadoras brasileiras já citadas — para expandir o termo aqui discutido indo além do

8 SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, p. 2.

9 SCOTT, Joan. Gênero: categoria útil de análise histórica, 1995, p. 86.

10 BRENNER, Johanna; LASLETT, Barbara. *Gender and social reproduction: historical perspectives*. In: *Annual Rev. Sociol*, n. 15, 1989, p. 381-384.

11 DIAS, Maria Odila da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectivas. In. *Uma Questão de Gênero*, 1992, p. 42.

12 SOIHET, Rachel, *op.cit.*, p. 80-82.

político, passando a utilizá-lo para analisar as construções e normatizações dos papéis de gênero possíveis de serem lidos no periódico *Stella Maris*.

Táticas

Outro termo importante para as nossas análises é a categoria analítica das táticas, elaborado por Michel de Certeau. As táticas estão ligadas a um outro conceito, as *estratégias*. O autor discorre que a *estratégia*:

postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças [...] é um lugar do poder e do querer próprios¹³.

Destarte, as estratégias seriam as instituições e os sujeitos que detêm o domínio de si, que independem de eventos exteriores a eles. Estes detêm o que Certeau (1998) denomina de “vitória do lugar sobre o tempo”, no qual os grupos ou indivíduos podem “capitalizar vantagens conquistadas” dando a eles uma independência do quão variável passam ser as circunstâncias. As estratégias poderiam ser colocadas também como “o poder do saber”, nas quais há um tipo de saber que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. Além disso, as estratégias podem calcular e manipular as “relações de forças”, permitindo que grupos ou indivíduos se imponham aos demais. Essas relações de forças por parte das estratégias para com as táticas, podem ser a partir de “uma exterioridade de [...] ameaças”. Ou seja, sendo a partir da violência ou de qualquer outro artifício do poder, as estratégias agem visando normatizar as táticas e se impor a elas¹⁴.

Ao contrário das *estratégias*, as táticas não possuem meios de se manterem por si só. O poder não é inerente a elas. Portanto, as táticas aproveitam das ocasiões e brechas que escapam da estratégia. Nesse sentido, a tática

tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astuta¹⁵.

13 CERTEAU, Michel de. Estratégias e táticas. In.: *A Invenção do Cotidiano: As artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 99.

14 CERTEAU, *op.cit.*, p. 99-101.

15 CERTEAU, *op.cit.*, p. 101.

Dessa forma, as táticas não possuem lugares próprios, elas ficam à mercê dos acasos do tempo, são marcadas por uma “ausência de poder” e pela “hábil utilização do tempo” e por “ritmos heterogêneos”, enquanto que as estratégias apontam para a “resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo”¹⁶.

Analisaremos a própria escrita das mulheres enquanto uma tática, uma vez que há entraves no ato da mulher escrever. Assim sendo, ao passo que aos homens lhes são permitidas um amplo leque de temáticas, às mulheres lhes eram cerceados e delimitado o ato da escrita. Para além disso, tentaremos observar publicações que “fugiam à regra” das normatizações do *Stella*, ou seja, táticas das alunas no ato da escrita do periódico.

Nação e nacionalismo

Como supracitado, um dos temas recorrentes dentro do periódico é o patriotismo/nacionalismo e, por consequência, uma ideia de nação. Abaixo discutiremos o conceito compreendido por Benedict Anderson.

Inicialmente, é possível citar algumas linhas interpretativas quando se trata de identidades coletivas e memórias nacionais. Citemos, de início uma de caráter mais objetivista que seria aquela que define o nacional por algum critério supostamente objetivo, como a existência de uma mesma língua, território, cultura, passado comum que os sujeitos compartilhariam. Esta seria aquela visão mais essencialista da nação, na qual a identidade é definida por traços anteriores aos indivíduos. Por fim, é possível apontar outra interpretação: a ideia de nação como sendo fruto de uma construção social, em que é a subjetividade do sujeito que o leva a crer ou a aderir esse corpo coletivo tomado como uma comunidade.

Anderson (2008) adota uma posição subjetivista quando se trata de nação, segundo ele, a nação é acima de tudo um artefato cultural – aqui ele se aproxima da ideia de Bourdieu¹⁷ de que a construção da identidade nacional

16 Idem, p. 101-102.

17 BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de Região. In.: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 107-132.

necessita fazer ver e fazer crer a existência daquele recorte do social que denomina de nação. Assim sendo, a nação é imaginada, sendo necessário criar uma ideia de nação e, para que essa criação simbólica tenha sucesso é preciso possuir algum tipo de força política para que a mesma se sustente; é preciso que ela seja difundida. As origens dessa nação, para o autor, não se atualizam ao longo da história, ele aponta para um tempo vazio e homogêneo, em que o passado e os momentos de fundação são jogados para o âmbito mitológico.

A nação, nessa perspectiva:

é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles¹⁸.

No entanto, é necessário salientar que essa ideia de imaginação não possui uma dimensão de falseamento. A nação é tida como algo puramente simbólico, aqui temos uma diferença se compararmos à concepção do historiador Eric Hobsbawn (2012), que a vê enquanto uma invenção. Para ele, na base do surgimento da nação e dos nacionalismos, não é raro existir algum modo de falseamento, o que torna a construção nacional, por vezes, um modo de falsa consciência.

Para além disso, em Anderson a nação é vista como limitada, uma vez que todos os Estados nacionais prezam por delimitar suas fronteiras,

imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma dela imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão a sua nação¹⁹.

Ademais, é dada à nação uma ideia de comunidade, a partir da qual se desenvolve uma ideia de fraternidade entre os membros da nação, chegando à ideia de morrer pela pátria, por exemplo. Onde as

[...] nações são imaginadas como *comunidades* na medida em que, independente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como

18 ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

19 ANDERSON, *op.cit.*, p. 33.

estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um “nós” coletivo, irmanando relações em tudo distintas²⁰.

Anderson (2008) aponta ainda um aspecto da imaginação da comunidade: o capitalismo editorial. Nele, os jornais são equiparados aos livros, no entanto, com a diferença de que o jornal é entendido com “um livro vendido em escala colossal, mas de popularidade efêmera”, marcado pela “obsolescência (...) no dia seguinte à sua edição”. Além disso, os jornais entendidos como mercadoria criam uma “cerimônia de massa: o consumo”²¹. Posto isso, o capitalismo editorial, e mais especificamente os jornais, são formadores da imagem da nação, onde a leitura dele se dá

no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E, no entanto, cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (...) de pessoas²².

É interessante ressaltar que o leitor do jornal não conhece essas pessoas que está repetindo sua cerimônia de leitura, entretanto, o jornal conforma uma imagem de nação e essa é levada a pessoas diferentes, mas, que compartilham da mesma imagem. Assim sendo, isso é uma maneira de expressar “a fraternidade, o poder e o tempo” na imaginação da comunidade²³. Portanto, ao longo do texto analisaremos como a nação foi imaginada por meio de um periódico feminino.

Usos da Imprensa na pesquisa histórica

Nossa fonte a ser analisada é o jornal *Stella Maris*, escrito exclusivamente por mulheres e para as alunas do CNSD²⁴. Encontramos edições datadas de 1938 a 1963, encontradas no próprio Colégio, onde estão encadernadas e divididas em cinco cadernos. Estão bem conservadas e é possível consulta mediante solicitação ao diretor da instituição. Adiante caracterizaremos o

20 SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). In. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 12.

21 ANDERSON, *op.cit.*, p. 67-68.

22 Idem, p. 68.

23 Idem, *ibidem*.

24 Abreviação para Colégio Nossa Senhora das Dores.

periódico estudado, agora é fundamental discutir sobre seus usos na pesquisa histórica.

Os usos de jornais na historiografia foram considerados durante anos como algo impreciso e incompleto. No entanto, atualmente, os historiadores têm-se debruçado sobre a imprensa – não apenas como fonte, mas também como objeto de pesquisa. Ela pode constituir memórias no tempo podendo apresentar diversas versões sobre um mesmo fato. Por outro lado, ela também pode ser um agente histórico, intervindo no processo e não como um simples reflexo dos fatos acontecidos. Nesse sentido é fundamental a inserção histórica da imprensa uma vez que ela é uma das grandes influenciadoras da modernidade, integrando a formação e disseminação dos modos de vida. Dessa maneira, ela é muito mais parte de um processo histórico do que apenas um mero registro de acontecimentos²⁵.

A partir da inserção histórica da imprensa torna-se possível perceber que os periódicos assimilam projetos e interesses das diversas camadas sociais, assim como a presença de um espaço privilegiado na construção desses projetos. A imprensa atua, desde o século XIX,

no fomento a adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; (2) na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores e comportamentos; (3) na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; (4) pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento; (5) no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade; (6) na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo; (7) na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas²⁶.

Ao analisar um periódico, deve-se levar em conta diversos fatores relativos a ele. É necessário atentar para a forma como ele chegou até os leitores, sua aparência – formato, qualidade da impressão, capa, ilustrações – divisões de conteúdo, público-alvo, relação com o mercado editorial – distribuição gratuita ou não. Para além disso, é essencial perceber que a imprensa não é algo imparcial, deve-se levar em conta a subjetividade de quem

25 VIEIRA, Lucas Shuab. A imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acessado em agosto de 2019.

26 CRUZ, H. & PEIXOTO, M. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa apud VIEIRA, *op.cit.*, p. 3.

escreve. A partir daí, é possível notar a ênfase que o / os redator(es) dá/dão a determinados acontecimentos em detrimento dos demais, demonstrando assim a posição política, econômica ou social do periódico²⁷.

História das Representações

A história das representações surgiu de uma crítica à história das mentalidades, onde o teórico se “interessa pelos estudos dos diversos modos de apropriação dos textos a partir dos suportes, dos pontos de apoio institucionais e do estudo das práticas socialmente diferenciadas”²⁸. A partir da concepção de representação/apropriação houve um rompimento da dualidade presente na historiografia de dominado/dominante, dando lugar às várias práticas que podem ser analisadas perpassando as várias estratificações sociais. O essencial das representações foi “compreender como os mesmos textos – em formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos”²⁹. Seguindo a ideia de Chartier, a apropriação visava uma “história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”³⁰. Sendo assim, representação/apropriação está inserido na forma como o conhecimento vinculado pela imprensa ou pela escola, por exemplo, são recebidos e aprendidos, e isso varia de acordo com o grupo social envolvido.

27 DE LUCA, Tânia Regina. História nos, dos e por meio dos periódicos. In.: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 121.

28 DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In.: DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004, p. 308.

29 CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 70.

30 CHARTIER, *op.cit.*, p. 68.

A fonte: o jornal feminino-estudantil *Stella Maris*



Acima, podemos observar a primeira página de uma edição³¹ do *Stella Maris*. Todas as edições do periódico, geralmente, seguem o mesmo padrão: apresentação do jornal, local, edição, número e ano de publicação na parte superior da primeira página; textos divididos em três colunas; de quatro a oito páginas por edição.

³¹ Na página aqui reproduzida é possível perceber uma nota de agradecimento à um cartão recebido de Alceu Amoroso Lima. Lê-se: “Por ocasião da nomeação do Exmo. Dr. Alceu Amoroso Lima para reitor da Universidade do Distrito Federal, o grêmio litero-esportivo ‘Tristão de Ataíde’, considerando nesse acertado ato do governo, um benefício imenso ao Brasil e à mocidade brasileira, regozijou-se juntamente com todos aqueles que conhecem a ilustre personalidade do grande pensador católico. As associadas do grêmio sob seu valioso patrocínio, ousaram, naquela ocasião, mandar-lhe um telegrama de parabéns pela prova de confiança do governo entregando-lhe a formação intelectual e moral dos futuros grandes homens do país. E ele, nosso muito estimado e respeitável patrono, dignou-se a agradecer-nos por um delicado e atencioso cartão. Honradas, muito honradas com sua extrema delicadeza, aqui lhe registramos um agradecimento sincero. Socias do Grêmio ‘Tristão de Ataíde’” In: STELLA MARIS, março/abril de 1938, p.1.

O *Stella Maris* é um periódico do Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD), colégio católico, situado em São João del-Rei, Minas Gerais. O que, inicialmente, diferencia o *Stella* dos demais jornais e revistas que serão citados ao longo da dissertação é que ele pode ser caracterizado como um jornal estudantil – ou tal como era chamado à época analisada, jornal escolar.

Os jornais escolares permitem investigações sobre a cultura e o cotidiano escolar, a respeito dos sujeitos, sua produção e suas práticas de leitura. No campo educacional eles deixam transparecer embates a respeito de disputas à nível nacional entre os vários projetos de educação à época estudada. Há uma concentração de jornais estudantis entre as décadas de 1930 a 1960, isso se dá devido à crescente participação política e social dos estudantes, além da imprensa ainda representar um meio importante de comunicação social. Uma das funções do periódico estudantil era, para além de fazer propaganda da escola, de despertar nos alunos sentimentos de ordem, cidadania e legalidade³². Além disso, havia a finalidade pedagógica, onde a redação dos jornais escolares incentivava a prática da argumentação e da escrita entre os discentes.

O *Stella* era redigido inicialmente pelas normalistas diplomandas do CNSD. No entanto, a partir de 1940 as estudantes ginasiais foram incorporadas como auxiliares de redação e, posteriormente – provavelmente a partir de 1948³³ – como redatoras. As redatoras eram escolhidas através de concurso, tal como vemos na edição de 1941, na coluna intitulada “As novas redatoras do ‘Stella Maris’”, onde nos é informado que as alunas do “3 ano normal foram convidadas a apresentar, dentro de um prazo fixo [de 8 dias], um trabalho para o concurso de redatoras em 1941”³⁴.

As colunas do jornal não eram fixas, salvo algumas exceções que serão apontadas mais adiante. Segundo a descrição do próprio, ele era um “órgão mensal artístico, literário e crítico”³⁵. Todavia, encontramos meses que não

³² AMARAL, Giana Lange do. Os jornais estudantis *Ecos Gonzagueanos* e *Estudante*: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960). In: *História da Educação*: Porto Alegre, v. 17, n. 40, maio/ago. 2013, p. 123-126.

³³ Acreditamos que depois de 1948 os ginasiais passam a ser redatoras do periódico visto que o corpo editorial se mantém o mesmo por mais de um ano. Isso difere das primeiras edições analisadas, que o jornal era escrito apenas pelas formandas do curso normal, ou seja, havia uma renovação do corpo editorial a cada ano. Entretanto, a forma da escolha das redatoras – por concurso – permanece.

³⁴ STELLA MARIS, março de 1941, p. 4.

³⁵ STELLA MARIS, março/abril de 1938, p. 8.

houve publicações, além disso, o periódico possui uma coluna, nomeada de “O ‘Stella Maris’”, explicando o porquê dessas falhas, onde a redatora Maria de Lourdes Faria escreveu que “o jornalzinho andou [...] anêmico durante alguns meses, não sei se por falta de atenção das redadoras e colaboradoras ou predisposição natural”³⁶. Podemos levantar a hipótese que essa anemia poderia ter sido causada por um desprestígio do jornal - seja no meio público ou no meio escolar – no decorrer do tempo, principalmente nas últimas edições.

O impresso possui 184 edições³⁷, provavelmente teve o ano de 1932 como marco do início de sua publicação, haja vista que há uma referência, em 1952, que “o ‘Stella Maris’ está completando *vinte anos*”³⁸. No entanto, apenas 119 foram encontradas e são passíveis de serem analisadas; essas edições datam de 1938 a 1963. Contudo, elas possuem um vácuo temporal: não foram encontradas edições de 1953 a 1959.

A assinatura anual variou de acordo com o período de existência do jornal. Inicialmente, custava 6\$000³⁹; no ano de 1941 esse valor subiu para 8\$000; 1942, 9\$000. Esse valor, estava próximo ao pago pelas assinaturas dos periódicos que circularam na cidade à época do *Stella* e com uma diagramação próxima à do jornal aqui estudado. Citando como exemplo, o jornal *A Sentinella*, onde a assinatura trimestral era de 3\$600; *A Tribuna* cujo valor era 10\$000 anuais; *O Correio*, 12\$100 ao ano, e, temos o *Diário do Comércio*, 30\$000 anuais, tendo esse último a diagramação diferente se comparado ao *Stella*. Além dos periódicos anteriormente citados, é interessante ressaltar a efervescência de jornais escolares sanjoanense nesse período. Contemporâneo ao *Stella Maris*, temos *A Voz da Escola*, do Grupo Escolar João dos Santos; *Brasil*, do Grupo Escolar Aureliano Pimentel; e *O Porvir*, do Ginásio Santo Antônio. Nas edições do *Stella* a partir de 1944, o valor pago pela anuidade chegava a Cr\$ 10,00⁴⁰.

³⁶ STELLA MARIS, março/abril de 1952, p. 2.

³⁷ Segundo ABRAS, Maria Cecília de Medeiros; FELGUEIRAS, Margarida Louro. As marcas da formação da professora primária através de um jornal estudantil brasileiro. In: DÍAZ, José María Hernández. *Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo. Contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

³⁸ STELLA MARIS, *op.cit.*, p. 2

³⁹ Moeda vigente: mil-réis.

⁴⁰ Moeda vigente: Cruzeiro.

Além disso, era possível adquirir as revistas de encerramento do ano letivo de forma avulsa, no ano de 1939, ela custava 3\$000. Até 1943, o periódico era impresso na “Tipografia Assis” (também chamado de “Tipografia da Casa Assis”), a partir desse ano, ele passou a ter números impressos também pela “Gráficas – S. João del-Rei” (algumas vezes chamada de “Artes Gráficas – S. João del-Rei”).

Com relação ao número de páginas, não havia número padrão para as edições, geralmente variava entre quatro, seis ou oito. Entretanto, algumas edições especiais, tal como as revistas de encerramento, contam com até vinte páginas. A estrutura tipográfica era composta, geralmente por textos de tamanhos pequenos e médios, que eram separados “pela supervisora, ficando a cargo das redatoras organizar os artigos”⁴¹ para enviá-los à gráfica. Esses na maioria das vezes, eram divididos em três faixas verticais. Todavia, isso não é uma regra, números especiais ou aqueles que possuíam imagens tinham essa estrutura alterada. Com relação a manutenção do jornal, ela era possível, provavelmente, pelas assinaturas anuais seja de alunas, ex-alunas⁴² e demais atores do espaço público sanjoanense, além de doações⁴³ ao *Stella*.

Como supracitado, creditamos que houve a circulação do Impresso na cidade de São João del-Rei, além disso, a circulação dele estava também entre os órgãos supervisores de ensino. Em 1940, a direção do CNSD recebeu uma carta do secretário de educação de Minas Gerais, Christiano M. Machado⁴⁴. O conteúdo dela era as felicitações ao Colégio tendo em vista a classificação, em

⁴¹ REZENDE, Tatiana de Fátima. *A Cultura Escolar e os significados da formação do sujeito nos Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei (1940-1960)*, p. 132.

⁴² “Você é antiga aluna do Colégio Nossa Senhora das Dores? E não quer uma assinatura de Stella Maris?!” In: STELLA MARIS, outubro (?) de 1940, p. 5.

⁴³ Tal como agradecem pela doação do provedor da Santa Casa e Colégio, Fernando de Moreira Cotrim de Carvalho, coluna “Uma oferta ao “Stella Maris”. In: STELLA MARIS, março/abril de 1939, p. 6 / STELLA MARIS, maio de 1941, p. 1.

⁴⁴ Na carta, publicada no jornal, lê-se: “Gabinete do Secretário de Educação – Belo Horizonte – julho, 27, 1940. Exma. e Revma. Irmã Jardim. Tenho a satisfação de apresentar-lhe e aos demais elementos do corpo docente, minhas efusivas congratulações, por motivo da colocação obtida por esse estabelecimento, no segundo concurso anual de publicações escolares, promovido por essa Secretaria e cujo julgamento foi efetuado em maio último. O lugar conferido a esta casa de ensino, no resultado geral de tão interessante certame, deve ser motivo de justo regozijo para sua diretora e professores, ao mesmo tempo que um incentivo no sentido de continuarem dedicando o melhor de seu esforço para o êxito sempre maior da atividades didáticas desse instituto de ensino normal. Renovando-lhe, nesta oportunidade, as homenagens de meu alto apreço, subscrevo-me. Christiano M. Machado.” In: Honroso Aplauso. In: STELLA MARIS, julho de 1940, p. 1.

segundo lugar, do *Stella Maris* entre os periódicos escolares mineiros na disputa do segundo concurso anual de publicações escolares⁴⁵.

Os assuntos tratados no impresso variavam, havia duas colunas fixas voltadas ao cotidiano escolar – *Vida Colegial* e *Do nosso diário* – a primeira existente até 1945 e a última até a década de 1950, sendo que em algumas edições da década de 1940 havia coexistência de ambas. Havia outras contendo textos literários – tais como poemas, contos e crônicas; comemorações aos aniversários das irmãs que lecionavam / dirigiam o CNSD; discursos de paraninfos e das oradoras de turmas. É possível ver também a presença de escritos em comemoração aos dias santos – principalmente relacionados ao Mês de Maria, ou seja, o mês de maio, além de exaltações a São Vicente de Paulo e Santa Luiza de Marillac, “patrona de todos os que se ocupam de obras sociais cristãs”⁴⁶.

É possível ler também relatos de viagens realizadas pelas formandas – geralmente viajavam para Petrópolis (RJ) ou Juiz de Fora – visitando as cidades e as instituições ligadas à Congregação Vicentina. Havia sessões recreativas – com charadas e anedotas; informativos relacionados às associações estudantis existentes no CNSD – tais como Grêmio Literário-Esportivo Tristão de Ataíde, o Grêmio Literário-Esportivo Almeida Magalhães e o Círculo de Estudos Divino Mestre. Era publicado também a classificação das alunas, mostrando as que mais se destacavam. Por fim, existiam textos relacionados à pátria, às datas cívicas e ao Estado Novo.

É interessante atentarmos à qualidade de impressão, pois isso demonstra não só os recursos materiais disponíveis, mas também, a preocupação e dedicação para com a qualidade do periódico. Ele vai perdendo qualidade ao longo do tempo, com isso, o papel vai se tornando mais grosseiro e as publicações das revistas de encerramento do ano letivo perdem a luxuosidade de suas páginas – por vezes essas edições especiais nem existem. O número de imagens e fotografias vão se tornando menor no decorrer dos anos. Além disso, as publicações relacionadas ao patriotismo, à nação e à política do período vão diminuindo do periódico no decorrer do tempo. Com isso, percebemos que, a partir das edições de 1947, esses temas vão perdendo

⁴⁵ Honroso Aplauso. In: STELLA MARIS, julho de 1940, p. 1.

⁴⁶ STELLA MARIS, abril de 1960, p. 1.

espaço e, o foco das publicações, para além do literário, eram notícias e discussões relacionadas ao CNSD e a Igreja Católica.

Por fim, mesmo havendo temáticas diversas, elas eram perpassadas pela doutrina católica. Segundo Maria Cecília de Medeiros Aras, a “linha editorial do *Stella Maris* tem como base a formação nos princípios morais religiosos”⁴⁷. Pensando nisso em um contexto de forte ação da Ação Católica, podemos compreender o *Stella* enquanto um meio de (re)cristianização do espaço público, algo que trabalharemos adiante.

⁴⁷ ABRAS, Maria Cecília de Medeiros; FELGUEIRAS, Margarida Louro. As marcas da formação da professora primária através de um jornal estudantil brasileiro. In: DÍAZ, José María Hernández. *Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo. Contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013, p. 59.

CAPÍTULO I - PAPÉIS FEMININOS: ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO?

É possível ver a consolidação de um espaço designado à mulher no decorrer do século XIX e inícios do XX. Ao longo do XIX, vê-se uma série de transformações na sociedade brasileira, intensificadas com a República, marcadas pelo surgimento de uma “nova mentalidade – a burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas”⁴⁸.

Essa nova concepção de sociedade estava diretamente envolvida com o processo de modernização e com a ideia de modernidade⁴⁹ que chegava ao Brasil. A modernização – inicialmente no Rio de Janeiro e tempos depois adentrando o país – trouxe consigo o discurso médico que “colaborou para a construção de novos conceitos de vida familiar e higiene em geral”⁵⁰.

Esses novos conceitos introjetados no cotidiano fizeram com que a rua, tida como um lugar público – passasse a ter como oposto, a casa – um ambiente privado e doméstico. São esses fatores: modernização, discurso médico e essa reconfiguração de espaço público e privado – que faz com que os serviços domésticos, como as lavadeiras, por exemplo, saiam de espaços coletivos e públicos e passam para o âmbito doméstico e privado⁵¹.

O público, cada vez mais voraz, estende seus tentáculos no domínio das intimidades; o privado, posto na defensiva, fortifica laços particulares de convívio. Os espaços públicos começam a corresponder às conotações negativas de multidão, perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto o privado representa o refúgio seguro, o domínio da natureza⁵².

Com dicotomia entre público e privado e a consolidação de um discurso voltado para a natureza feminina - onde a mulher quando maternal e delicada

⁴⁸ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In.: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, 10.ed, p. 223.

⁴⁹ A concepção de modernidade diz respeito à aceleração das mudanças socioeconômicas e, por conseguinte, aceleração da percepção temporal. Nesse sentido, novas estruturas vão sendo criadas, e estas estão em constante tensão com as estruturas tradicionais. Em finais do século XIX e inícios do XX, a ideia de modernidade é muito influenciada pelo positivismo de Auguste Comte, principalmente na concepção de progresso. In: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

⁵⁰ D'INCAO, *op.cit.*, p. 226.

⁵¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890- 1930). In.: *Cadernos Pagu* n. 4. Campinas: 1995.

⁵² MATOS, *op.cit.*, p. 101.

agia como uma força benéfica, entretanto, quando a mulher saía do papel de reprodução da espécie e do cuidado com a prole, ela era tida como a usurpadora de um espaço culturalmente delimitado como masculino, ou seja, a rua. Assim sendo, ela passaria a ser lida como uma força maligna⁵³. Isso fez com que o espaço da mulher fosse o doméstico e seu papel, o da boa esposa e mãe.

Ao longo do tempo, a partir desse espaço que foi culturalmente delimitado para a mulher, tendo como foco a família e a casa, foi se constituindo os saberes necessários para que as mulheres exercessem as funções de futuras esposas, mães e donas de casa.

As concepções e formas de educação das mulheres nessa sociedade eram múltiplas. [...] a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. [...]. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro⁵⁴.

Aqueles cujo pensamento buscavam renovar essa moral feminina com forte viés católico, embasavam-se em concepções ligadas ao liberalismo e na ciência positivista, o plano positivista de instrução da mulher enquanto parte do entendimento da complementaridade biológica e social dos gêneros. Assim sendo, a educação de homens e mulheres deveriam ser distintas e separadas. É possível compreender que com a ciência positivista era inaugurada a “economia doméstica e cívica; ao marido conferiu-se a responsabilidade de prover o sustento da família, enquanto a mulher assumia principalmente as tarefas do lar [...] nascia a figura da mulher educadora”. Rapidamente, podemos citar as primeiras Escolas Normais, de cunho positivista que visava a educação das mulheres no Brasil, dentre elas a de “Niterói, a primeira Escola Normal (1835) e, na sequência, na Bahia (1842), em São Paulo (1847), no Rio Grande do Sul (1869) e no Paraná (1876)”⁵⁵.

Assim sendo, tendo como base a ciência positivista, o que de início poderia parecer emancipador, na verdade, ainda era uma forma de corroborar

⁵³ TELLES, Normal. Escritoras, escritas e escrituras. In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed São Paulo: Contexto, 2018, p. 402.

⁵⁴ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, *op.cit.*, p.446.

⁵⁵ MARTINIÁK, Vera Lúcia; OLIVEIRA, Loraine Lopes. Ordem e progresso: Augusto Comte e as influências do Positivismo na educação das mulheres na Primeira República brasileira. In: *Revista Educação e Emancipação*. n.1.São Luís:, p. 240-242, jan./abr. 2018, v.11.

com a função primeiro do feminino de ser mãe. Assim sendo, o ensino para as mulheres era uma forma de afastar as superstições, melhorar a higiene e incorporar as novidades científicas na criação dos filhos⁵⁶.

Portanto, seja pelo viés religioso ou pela ciência, a educação feminina se dava não predominantemente para si própria, como meio emancipatório, mas, sim de acordo com sua função social enquanto a mãe que educava os filhos.

A partir da segunda década do século XX, a industrialização absorveu atividades que geralmente eram realizadas no âmbito doméstico, como a produção têxtil e alimentícia. Nesse sentido, ocorreu a desvalorização das atividades relacionadas ao lar. No entanto, o papel da mulher ligado a maternidade e à criação dos filhos foi mantido. E a “ideologia da maternidade foi revigorada pelo discurso masculino”⁵⁷.

Com o papel feminino cada vez mais ligados à maternidade e aos filhos, surge o que Margareth Rago chama de *mãe-cívica*⁵⁸. A *mãe-cívica* era aquela que, em vista a constante desvalorizações das atividades do lar, cuidava dos filhos. Mas, não só. Ela era tida como um exemplo, aquela que preparava a prole, em todos os âmbitos – o físico, moral e o intelectual. Tudo isso porque os filhos eram tidos como os futuros cidadãos, aqueles que ocupariam o espaço público, e atuariam pelo bem da pátria. Assim ela cumpriria seu dever para com a nação. O ideal da “*mãe-cívica*’, trabalhadora, moderna e competente mãe de família, participante dos debates nacionais, era retomado e difundido para toda a sociedade”⁵⁹.

No entanto, fato era que aos poucos as mulheres conquistavam o espaço público, mesmo com a função maternal e a moral ainda muito valorizada. As mulheres de família⁶⁰, as boas moças cuja moral elevada – marcada pela virgindade e ingenuidade – era a garantia do respeito social, a possibilidade de um casamento e de uma vida de rainha do lar⁶¹. Elas, ao adentraram os espaços

⁵⁶ LOURO, *op.cit.*, p. 447.

⁵⁷ RAGO, *op.cit.* p. 591.

⁵⁸ *Idem*, p. 591-594.

⁵⁹ *Idem*, p. 593.

⁶⁰ Aqui se faz necessário um recorte. Essas mulheres que começam a tomar os espaços públicos a partir dos anos de 1920 são geralmente brancas e de classe média. As pobres e pretas já trabalhavam há muito tempo antes dessa conquista. Sendo assim, salientamos a importância do método interseccional de análise no que tange às mulheres. Para saber mais: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁶¹ PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 610.

públicos eram tidas como meras coadjuvantes ou auxiliares dos homens em suas profissões.

O espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos⁶².

Para além de atuarem como coadjuvantes, nesses empregos era persistente o “caráter doméstico e feminino”⁶³. Eram marcados pela boa aparência, pelo sorriso, por ser devotada ao trabalho e pela importância do corpo – características delimitadas enquanto femininas. Para além disso, os lugares públicos não causavam boa reputação. Assim sendo, às mulheres pesavam sempre a suspeita de prostituição⁶⁴. Uma outra forma de atuação das mulheres no espaço público que propomos no próximo tópico diz respeito à ação de religiosas, leigas ou não, tendo como objetivo seja a caridade, seja a evangelização. Discutiremos que isso não é uma atuação tal como a esperada dos homens. Ela ainda tem o fino véu do âmbito doméstico; no entanto, ainda assim, é uma forma de ocupar o espaço público.

Mulheres, ação, caridade e religião: A Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo

A relação entre as Vicentinas e a educação feminina ocorrida principalmente no Brasil, remonta aos oitocentos e deixara transparecer uma série de relações entre o mundo religioso e o secular. Essas relações e debates perpassaram a segunda metade do século XIX e adentraram o século XX. Através das permanências e rupturas da História, são passíveis de análises traços e consequências relativos ao nosso recorte espaço-temporal.

O interesse da Igreja Católica na educação das mulheres via Congregações religiosas femininas, perpassou principalmente, algumas perspectivas: uma, de caráter religioso, diz respeito à Igreja Ultramontana do século XIX; outra, foi referente à expansão desse novo ideário religioso, tendo

⁶² RAGO, *op.cit.*, p. 602.

⁶³ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 123.

⁶⁴ PERROT, *op.cit.* p. 124.

como protagonista desta, as mulheres. Assim sendo, as mulheres enquanto mães e esposas bem educadas ao novo molde católico, seriam as futuras responsáveis pela disseminação do catolicismo romanizado⁶⁵. E por fim, o processo de “feminização do clero durante o século XIX na França e a posterior internacionalização e/ou exílio dessas Congregações no final desse século e início do século XX”⁶⁶.

A Igreja ultramontana do século XIX foi marcada por ações e bulas papais tomadas contra aquilo que identificava como os *males* do seu tempo, a saber: o liberalismo, a modernidade, a secularização, o protestantismo, a maçonaria, enfim, contra aspectos centrais emergentes do mundo posterior à Revolução Francesa.

Assim sendo, com o

desenvolvimento [d]o *ultramontanismo* [a Igreja] expurgou as tendências liberais que se desenvolviam no seu interior, principalmente daquelas provenientes da Alemanha [...]. Daquele momento em diante [ela] tomou um posicionamento defensivo contra o avanço da “mentalidade do tempo” [...] ⁶⁷.

No Brasil, tendo em vista que a Igreja estava ligada ao Estado sob o regime do Padroado, os “assuntos eclesiásticos eram tratados e resolvidos por órgãos do Governo”⁶⁸. Assim sendo, decisões eclesiásticas eram pouco aplicadas na *igreja nacional*. Por conta dessa relação

a Igreja no Brasil imperial [...], sofreu com constantes medidas governamentais de controle e intervenção [...], [também] foi imbuída de uma série de atribuições que extrapolam a esfera de ação meramente religiosa.⁶⁹

A defesa dos ultramontanos brasileiros era que a religião deixasse de ser uma ala da administração civil, ou seja, afirmavam a independência da

⁶⁵ LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 15.

⁶⁶ LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos: Memória, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 18.

⁶⁷ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. In.: *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010, p. 25, vol. 2.

⁶⁸ BEOZZO, José Oscar; HAUCK, João Fagundes, et. all. *História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo – A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992, 3º ed, p. 77.

⁶⁹ BASILE, Marcello. Prefácio. In: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de consciência: ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2015, p. 21.

Igreja no que tange os assuntos eclesiásticos. Além disso, tentavam fazer com que os preceitos do Concílio de Trento (1545–1563)⁷⁰ fossem aplicados sem interferência imperial à realidade nacional. Visando romanizar – no sentido de moldar o catolicismo brasileiro ao modelo romano⁷¹ – a Igreja brasileira, os bispos objetivavam uma reforma interna da Igreja, mais especificamente o estreitamento de relações com a Santa Sé, a formação sacerdotal e a instrução do povo⁷².

Os preceitos de Trento foram reafirmados com o Concílio Vaticano I (1869-1870). Ele apareceu como uma espécie de oficialização da romanização começada, anos antes, a partir de diversas bulas papais sobre a posição dos católicos a respeito dos temas da modernidade. Dentre as medidas tomadas no Concílio, a infalibilidade papal é a principal dela, legitimando a tendência ultramontana do fortalecimento da autoridade pontifícia. E para além, tem-se a tentativa centralização do poder religioso nas mãos dos clérigos, tentando deixar os catolicismos regionais mais próximos do romano.

A ideia de romanização pode ser compreendida da seguinte forma:

- 1) na afirmação da autoridade de uma igreja institucional e hierárquica (episcopal) estendendo-se sobre todas as variações populares de catolicismo (...); 2) no levante reformista do episcopado, em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3) na dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira de padres estrangeiros (europeus) sobretudo das congregações e ordens missionárias, para realizar “a transição do catolicismo colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral”. 4) na busca desses objetivos (...) mesmo contra os interesses políticos locais (...); 5) integração sistemática da Igreja brasileira, tanto no plano institucional como no ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana⁷³.

⁷⁰ Ou seja, reafirmar a autoridade do texto bíblico, a proibição da circulação de bíblias em língua vernácula, o livre-arbítrio, a justificação do culto aos santos e a veneração de imagens e relíquias. Além disso, instituiu a criação de seminários, visando uma maior atenção na formação dos religiosos seculares, uma vez que era necessário educar os padres – fazer com que eles dominem a doutrina e os dogmas católicos – para que assim, os mesmos tenham melhores condições de não apenas pregar aos populares, mas de serem modelos para os leigos. In: VENARD, Marc. O Concílio Lateranense V e o Tridentino. In.: *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

⁷¹ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e Dominação de Classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 279.

⁷² BEOZZO, José Oscar; HAUCK, João Fagundes, *et. all.* História da Igreja no Brasil, p. 185.

⁷³ CAVA, Ralph Della. *Milagre em Joazeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 359; BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brasil. In: SMITH, T. Lynn. MARCHANT, Alexandre. *Brazil: Portrait of half continent*. New York: The Dryden Press, 1951, p. 334-355.

Assim sendo, para que a romanização do catolicismo brasileiro ocorresse, houve uma “colaboração (...) dos Lazaristas e Capuchinhos (...) juntamente com os novos institutos religiosos femininos então advindos ao Brasil”. Com isso, “parte da igreja se tornava mais ‘romana’ e menos ‘nacional’”, isso gerava um conflito com os liberais que se colocavam em “luta contra o ultramontanismo”.⁷⁴

Podemos destacar como um dos grandes nomes do ultramontanismo e do projeto de romanização brasileiro, o bispo de Mariana, D. Viçoso. Pertencente à Congregação da Missão, foi um dos grandes defensores da proximidade da Igreja do Brasil com Roma e responsável pela criação e reformas de seminários alinhados ao projeto de romanização e pela vinda das Filhas de Caridade ao Brasil.

Outro aspecto da expansão do ultramontanismo via congregações femininas diz respeito da *feminilização* do clero. Esse processo deu-se com o surgimento das congregações femininas de *vida ativa*, ou seja, aquelas com a superiora geral, atuante no espaço público. Assim sendo, tornou possível que essas religiosas deixassem sua terra natal em busca da expansão da comunidade. Um outro lado dessa difusão foi a manutenção da “instituição, já que sua sobrevivência estava ameaçada em seu país de origem”. Na França, berço das Vicentinas, houve a instituição de leis sobre o ensino, onde as “Congregações de professoras estavam ameaçadas de perderem suas escolas”, além disso, a legislação obrigava a solicitação de uma “autorização junto ao ministério de Cultos para manterem o funcionamento de suas escolas”⁷⁵.

Como vimos, uma das formas de expansão e expressão da romanização foi a educação confessional feminina. A partir do final do século XIX, com a implementação da República, as Ordens Católicas passavam a manter diversos colégios. O predomínio

[...] sobre [a educação] foi exercido pela Igreja Católica por cerca de 360 anos – 259 anos dos quais sob monopólio educacional dos Jesuítas e, depois mais de um século sob a hegemonia doutrinária do catolicismo ultramontano e conservador de inspiração jesuítica até a década de 1960, quando o Concílio Vaticano II indicou novos rumos para o magistério católico⁷⁶.

⁷⁴ BEOZZO, José Oscar; HAUCK, João Fagundes, *et. all.* História da Igreja no Brasil, p. 183-184.

⁷⁵ LEONARDI, *op.cit.*, p. 19.

⁷⁶ MANOEL, Ivan. *Igreja e Educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. Maringá: Eduem, 2008, p. 16.

A expansão do ensino católico no Brasil só foi possível mediante uma aliança, mesmo que de forma velada, entre a Igreja conservadora com as classes mais abastadas e a complacência do Estado – da qual participavam essas classes. A aliança entre a Igreja e as oligarquias se justificam por um caráter dúbio do liberalismo brasileiro: ao mesmo tempo em que as oligarquias pregavam o liberalismo econômico, quando se tratavam da moral e dos costumes, principalmente com relação às mulheres, eram conservadores. A complacência do Estado com relação ao ensino católico se deu uma vez que a educação confessional defendia o respeito à ordem estabelecida, interesse da república nascente.⁷⁷ Assim sendo,

[...] o conservadorismo da oligarquia não era apenas discursivo (...) era prático [...]. [...] é certo que as escolas católicas conservadoras auxiliaram grandemente na manutenção dessa estrutura, seja porque referendavam essa atitude, seja porque, ao se estender às outras classes sociais, por meio de escolas externas gratuitas ou orfanatos, tal educação doutrinava ensinando que essa ordem vigente era a mais desejável.⁷⁸

As Irmãs Vicentinas e sua atuação na educação cidade de São João del-Rei, seja no Externato, Colégio Nossa Senhora das Dores, Curso Anexo ou Recolhimento de Órfãs são exemplos dessas ações políticas e religiosas, vez que os colégios católicos e a educação feminina de um lado estavam imbuídos de ideais ultramontanos e romanizantes e de outro atendiam à oligarquia conservadora na sua necessidade de educar suas filhas, mas sem corrompe-las com os males da modernidade.⁷⁹

Posto isso, passamos ao histórico e à atuação da Congregação das Filhas de Caridade. No Brasil, elas foram grandes disseminadoras do projeto ultramontano através da educação, principalmente a educação das mulheres.

A Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo: origem e chegada a São João del-Rei

A Congregação feminina em foco foi fundada na França, em 1633, por Vicente de Paulo e Luísa de Marillac. Já havia uma vertente masculina conhecida

⁷⁷ MANOEL, Ivan. Igreja e Educação feminina (1859-1919), p. 18-21.

⁷⁸ MANOEL, Ivan. Igreja e Educação feminina (1859-1919), p. 17.

⁷⁹ MANOEL, Ivan. Igreja e Educação feminina (1859-1919), p. 17-18.

como Lazaristas ou Congregação da Missão. Entretanto, a pretensão da vertente feminina “estava diretamente ligada à questão da expansão da ideia de caridade”. Ou seja, essas mulheres eram responsáveis pelo cuidado com doentes, assistência aos incapazes, aos idosos, aos órfãos, aos presos, enfim, à toda a gama populacional necessitada de auxílio, uma vez que suas práticas eram adaptáveis às necessidades e especificidades da localidade em que se encontravam⁸⁰.

As Vicentinas, diferentemente das demais congregações femininas do século XVII, eram religiosas de *vida ativa*, ou seja, não estavam sob clausura. As sob regime de clausura, denominada de *vida perfeita*, obedeciam à uma Regra em comunidades independentes, ou seja, as enclausuradas não tinham contato com outras Casas da mesma Ordem e cada Casa tinha sua própria Superiora. Já as de *vida ativa*, tal como as Filhas de Caridade, eram caracterizadas por ações sociais e religiosas, sendo assim, à essas mulheres eram permitidas a circulação pela cidade atuando no auxílio à pobres, órfãos, doentes e na educação. Elas respondiam à um Superior geral, tendo a possibilidade de se moverem pelo país de origem ou adentrarem novos países, como as Vicentinas francesas que vieram para o Brasil, entretanto, mantinham a centralidade de governo em solo francês⁸¹. Assim sendo, o modo de *vida ativa* permitia a circularidade dessas mulheres, em que pregavam a universalidade cristã para “os quatro cantos do mundo em um processo de [...] conexão entre os locais por onde passavam”⁸², expandindo assim o ideário católico ultramontano.

Entretanto, o estilo de *vida ativa* não foi bem recebido por diversos setores da sociedade. Pensar em mulheres atuando no espaço público, diferentemente das enclausuradas, e sem a tutela do marido, além de longe da supervisão paterna, estava ao avesso dos padrões morais da época⁸³. Elas foram acusadas de

⁸⁰ LAGE, Ana Cristina Pereira, *op.cit.*, p. 16-22.

⁸¹ Idem, p. 48-49; LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos: Memória, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 19.

⁸² LAGE, Ana Cristina Pereira, *op.cit.*, p. 23.

⁸³ ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011, p. 85-86.

atacar o 'princípio da família', com o 'piedoso fim de educar as crianças e tratar dos enfermos nos diferentes países da terra', as Filhas de Caridade, segundo o deputado [português] José Estevão, ostentava a 'malícia em nome de Deus'. Para ele, o cosmopolitismo das religiosas não parecia nem necessário nem útil. As virtudes da mulher, afirma o deputado, são a modéstia e o recato, junto aos pais e debaixo das vistas da sua família ⁸⁴.

Outro fato que renovava, mas também era motivo de desconfiança foi uma alteração nas Regras das Filhas de Caridade. Diferentemente do Concílio de Trento, as Regras previam a "subordinação direta ao Superior dos Padres da Missão e não ao Bispo da localidade de instalação da Casa" demonstrando uma "atitude inovadora com relação às Casa femininas neste período". Ou seja, elas não se subordinavam ao religioso local, e sim ao Superior Lazarista⁸⁵.

Vicente de Paulo prescreveu os atos e valores que considerava necessários para que as irmãs Vicentinas exercessem a caridade: fazer o bem a todos; *não contradizer ninguém*; ajudar a todos os enfermos; auxiliar o próximo em seus sofrimentos; ser *humilde* para ser *honrada*; praticar o bem de coração e com sinceridade. O amor ao próximo pela via caritativa estaria presente nas ações junto a todos os necessitados [...] ⁸⁶.

As Regras das Vicentinas, ou seja, uma espécie de estatuto em que uniformizava e delimitava as ações das Filhas de Caridade, foram elaboradas por Marillac e Vicente de Paulo, aprovadas pelo rei francês e pelo arcebispo de Paris, em 1643 e pela Santa Sé em 1668. Eram divididas em nove capítulos:

Do fim e das virtudes fundamentais de seu instituto; Da pobreza; Da castidade; Da obediência; Da caridade, da união que hão de ter entre si; De alguns meios para conservar a caridade e união entre si; Caridade para com os pobres enfermos; Dos exercícios espirituais; Do emprego do dia ⁸⁷.

Outra inovação das Filhas de Caridade no que tange às Regras, diz respeito ainda ao aspecto de *vida ativa* da Congregação. Ou seja, uma vez que não estavam sob clausura, elas não pertenciam ao Clero regular, sendo assim uma intermediária entre a vida religiosa tradicional e o laicato. Isso permita à

⁸⁴ ARRUDA, *op.cit.*, p. 85-86; REZENDE, Tatiana de Fátima. *A Cultura Escolar e os significados da formação do sujeito nos Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei: São João del-Rei, 2018, p. 65.

⁸⁵ LAGE, *op.cit.*, p. 51.

⁸⁶ *Idem*, p. 52 (grifos nossos).

⁸⁷ Regras communs das filhas da caridade e servas dos pobres enfermos. Lisboa, Typographia de Antonio Rodrigues galhardo, 1822 apud LAGE, *op.cit.*, p. 54.

essas mulheres o afastamento das atividades caritativas, uma vez que não havia votos solenes, os votos eram renovados ano a ano. Mesmo circulando pelas cidades, as Regras vicentinas delimitavam que elas deveriam se portar com modéstia e virtudes tal como as religiosas colocadas em reclusão. Entretanto, mesmo com a existência das Regras, São Vicente de Paulo pregava a maleabilidade da mesma, ele salientava que a caridade deveria estar em primeiro plano, sendo assim, leituras e orações poderiam ser postergadas.⁸⁸

Outra distinção das Vicentinas de outras Congregações eram o hábito e a corneta (*cornett / Head-dress*) que portavam na cabeça. Principalmente nos séculos XIX e XX, elas se tornaram mais alongadas. Ao lado é possível observar um histórico do hábito das Filhas de Caridade, desde sua fundação, no século



XVII, até o século XX (5).

Mais uma particularidade das Filhas de Caridade no que tange a suas áreas de atuação é perceptível na sua relação com a educação (ainda no âmbito da caridade): instruir os órfãos e desvalidos.

Fonte: *Imagens Vicentinas*, s/d.
Disponível em:
<http://stvincentimages.cdm.depaul.ed>
u/. Acessado em fevereiro de 2021.

Nesse sentido, o ato de educar as aproximavam da imagem da Virgem Maria: virgem e mãe, ao mesmo tempo,

comovido pela maternidade divina, [...]

lhes faz ver, como filhos, os pobres e os indigentes indefesos [...]. O modelo de caridade e de instrução para o qual a Companhia se voltava fora baseado na humildade e simplicidade, virtudes evangélicas de amor e de confiança na Mãe, um guia fraterno na vocação e no empenho de seguir a Cristo.⁸⁹

⁸⁸ LAGE, *op.cit.*, p. 54-55.

⁸⁹ ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011, p. 135-136.

No entanto, essa ação de educar os pobres ao longo do século XIX e XX sofreria modificações. Mesmo ainda se dedicando aos órfãos e pobres, as vicentinas passam a fundar colégios para educar as filhas de classes mais abastadas. Como já observamos, no caso brasileiro, isso ocorreu por uma associação da romanização com especificidades brasileiras.

As Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo chegaram ao Brasil em meados da década de 1840. Vindas da França, tiveram como mediador das suas instalações em solo Mineiro, D. Antônio Ferreira Viçoso, Lazarista e bispo de Mariana. Um dos expoentes do ultramontanismo no Brasil, D. Viçoso, “aliado às necessidades da população mineira, carente de escolas para meninas, fortaleceu e expandiu a obra das vicentinas na região”⁹⁰.

Sendo assim, em 1849, chegava em Minas Gerais as primeiras vicentinas, sendo elas a primeira congregação feminina a chegar em terras mineiras. Inicialmente se estabeleceram em Mariana, no intuito implantar a educação confessional feminina. Entretanto, ao longo dos anos ocuparam outros locais do Brasil, como Rio de Janeiro (1853); Bahia (1856); Santa Catarina e Pernambuco (1857). Provavelmente em meados dos anos de 1880, as Filhas de Caridade se instalaram na cidade de São João del-Rei⁹¹.

A história das vicentinas em São João del-Rei está intrinsecamente ligada à Santa Casa da Misericórdia da cidade. Inicialmente, a atuação da Congregação das Filhas de Caridade em São João del-Rei estava no âmbito da assistência. Atendendo ao chamado da Santa Casa da Misericórdia, elas vieram para atuar no auxílio aos doentes do hospital. Entretanto, suas atividades foram expandidas com a organização de um externato e de um novo prédio para o recolhimento de órfãs, além do CNSD. Além disso, as Irmãs de Caridade atuaram enquanto um canal de disseminação do catolicismo romanizado em Minas Gerais⁹².

Em 1890, no prédio do Recolhimento das Expostas, anexo à Santa Casa, a superiora das vicentinas em São João del-Rei, Irmã Matricón, abriu um

⁹⁰ LAGE, *op.cit.*, p. 68.

⁹¹ ARRUDA, Maria Aparecida. Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades, p. 138; LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas, p. 65-68; REZENDE, Tatiana de Fátima. A Cultura Escolar e os significados da formação do sujeito nos Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei (1940-1960), p. 66.

⁹² ARRUDA, Maria Aparecida. Igreja e Normatização de professores em São João del-Rei (Minas Gerais). In: *História da Educação*: Porto Alegre, n 38, set. / dez. 2012, p. 81, v.16.

Externato. Lá eram ministradas algumas disciplinas básicas a pensionistas externas, além de piano, desenho e francês. A responsável pelas aulas do Externato era a Irmã Germana Jardim, “a personificação da bondade e do afeto” na lida das atividades educativas. O Externato foi encerrado no ano de 1906, conforme consta no *Histórico do Colégio*⁹³.

No ano de 1896, a Mesa administrativa da Santa Casa deliberou sobre a construção do prédio para o Recolhimento das Expostas, “por iniciativa da venerável Irmã Matricon”, uma vez que o prédio antigo que funcionava o recolhimento era “uma casa velha, de pé direito muito baixo, sem nenhum conforto, aposentos muito acanhados e anti-higiênicos”⁹⁴. Para além disso, as irmãs ficaram responsáveis pela direção do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Educar as mulheres: o Colégio Nossa Senhora das Dores

O CNSD foi “uma ideia formulada e patrocinada por duas [...] figuras da diretoria da Santa Casa da Misericórdia: o comendador José da Costa Rodrigues, provedor e a Revma. Irmã Suzana Matricon, superiora”⁹⁵. Foi pensado a partir da necessidade da Santa Casa em aumentar seu capital para a manutenção do hospital, e, em última instância, para educar as mulheres da região. No trecho abaixo do relatório da Santa Casa da Misericórdia podemos observar as intenções para com a fundação do Colégio, onde

[...] tendo a administração sérias apreensões sobre o futuro que aguardava o nosso pio estabelecimento pelo aumento constante das despesas, já tão elevadas nestes últimos anos sem receita relativa, deliberámos fundar um colégio para meninas, sob a direção das beneméritas Irmãs de São Vicente de Paulo, visando não só [a] nova fonte de renda que garantisse os muitos serviços prestados às classes desfavorecidas da fortuna, como também [a] concorrer para a educação das futuras mães de família⁹⁶.

⁹³ Fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores. In: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, organizado na data do seu cinquentenário 1898 – 1948*, 1948, p. 2-2v. Arquivo do CNSD.

⁹⁴ Trechos do termo de reunião da Santa Casa da Misericórdia, presente em: ALVARENGA, Luís de Melo. *História da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei (1783-1983)*. Belo Horizonte: Gráfica Formato, 2009, p. 200-204.

⁹⁵ Fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores, *op.cit.*, p. 2.

⁹⁶ *Relatório da Santa Casa da Misericórdia*, São João del-Rei, ano compromissal de 1897-1898, apresentado em 17 de julho de 1898 por ocasião da posse da nova Mesa Administrativa pelo provedor reeleito José da Costa Rodrigues. *Apud* ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade*

Sendo assim, o CNSD é inaugurado em 1898. Em estilo eclético, “o prédio reúne a solidez da construção as condições necessárias à boa higiene, indispensável em estabelecimentos dessa ordem”⁹⁷ e assim reforça a “ideia de que a construção de prédios específicos para a escola era imprescindível a uma ação eficaz com as crianças”, características da virada do século. Em 1905, houve a equiparação do Curso Normal do CNSD aos cursos normais oficiais. A equiparação veio com o decreto nº 1.845. O Recolhimento das Expostas se tornou o campo de prática das normalistas do Colégio, as turmas eram compostas ora por crianças de ambos os sexos, ora pelas meninas vindas do Asilo Maria Teresa⁹⁸.

Também em 1905, foi criado o Curso Anexo, posteriormente chamado de *Escolas Reunidas José Rodrigues da Costa*, também sob a direção das Irmãs de Caridade. O Curso Anexo oferecia ensino primário gratuito para as crianças pobres da cidade e para as órfãs do Asilo Maria Teresa, esse último sob a supervisão das vicentinas. A partir de 1928, o Estado se tornou o responsável pela fiscalização e pelo pagamento da diretora e das professoras que lecionavam no Curso, além disso, ele passou a ter prédio próprio ao lado do CNSD. Ademais, ele foi utilizado pelo Curso Normal do CNSD como um lugar de prática de estágios e treinamento das normalistas⁹⁹.

Inicialmente, eram 25 alunas internas do Colégio. As disciplinas eram quase todas as que compunham o currículo das escolas normais da época, no entanto, como supracitado, o CNSD só receberia equiparação às escolas normais oficiais em 1905. As aulas eram ministradas pelas Irmãs de Caridade Maria Sampaio, Rosa Guimarães e Cecília Goulart. Logo após a equiparação às escolas normais, o Colégio passou a ofertar as seguintes disciplinas: português, francês, geografia, desenho, trabalhos manuais, aritmética, química, pedagogia, história natural e prática profissional. A partir de 1925, sob regime estadual, “o

São Vicente de Paulo (1898-1905). Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011, p. 23.

⁹⁷ Fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores, *op.cit.*, p. 3.

⁹⁸ ARRUDA, *op.cit.*, p. 24-25.

⁹⁹ Curso Anexo à Escola Normal. In: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, organizado na data do seu quinquentenário 1898 – 1948*, p. 19v. Arquivo do CNSD; ARRUDA, *op.cit.*, p. 24; REZENDE, Tatiana de Fátima. A Cultura Escolar e os significados da formação do sujeito nos Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei (1940-1960), p. 67.

curso normal era precedido obrigatoriamente, de dois anos ou Curso Fundamental e de Adaptação, formando um conjunto ora de 5, ora de 6 anos¹⁰⁰.

Já na década de 1940, foi fundado o Ginásio Nossa Senhora das Dores. Através do decreto 20.820 de 26 de março de 1946, o Ginásio passou a ter inspeção permanente realizada por inspetores do governo federal. No ano de 1947, tendo em vista o decreto-lei nº 8.530, cuja função era unificar o ensino normal no país, o CNSD “adotou a reforma logo no primeiro ano de sua vigência”. Sendo assim, o curso de formação de professores passou a contar com três séries, tendo como disciplinas: português, literatura, matemática, física e química, anatomia e fisiologia humana, música e canto, desenho e artes aplicadas, educação física, recreação e jogos, biologia educacional, psicologia educacional, higiene e educação sanitária, metodologia do ensino primário, sociologia educacional, história e filosofia da educação, puericultura e prática do ensino. Posto isto, a primeira turma de professoras sob inspeção federal foi diplomada em 1949¹⁰¹.

Para além destes cursos reconhecidos e fiscalizados pelo Estado, o Colégio Nossa Senhora das Dores possuía “atividades extra-programa”. Dentre elas é possível citar o curso de religião, pintura e violino; socialização; teatro; centros literários, missões e OVS (obra das vocações sacerdotais). O curso de religião era ministrado pelo capelão do Colégio e pelas irmãs vicentinas, ele era “estudado com carinho e interesse por todas as alunas”, tinha como propósito “o conhecimento e a fidelidade aos preceitos da moral divina”. As concluintes desse curso, recebiam o diploma de catequistas. A socialização tinha como objetivo o despertar, nas alunas, do bom gosto artístico e literário. Ela tinha como aliados os cursos de pintura e violino, aonde, nas festas cívicas e literárias eram apresentados, pelas docentes, diversos números musicais. Os teatros eram os de cunho educativo, em que era possível educar e divertir ao mesmo tempo. Com relação a atuação das alunas em prol das missões e da OVS, essa girava

¹⁰⁰ Fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores; Equiparação às Escolas Normais; Funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora das Dores sob Regime Estadual. In: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, organizado na data do seu cinquentenário 1898 – 1948*, 1948, p. 4, v-7. Arquivo do CNSD.

¹⁰¹ A Escola Normal Nossa Senhora das Dores sob Regime Federal; Fundação do Ginásio Nossa Senhora das Dores. In: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, organizado na data do seu cinquentenário 1898 – 1948*, 1948, p. 10, v-12. Arquivo do CNSD.

em torno de organizar barraquinhas e quermesses para levantar fundos à essas entidades, visando a “civilização cristã” e a “manutenção de seminaristas pobres”¹⁰².

Além das atividades extraprograma, as alunas do CNSD pertenciam a associações religiosas, tais como: Associação das Filhas de Maria Imaculada, Apostolado da Oração e Associação Santa Luiza de Marillac. A *Associação das Filhas de Maria Imaculada* foi criada em finais do século XIX. As inscritas na Associação, realizavam “um fecundo apostolado na paróquia [e] na sociedade [...] trabalhando na própria santificação”, destas “108 associadas ingressaram na vida religiosa”. Suas atividades eram em torno de arrecadamento de fundo para auxílios às associadas que não possuíam recursos e por ventura se encontravam doentes, uma biblioteca com “410 volumes para conforto espiritual”, obras do tabernáculo para o serviço do altar e o coro das Filhas de Maria para as solenidades, objetivando a “propagação da fé [...] na paróquia”. Nesta Associação foi criada uma seção em 1932, a “Seção das Casadas”. Nela, participavam as associadas pertencentes a associação enquanto solteiras e que havia contraído matrimônio, segundo o *Histórico do Colégio*, o número de casadas somava 42 na época da criação da Seção¹⁰³.

Outra associação existente que contava com participação das alunas do CNSD era o *Apostolado da Oração*. Fundado em 1923, tinha como diretores as Irmãs de Caridade e o Capelão do Colégio. Havia reuniões mensais onde era preparado as atividades religiosas para primeira sexta-feira do mês, além de repassar os avisos e ter o pagamento da mensalidade por parte dos membros¹⁰⁴. Ainda é possível citar a *Associação Santa Luiza de Marillac*, fundada em 1942, tinha o objetivo de “socorrer material e espiritualmente os velhinhos, pobres e desamparados”. Para isso, as “Luizinhas”, as “moças de nossa sociedade” buscavam doações entre os membros da sociedade sanjoanense, dentre essas doações, há uma subvenção federal a partir do ano de 1944¹⁰⁵.

¹⁰² Atividades extra-programa. In. *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais*, op.cit., p. 14, v-15. Arquivo do CNSD.

¹⁰³ Associações religiosas. In. *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais*, op.cit., p. 22-23. Arquivo do CNSD.

¹⁰⁴ Apostolado da Oração. In. *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, organizado na data do seu cinquentenário 1898 – 1948*, 1948, p. 24. Arquivo do CNSD.

¹⁰⁵ Associação Santa Luiza de Marillac. In. *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais*, op.cit., p. 24. Arquivo do CNSD.

Por fim, citaremos a *Associação das Antigas Alunas*. Organizada pela Irmã Cecília Jardim, em 1942, objetivava incentivar entre as mulheres associadas uma “estreita amizade [...] e profícua cooperação”. Além disso, organizavam debates sobre a “situação moral e econômica do magistério”, além de buscar um constante aperfeiçoamento moral e intelectual das associadas¹⁰⁶.

Além dessas *Associações*, que foram chamadas aqui de *atividades extra-programa*, é possível perceber a existência de atividades *extraclasse*, práticas escolares¹⁰⁷ e de socialização no qual o jornal *Stella Maris* estava inserido. Todas as atividades foram, de alguma forma, alvo de notícias publicadas no *Stella*. Podemos citar dentre as agremiações os

Grêmios Líteo-Esportivos “Tristão de Athayde¹⁰⁸” das internas e “Alberto Magalhães” das externas, voltado para a prática de esportes, em especial o vôlei, considerando que cada grêmio possuía seu próprio time e que havia recorrentes disputas entre os dois; o Círculo de Estudos “Divino Mestre” e o Clube de Leitura “Dr. Lúcio José dos Santos”, que se dedicavam ao estudo da língua portuguesa e ao aprofundamento das disciplinas estudadas em sala [...]¹⁰⁹.

A partir desse histórico que realizamos sobre as Irmãs Vicentinas e, mais particularmente, sobre o Colégio Nossa Senhora das Dores, algumas indagações nos saltam aos olhos. Passaremos a elas.

Mulheres católicas e o espaço público

Podemos indagar, a partir desse histórico apresentado do Colégio Nossa Senhora das Dores, se havia a tentativa de uma educação emancipadora das mulheres: aquela que as faziam conhecer seus direitos, seus deveres, ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e, em fim último, permitiria a elas escapar do condicionamento mulher-marido-filhos. A resposta mais simples é: *não*. No entanto, as complexidades da história e a complexidade do trabalho com *gênero* não nos permitem pensar em dicotomias simplificadoras de *sim* e *não*.

¹⁰⁶ Associação das Antigas Alunas. In. *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais*, *op.cit.*, p. 25-27. Arquivo do CNSD.

¹⁰⁷ REZENDE, *op.cit.*, p. 69-70.

¹⁰⁸ No Arquivo do CNSD consta as atas do Grêmio Líteo-esportivo Tristão de Athayde, segundo as mesmas, o Grêmio foi fundado em 1933 e a última diretoria que consta em ata foi eleita em 1941.

¹⁰⁹ REZENDE, *op.cit.*, p. 70.

Na prática, percebemos que essa forma de educação confessional, principalmente a partir da década de 1930, fez com que a mulher ocupasse de alguma forma o espaço público.

A educação da década de 1930, no âmbito religioso, foi conformada pela encíclica publicada em 1929, durante o papado de Pio XI, *Divini Illius Magistri*¹¹⁰. Nela é discutido acerca da educação cristã da juventude: as formas de ensinamentos e a quem pertence o direito de educar os jovens estão delimitados no documento, uma vez que em “nossos tempos [...] infelizmente se deplora uma tão grande falta de claros e sãos princípios”¹¹¹.

A partir da discussão realizada em diversos países sobre novas técnicas e arcabouços pedagógicos, no caso brasileiro podemos citar o Manifesto da Escola Nova, a Igreja vê necessidade em se posicionar sobre o ensino e enquanto detentora, por direito natural, ao monopólio da educação, uma vez que as novas correntes pedagógicas acatam “exclusivamente às coisas terrenas e temporais, em vez de dirigirem o alvo para Deus”¹¹².

Na referida encíclica, é delimitado os responsáveis pela educação: a família que é tida como imperfeita, entretanto, foi “instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole”. Assim sendo, essa tem “prioridade de natureza” e, portanto, prioridade nas decisões educacionais frente a sociedade civil. Destarte, a sociedade civil também era responsável pela educação, enquanto sociedade perfeita em âmbito temporal. Assim sendo, cabe ao Estado educar os cidadãos “segundo a ordem estabelecida por Deus”, ou seja, respeitando as decisões familiares no domínio educacional e respeitando também os métodos educacionais preconizados pela instituição católica, visando harmonia entre essas esferas. Por último, mas, não menos importante, temos a principal responsável pela educação: a Igreja. Ela sendo uma sociedade de “ordem sobrenatural e universal”, ou seja, perfeita em todos os aspectos, ela reúne em si todos os meios pelos quais há a salvação da humanidade, tendo o “bem supremo como [...] fim último”. Além disso, recebe títulos e ordens diretamente de Deus. Posto isso, ela é a *mãe carinhosíssima* e

¹¹⁰ PIO XI. *Divini Illius Magistri*, 1929. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html

¹¹¹ PIO XI, *op.cit.*, p. 2.

¹¹² Idem, p. 3.

mestra infalível, a ela pertence a “maternidade sobrenatural, pela qual a Igreja, Esposa imaculada de Cristo, gesta, nutre, educa as almas na vida divina da graça, com os seus sacramentos e o seu ensino”, sendo “absolutamente superiores a qualquer outro título de ordem natural”, isto é, superior ao Estado e à família¹¹³.

No tocante a relação entre Estado e Igreja, a encíclica é enfática quanto a primazia católica frente a educação, onde é

direito inalienável da Igreja, e simultaneamente seu dever indispensável vigiar por toda a educação de seus filhos, os fiéis, em qualquer instituição, quer pública quer particular, não só no atinente ao ensino aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição, enquanto estão relacionadas com a religião e a moral¹¹⁴.

Ao Estado compete a proteção, por meio das leis, do direito da família à uma educação cristã da prole, e por “consequência respeitar o direito sobrenatural da Igreja a tal educação cristã” além de promover “a educação moral e religiosa da juventude, removendo as causas públicas que lhe sejam contrárias”. No entanto, cabe ao Estado reconhecer e proteger o *direito inalienável da Igreja* no que diz respeito a educação, tem seus benefícios, uma vez que a educação cristã pressupõe o respeito a ordem social estabelecida.¹¹⁵

A harmonia entre ambos é benéfica ao Estado uma vez que, quanto

mais o governo temporal se coordena com o espiritual e mais o favorece e promove, tanto mais concorre para a conservação do Estado. Pois que, enquanto o superior eclesiástico procura formar um bom cristão com a autoridade e os meios espirituais, segundo o seu fim, procura ao mesmo tempo e por necessária consequência formar um bom cidadão, como ele deve ser sob o governo político. O que verdadeiramente se dá, porque na Santa Igreja Católica Romana, cidade de Deus, é absolutamente uma e a mesma coisa, o bom cidadão e o homem de bem. Pelo que grave é o erro daqueles que separam coisas tão unidas e pensam poder conseguir bons cidadãos por outras normas e por meios diversos daqueles que contribuem para formar o bom cristão¹¹⁶.

Assim sendo, a Igreja é a que possui o *dom natural, materno* de ensinar seus filhos, posto isso, é delimitado qual o melhor método para uma educação cristã. Começando pela educação sexual, o “naturalismo [...] em nossos tempos”, é tido como “matéria delicadíssima [...] [à] honestidade dos costumes”,

¹¹³ Idem, p. 2-10.

¹¹⁴ Idem, p. 6.

¹¹⁵ Idem, p. 10-13.

¹¹⁶ Idem, p. 16.

além de ser temeroso a “iniciação e a instrução preventiva, indistintamente para todos”. Mesmo quando a educação sexual se faz necessária, ela deve ser feita individualmente, por membros eclesiásticos, observando a moral e os costumes católicos¹¹⁷. Assim sendo,

em tempo oportuno, alguma instrução individual, acerca deste delicadíssimo assunto, deve, quem recebeu de Deus a missão educadora e a graça própria desse estado, tomar todas as precauções conhecidíssimas da educação cristã tradicional¹¹⁸.

Outro tema caro à Igreja é a coeducação, uma vez que ela é tida como “errôneo e pernicioso à educação cristã”. Segundo a encíclica, a possibilidade de ensinar meninos e meninas dentro de uma mesma sala, tendo contato com o mesmo conteúdo pedagógico “confunde a legítima convivência humana com a promiscuidade e igualdade niveladora”, isto porque, segundo a mesma, o “Criador ordenou a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade”. Ou seja, homens e mulheres são seres diferentes que se complementam, no matrimônio. E, uma vez que são diferentes, as funções e o ensino a cada um deles não pode ser igualado. Um exemplo que está presente na encíclica e nos chama atenção diz respeito às atividades desportivas e exercícios ginásticos. Na realização dessas atividades é necessário observar a “modéstia cristã [da] juventude feminina, à qual fica muito mal toda a exibição e publicidade”, ou seja, pensando no recato das jovens, é necessário um espaço apropriado às realizações dessas atividades, longe de olhares e da publicização dos seus corpos.¹¹⁹

Assim sendo, se faz necessário que

todo o ensino e toda a organização da escola: mestres, programas, livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância *maternal* da Igreja católica, de modo que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também media e superior¹²⁰.

Por fim, pensando na existência, dentro de um mesmo Estado, de diversas crenças diferentes da católica, a encíclica propõe que haja subvenção do Estado às escolas preferidas pelas famílias

¹¹⁷ Idem, p. 16-17.

¹¹⁸ Idem, p. 17.

¹¹⁹ Idem, p. 17-20.

¹²⁰ Idem, p. 21. (grifo nosso)

devido o Estado mais razoavelmente, e podendo também mais facilmente, prover, deixando livre e favorecendo até com subsídios a iniciativa e obra da Igreja e das famílias. E que isto seja realizável com satisfação das famílias, com utilidade da instrução, da paz e tranquilidade pública, bem o demonstra o facto de haver nações divididas em várias confissões religiosas, onde a organização escolástica corresponde ao direito educativo das famílias, não só quanto ao ensino, particularmente com a escola inteiramente católica, para os católicos, mas também quanto à justiça distributiva, com o subsídio financeiro da parte do Estado, a cada uma das escolas desejadas pelas famílias¹²¹.

Ou seja, a educação ideal não seria a pública, laica e universal, mas sim, aquela que melhor se adaptasse às crenças familiares.

A encíclica propõe ainda uma relação entre educação da juventude e Ação Católica. Em linhas gerais, a Ação Católica foi um movimento de expressão internacional, fundada em 21 de dezembro de 1922, durante o pontificado de Pio XI (1922-1939), onde

[...] ocorreu uma nova, ampla e complexa reorganização da [igreja] com o objetivo de uma união de forças católicas organizadas para a afirmação, difusão, atuação e defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social, mas sempre distinta da política partidária, pois a atividade dos católicos organizados não é uma ação política, mas religiosa¹²².

No Brasil, a *Ação Católica* foi fundada pelo cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, em 1935. Estava inserida em um contexto onde, após a proclamação da República em 1889, a Igreja passou por um processo de “construção institucional”¹²³ e de “rejeição à nova ordem sociopolítica, à nova ordem burguesa”¹²⁴. Repensando assim seu papel na modernidade. A partir dos anos 1920, a figura de Dom Sebastião Leme, no Brasil, foi atrelada a obra restauradora e recristianizadora – ou seja – um projeto da Igreja Católica de interferir e atuar nas mudanças sociais. A base desse projeto foi assentada em filósofos contrarrevolucionários do pós-Revolução Francesa. É possível compreender que as bulas e encíclicas papais estavam alicerçadas na doutrina conservadora, calcada em pensadores católicos do século XIX. “O

¹²¹ PIO XI. *Divini Illius Magistri*, 1929, p. 21

¹²² SOUZA, Ney. Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. In.: *Revista de Cultura Teológica*, n. 55, 2006, p. 48, v.14.

¹²³ MICELI, Sergio. *A elite eclesial brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17-34.

¹²⁴ MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. In: *Acta Scientiarum*, n. 21, 1999, p. 208.

conservadorismo se constituiu em permanente combate ao [...] liberalismo. Ele apropriou-se de elementos do tradicionalismo”, ou seja, da adesão a um passado e ao medo da inovação no meio social. Outra característica dele é a instituição de uma “teoria da autoridade conscientemente irracionalista”. A doutrina conservadora atribuiu à hierarquia eclesiástica a autoridade, essa sendo concebida como um poder carismático responsável por salvar a humanidade da destruição e da desordem em que ela se encontrava no mundo moderno, submetendo todos os indivíduos à tradição. A subordinação à autoridade e à tradição era apresentada como um remédio para a desordem política comum da modernidade, e quem se apresentava enquanto aquela que conseguiria reunir em si a tradição – uma história absoluta e sacralizada – com a autoridade, formando uma sociedade perfeita, era a hierarquia católica¹²⁵.

A Carta Pastoral (1916) de Sebastião Leme pode ser compreendida como um programa teológico-político, em que o religioso analisava os males que atingiam o Brasil e suas possíveis soluções. Dentre os danos apontados pelo futuro cardeal está a falta de amor entre os homens, o desprezo à autoridade, a luta injusta entre as classes e a ambição humana por bens terrenos. Além disso, ele defendia que o Brasil era uma nação católica, porém, era governada por homens que não professavam a fé católica, um país governado por aqueles que se renderam ao laicismo. No entanto, Leme denunciava que “os católicos, maioria da população, haviam se tornado uma força inerte”, sendo assim havia a necessidade de organizar mecanismos para a atuação religiosa, desde a elite intelectual à massa popular. Podemos citar alguns desses mecanismos, como o ensino religioso, algo caro à Igreja e fruto de inúmeros debates no âmbito da educação pública; organização de movimentos religiosos leigos, mas, esses sempre ligados à hierarquia e à autoridade eclesiástica; formação de uma elite intelectual católica, a criação Centro Dom Vital, por Jackson de Figueiredo, foi uma ação nesse sentido; e, por fim, a imprensa, cujo papel primordial foi na restauração social divulgando a doutrina social da Igreja, informando sobre as atividades dos inimigos e as formas de combate desses, além da “divulgação de assuntos nobres”. Podemos citar a revista *A Ordem*, fundada também por Figueiredo, e tida como órgão semioficial do Cardeal Leme, como exemplo da

¹²⁵ DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 38-39.

imprensa católica do período. A Revista era composta por intelectuais leigos, visando a constituição da doutrina católica sobre o princípio da autoridade, perpassando a ortodoxia e a hierarquia, além de discussões sobre os grupos organizados e os movimentos de massa.¹²⁶ Ou seja, havia a tentativa por parte da instituição católica de se reafirmar na sociedade brasileira, uma vez que a mesma não possuía mais o vínculo estatal característico do Padroado, nem era a religião oficial do Estado. Fazendo parte da institucionalização católica no país, ela passou a criar dioceses e paróquias ao longo do território nacional, aumentou o número de seminários, além de ampliar “o círculo de interlocutores leigos logrando com isso barganhar em melhores condições a concessão de subsídios de toda ordem por parte de autoridades públicas do novo regime”¹²⁷.

Assim sendo, a Ação Católica Brasileira foi uma das formas encontradas pela Igreja de superar o rompimento com o Estado e de (re)catolicizar o Brasil. Ela foi um conjunto de movimentos, voltados ao laicato, criados pela Igreja visando ampliar sua influência na sociedade e fortalecer a fé católica.

Portanto, quando se indagava sobre ensino dos jovens católicos, pensava-se também na difusão e defesa da fé católica, objetivo geral da Ação Católica. Posto isto, a encíclica deixa claro essa distância entre religião e política, definindo a educação enquanto uma *ação religiosa*. Entretanto, essa educação atenderia às demandas estatais de submissão e lealdade à Pátria. Ou seja,

procurando para seus filhos a escola católica [...] os católicos de qualquer nação do mundo não exercem uma ação política de partido, mas sim uma ação religiosa indispensável à sua consciência; e não entendem já separar os seus filhos do corpo e do espírito nacional, mas antes educá-los dum modo mais perfeito e mais conducente à prosperidade da nação, pois que o bom católico, precisamente em virtude da doutrina católica, é por isso mesmo o melhor cidadão, amante da sua Pátria e lealmente submisso à autoridade civil constituída em qualquer legítima forma de governo¹²⁸.

Voltando nossos olhares às alunas do CNSD, há referências no *Stella Maris*, da participação delas em eventos da Ação Católica, tal como o *Primeiro*

¹²⁶ DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: doutrina católica sobre autoridade no Brasil*, p. 53-92.

¹²⁷ MICELE, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*, p. 25.

¹²⁸ PIO XI. *Divini Illius Magistri*, 1929. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html, p. 22-23.

Congresso Provincial, que contou com a presença de Alceu Amoroso Lima e na *Sede da juventude feminina*, ambos em Belo Horizonte¹²⁹.

Analisando nossa fonte, o *Stella* e suas publicações, inserindo-a em um contexto de Ação Católica, podemos ver os *dois lados da moeda*. Ou seja, como já apresentado, o jornal possui textos voltados ao catolicismo, algo normal uma vez que ele era produzido em um colégio católico. Entretanto, há no periódico textos relacionados à política do período. A relação da Igreja com o Estado Novo será analisada mais adiante, aqui focaremos em mostrar que (1) o *Stella* é uma forma de inserção das alunas do CNSD no espaço público sanjoanense e que (2) as edições do *Stella* que tivemos acesso é uma das formas da Ação Católica presentes no Colégio, aliando política e religião, para além da formação da *mãe-cívica* que será tratado em momento mais oportuno.

Robert Darnton afirma que “não é possível definir como os leitores assimilavam seus livros”, as formas de leituras são diversas e, no “circuito dos livros [é o] que oferece maiores dificuldades de estudo”¹³⁰. Destarte, pensando em um *circuito de comunicações*¹³¹ – a produção do impresso e a circulação do mesmo na cidade – começamos as análises com o que tínhamos em mãos: um impresso, escrito por mulheres de um colégio confessional na cidade de São João del-Rei. Inicialmente, acreditávamos que o *Stella Maris* era um jornalzinho de Colégio, não muito conhecido à época de sua publicação e sem impacto na imprensa sanjoanense. Acreditávamos que ele era uma prática pedagógica circunscrita à rede de colégios vicentinos pelo Brasil. No entanto, ao longo da pesquisa, observamos algumas referências a outros jornais da cidade sendo publicadas no *Stella*, o que nos surgiu a hipótese de que havia o diálogo entre eles. Nossas suspeitas de que esse não era um simples jornal de uma instituição escolar se intensificou ainda mais quando, na leitura das edições, encontramos correspondências, que foram publicadas no impresso ou tivemos acesso por meio do Arquivo do CNSD, e que tinham como remetente Alceu Amoroso Lima, Gustavo Capanema, o secretário de educação do Estado de Minas Gerais,

¹²⁹ Ação Católica. In: STELLA MARIS, julho de 1943, p. 2; O Primeiro Congresso Provincial de Ação Católica. In: STELLA MARIS, agosto de 1943, p. 3; Sede da Juventude Feminina de Ação Católica.

¹³⁰ DARNTON, Robert. O que é história dos livros. In.: *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 119-120.

¹³¹ DARNTON, Robert. O que é história dos livros; DARNTON, Robert. Retorno a “¿Qué es la historia del libro?”. In.: *Prismas*, Revista de história intelectual, nº12. Buenos Aires: 2008.

fazendo referências ao jornal. Sendo assim, chegamos à conclusão de que era um impresso conhecido no meio católico e em âmbito educacional. Mas, e na cidade? Esse impresso feminino católico era visto como fazendo parte da imprensa sanjoanense, e por consequência presente no espaço público? Ele extrapolava as paredes ecléticas do Colégio Nossa Senhora das Dores? Sabíamos que sobre o CNSD era alvo de notícias na imprensa da cidade, além de anúncios dos cursos ofertados presentes nos periódicos correntes em São João del-Rei. No entanto, e o *Stella*? Havia referências a ele?

Com isso em mente, procuramos referências ao *Stella Maris* em outros jornais da cidade. Por indicação do orientador da presente dissertação, encontramos uma transcrição do jornal *O Correio*, onde Luiz de Melo Alvarenga responde detalhadamente a um questionário proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1943, visando “obter elementos para organização de uma Monografia Histórico-Corográfica”, o texto foi nomeado de *Respostas a um questionário sobre São João del-Rei*¹³². Ao longo das perguntas propostas pelo IBGE o intelectual sanjoanense discorre sobre a história, a cultura, a economia, enfim, todos os aspectos que envolviam a cidade.

Ao longo da transcrição, é possível ler a seguinte pergunta, especificamente sobre a imprensa da/na cidade¹³³: *Os órgãos da Imprensa local, de fora, têm grande circulação no município? Quais as seções que mais interesse na massa populacional? Está bem generalizado, entre o povo, o hábito da leitura de obras impressas? Quais os assuntos preferidos?* Na resposta, é citado o *Stella*, assim sendo, é possível supor que, o impresso era conhecido e lido na cidade, para além do meio educacional vicentino. Aqui, o autor caracteriza o *Stella Maris* como “jornal publicado pelas alunas da Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Dores. Publica-se também em formato de revista¹³⁴ uma vez

¹³² ALVARENGA, Luiz de Melo. *Respostas a um questionário sobre São João del-Rei*, 1943. Disponível em: https://patriamineira.com.br/imagens/arquivos/145858121110_QUESTIONARIO_LUIS_DE_MELO_ALVARENGA.pdf

¹³³ Para saber mais sobre a imprensa sanjoanense, principalmente aquela de finais do século XIX, consultar: AMARAL, Alex Lombelo. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del-Rei. Dissertação de Mestrado em História: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Juiz de Fora, 2008.*

¹³⁴ É interessante frisar que não encontramos no Arquivo do Colégio Nossa Senhora das Dores uma revista a cada ano tal como foi citado.

por ano”. Além disso, o autor frisa que a prática da leitura¹³⁵, em geral, é “bem difundida, contando a cidade com 3 livrarias”¹³⁶. Podemos indagar qual espectro social tem mais acesso a leitura e maior poder aquisitivo para dedicar a compra dos livros nas ditas livrarias, no entanto, aqui, isto não é o objeto da pesquisa. Deixamos claro que o *Stella* era escrito por alunas pertencente a famílias que tinham condições financeiras de pagar a mensalidade do Curso Normal e Ginásial do CNSD.

Outra evidência que nos faz supor a circulação do *Stella* na cidade de São João del-Rei está publicada no *Diário do Comércio*, impresso da associação comercial da cidade. Nele foi noticiado a publicação referente ao centenário da elevação de São João del-Rei à cidade, escrito pelas alunas e publicado, no *Stella Maris*, na edição número 4, de agosto de 1938. Na matéria do *Diário* o *Stella* era descrito como um “modesto jornalzinho”, e elogiava a referida edição: “primorosa”. Ao final, classificava as alunas como jornalistas, tal como os redatores do *Diário do Comércio*: “As nossas inteligentes colegas de jornalismo, do Colégio N. Senhora das Dores, os nossos parabéns”¹³⁷. Não foi possível saber o autor do texto elogioso, mas, novamente, são indícios de uma circulação além CNSD, e de uma forma de atuação dessas mulheres no espaço público. Em outro texto publicado no *Diário* e na *Revista Minas Gerais*, de autoria de Cristovam Braga, “São João del-Rei e sua Imprensa”, o autor cita os impressos existentes a época, e os já extintos. Além disso, ele liga a imprensa à civilização de uma cidade e ao “ardor da causa pública”, além da compreensão dos “deveres sociais” na redação de um impresso. Após várias citações elogiosas à imprensa sanjoanense, o autor lista os jornais da cidade. E, nessa lista, aparece o *Stella*¹³⁸.

Posto isso, é possível supor a circularidade desse jornal na cidade de São João del-Rei, ou seja, as mulheres estudantes de uma instituição católica, formadas para a religião, o doméstico, o cuidado, o ensino e a maternidade ocupavam também, através da escrita, o espaço público da imprensa

¹³⁵ Para saber mais sobre a instrução pública de inícios do século XX, consultar: BOSCO, Cyro Luiz dos Santos. *A análise dos discursos educacionais por meio dos jornais de São João del-Rei*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação: Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, São João del-Rei, 2014.

¹³⁶ ALVARENGA, Luiz de Melo. Respostas a um questionário sobre São João del-Rei, p. 72-73.

¹³⁷ “Stella Maris”. In: DIÁRIO DO COMÉRCIO, 7 de setembro de 1938.

¹³⁸ São João del-Rei e sua imprensa. In: DIÁRIO DO COMÉRCIO, 17 de agosto de 1938.

sanjoanense, reconhecidas enquanto *jornalistas* por um grande periódico da cidade. Com isso, podemos ligar essa atuação no espaço público dessas mulheres católicas enquanto um ideal de evangelização posto na *Ação Católica*, uma forma de vencer “a nossa própria inércia”¹³⁹. Ou seja, a educação recebida por essas mulheres fazia com que a docência e o ensino dessas mulheres fossem voltados ao âmbito do cuidado, da assistência e da maternidade, entretanto, essas mesmas mulheres, visando a (re)cristianização da sociedade, se colocavam enquanto jornalistas, escreviam em um jornal de cunho católico e, em última instância atuavam, através da escrita, no espaço público sanjoanense. É possível perceber uma confusão, uma linha muito tênue entre o público e o doméstico, as mulheres são as *mães-cívicas* tal como será trabalhado mais adiante, entretanto, também ocupavam o espaço público da imprensa.

¹³⁹ Referência à fala de Alceu Amoroso Lima realizada durante o Primeiro Congresso Provincial de Ação Católica. Publicado em: Primeiro Congresso Provincial de Ação Católica. In: STELLA MARIS, *op.cit.*, p. 3.

CAPÍTULO II - STELLA MARIS: A LINHA TÊNUE ENTRE A IMPRENSA FEMININA E A IMPRENSA CATÓLICA

Defendemos aqui que o impresso Stella Maris, é, para além de uma prática educacional, um híbrido entre a imprensa católica e a imprensa feminina, tal como caracterizado aqui. Para tanto, se faz necessário percorrer a relação da Igreja Católica para com a imprensa a fim de contribuir para uma melhor compreensão de nossa história-problema.

A Igreja católica e a imprensa

Desde a invenção da prensa por Gutenberg, por volta de 1450, a relação da Igreja com os escritos “profanos”, entendendo aqui como os produzidos fora da instituição católica, foi de conflitos, preocupações e aproximações. No referido período a Igreja, que defendia o uso do latim, viu, paulatinamente, sua preeminência esmaecer com as impressões em língua vernácula proporcionadas pela prensa nascente. Além disso, a “facilidade conferida pela imprensa à produção individual trouxe [...] facilidade de acesso às técnicas de imprensa e, principalmente, aos livros”, uma vez que ela diminuía os custos de reprodução do material. Tudo isso, aliado à maior disseminação de ideias e do conhecimento, traz desconfiância por parte da Igreja sobre a técnica nascente. Entretanto, vale lembrar que nos primórdios da imprensa, a Igreja fez uso da técnica, mas, pelos motivos supracitados, logo começou a desconfiância.¹⁴⁰ Essa desconfiância foi porque, desde

meados do século XV e, ainda com mais frequência no século XVI, circularam por toda a Europa os veículos sensacionalistas conhecidos como “Avisi”, na Itália; “Gazettes”, na França; “Zeitungen”, na Alemanha e “Relations”, na Inglaterra”. Dos veículos sensacionalistas para o aparecimento do jornal foi uma questão de tempo, que se concretizou no início do século XVII. Exemplo típico do jornalismo deste período foi o semanário “Gazette”, fundado por *Théophraste Renaudot*, em Paris, em 1631¹⁴¹.

¹⁴⁰ GURGEL, Eduardo Amaral. *Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: convergências e divergências*. Doutorado em Comunicação Social, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2017, p. 48-50.

¹⁴¹ GURGELI, *op.cit.*, p. 49.

No decorrer do tempo, a relação da Igreja para com a Imprensa passa por um viés maniqueísta entre uma boa imprensa (publicações de cunho católico) e a má imprensa (escritos *heréticos*: livros e jornais seculares). Podemos pensar no dualismo boa/má imprensa desde o papado de Inocêncio VIII (1484 – 1492) aquele implantou uma censura aos impressos do período, interditando os impressores, seus auxiliares e colaboradores, sob pena de excomunhão. Esses deveriam submeter seus impressos ao poder eclesiástico para aprovação, ou não, da impressão. Inocêncio VIII, defendia que “deve-se semear apenas aquilo que possa alimentar espiritualmente as almas fiéis, sabendo-se arrancar o joio e cortar a estéril oliveira selvagem”. Essa censura vai se acirrar com a criação do Index Librorum Prohibitorum (INDEX)¹⁴², pós Reforma Protestante, durante o Concílio de Trento.¹⁴³ Isso pode ser compreendido como o “primeiro esboço do que viria a ser a boa imprensa e a má imprensa, conceito este que [será] oficializado por Leão XIII”, em finais do século XIX e início do XX. Esse maniqueísmo entre os impressos, será utilizado tanto no panorama internacional como na realidade das instituições da Igreja Católica brasileira.

O que assustava os defensores religiosos era o aspecto da facilidade do acesso ao discurso e à pesquisa presente na comunicação social. Isso fazia com que tradições religiosas passadas de geração em geração se vissem ameaçadas pela imprensa nascente, uma vez que com ela, havia a possibilidade de questionamento e dúvidas sobre as tradições católicas. Ao longo dos vários pontificados, o INDEX e as condenações foram atualizados e moldados de acordo com as visões de cada pontífice. Um momento que é possível ver uma relação conflituosa, mas, ao mesmo tempo uma peça-chave na formação e difusão da *boa imprensa* foi na condenação da maçonaria por Leão XIII (1878-1903). Nesse período, a Igreja se coloca enquanto aquela que (também) disputa a opinião pública, sendo momento propício para maior difusão de uma *imprensa católica*, uma vez que “não se tratava mais de uma disputa pelo poder do conhecimento [...], mas sim pelo controle da informação”.¹⁴⁴

¹⁴² Lista de livros tido como heréticos, foi extinto apenas em 1966.

¹⁴³ GURGEL, *op.cit.*, p. 49-56.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 57-61.

Pensando em periódicos católicos, leigos ou não, podemos retornar ao papado de Pio IX, onde o mesmo estimula os bispos no combate da má imprensa. Em sua

Constituição ‘*Nostis et Nobiscum*’, de 8 de dezembro de 1849, Pio IX, ao analisar o papel da imprensa utilizada à época por forças ‘socialistas’ e ‘comunistas’, [...] de forma oficial, encoraja os bispos a utilizarem ‘as mesmas armas’ dos revolucionários, ou seja, livros e escritos diversos¹⁴⁵.

Assim, em 1850 é fundado, por Jesuítas, a revista *Civiltà Cattolica*¹⁴⁶, “durante uma época de mudança convulsiva na Europa”¹⁴⁷. Ainda durante esse pontificado, no ano de 1861, apareceu o jornal leigo *Osservatore Romano*¹⁴⁸. De propriedade de Nicola Zanchini e Giuseppe Bastia, o periódico tinha como objetivo defender o papado dos ataques e calúnias atiradas à Sé Católica¹⁴⁹.

Posteriormente à Pio IX, Leão XIII – quem sistematizou a doutrina social da Igreja, organizada na encíclica *Rerum Novarum* - abordou o tema da imprensa em diversos documentos, sendo assim, não só o clero, mas também o laicato passou a atuar veementemente na propagação da *boa imprensa*. Por *boa imprensa*, podemos entender os textos, livros e jornais, que visavam divulgar a doutrina da Igreja Católica, informar aos leitores sobre os inimigos dos católicos e as formas de combater-los, além de contribuir para a restauração social encabeçada pela hierarquia católica¹⁵⁰. Mais precisamente sobre a América Latina e o Brasil, Leão XIII se dirigiu aos bispos brasileiros através da *Paternae Providaeque* (1899), pontuando que “em nossa época, o novo povo não forma opiniões nem tampouco regra sua vida senão através da leitura cotidiana dos jornais”. Outro fato importante para a imprensa católica na América Latina foi a convocação para o Concílio Plenário da América Latina, através da encíclica *Quum Diuturnum* (1898), nele, o pontífice incentiva a publicação de boas obras, ou seja, obras de cunho católico, e, pede para que cada diocese crie um boletim, visando a disseminação da imprensa católica. É no papado de Leão XIII que são

¹⁴⁵ Idem, p. 60.

¹⁴⁶ Periódico publicado até a atualidade, disponível em: <https://www.laciviltacattolica.com>

¹⁴⁷ “*during a time of convulsive change in Europe*” in: <https://www.laciviltacattolica.com/la-civiltacattolica/>

¹⁴⁸ Periódico publicado até a atualidade. Disponível em: <https://www.osservatoreromano.va/pt/pages/the-newspaper.html>. Acesso em: outubro de 2021.

¹⁴⁹ GURGEL, Eduardo Amaral. Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: convergências e divergências, p. 61.

¹⁵⁰ DIAS, Romualdo. Imagens de Ordem: doutrina católica sobre autoridade no Brasil, p. 93.

lançadas as sementes da Ação Católica, consolidada por Pio XI, em 1922. Os apelos de Leão XIII para a organização do povo católico e a não dependência diretamente do âmbito político, faz com que as bases dessa organização sejam solidificadas¹⁵¹.

Visando um controle, seja dos jornais ou dos livros de cunho católico que seriam publicados, Pio X (1903-1914) instaura uma forma de gabinete de censura, localizada em cada diocese. Esse gabinete era responsável por ler, previamente, todos os escritos destinados à publicação. Os impressos, principalmente os livros, autorizados a serem publicados deveriam constar o *imprimatur* – a autorização para publicação por parte do bispo e o *nihil obstat* – “nada consta”, afirmando que aquele impresso não atentava contra a fé nem contra a moral, trazendo impresso o nome do censor¹⁵².

Em terras brasileiras, podemos historicizar o surgimento da imprensa católica brasileira vinda de meados do século XIX. Oscar Figueiredo Lustosa aponta algumas divisões possíveis para a análise da referida imprensa: a primeira fase (1830?-1860), onde o que predominava era a empiria, o artesanato e as diversas iniciativas desconexas entre si. Classifica como a segunda, a fase de consolidação (1870-1900), onde a imprensa católica toma dimensões mais amplas, tornando mais informativa, onde os assuntos sempre perpassavam a vida interna da igreja. A terceira, podemos compreender como a de organização e articulação (1900-1945), onde havia a preocupação, por parte dos responsáveis pelo jornalismo católico, com a infraestrutura do jornal. Em meados dos anos 1920, é fundado o Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa. Houve uma tentativa de centralização de informações com agência de notícias católicas. Por fim, a fase da especialização (1945-atual), ocorreu a ampliação dos meios de comunicação social e das inovações tecnológicas, que provocaram a necessidade por parte dos jornalistas e da hierarquia católica de reformular a política eclesial no que tange aos meios de comunicação¹⁵³.

De modo geral, a imprensa católica era o “local privilegiado, utilizado bem ou mal pela hierarquia e pelos católicos, para defender a fé e os costumes, para

¹⁵¹ GURGEL, Eduardo Amaral. *Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: convergências e divergências*, p. 61-65.

¹⁵² GURGEL, Eduardo Amaral. *Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: convergências e divergências*, p. 66-73.

¹⁵³ LUSTOSA. *Os Bispos no Brasil e a imprensa* apud GURGEL, *op.cit.*, p. 75.

reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em uma palavra, para informar e formar”, ou seja, onde foi possível à Igreja expressar livremente seu posicionamento, visando tanto informar os católicos quanto os formar na fé e na moral defendida pela instituição religiosa. Além disso, há uma outra característica que dá sentido à imprensa católica: “o modo [...] de sua vinculação orgânica com a **missão** da Igreja, em cada época e em cada conjuntura do processo concreto vivido pela comunidade eclesial”¹⁵⁴.

Em outras palavras, o que caracteriza a imprensa católica, principalmente no Brasil, é, além de um conteúdo não oposto à fé e a moral visando a (in)formação, os periódicos se vinculavam à missão religiosa defendida em cada período da história eclesiástica. Além disso, nas “primeiras décadas do século XX, os veículos católicos se tornam uma ‘imprensa de opinião’, constituindo-se em um instrumento importante na reorganização da vida da Igreja [...] capaz de viabilizar sua influência na sociedade”¹⁵⁵. Em inícios do século XX, surgiram no Brasil diversos jornais católicos, dentre eles podemos citar *O Santuário* (1900), o semanário oficial da Basílica de Aparecida, publicado pelos padres redentoristas. Publicado em Recife e São Paulo pelos beneditinos, temos *O Estandarte Católico* (1900). Em 1905, no Rio de Janeiro, é fundado *A União*. No mesmo ano é fundado em Belo Horizonte *O Diário* e *O Jornal do Dia*, de Porto Alegre. É importante citar também a criação, em 1907, da revista *Vozes de Petrópolis*. Além disso, se faz importante frisar, a criação em 1910, “do Centro de Boa Imprensa (CBI), que funcionou como uma espécie de agência de notícias e informações católicas, cedendo matérias e artigos aos periódicos católicos do país”¹⁵⁶.

Outro marco que podemos observar na imprensa católica brasileira é a criação da revista *A Ordem*. A Revista começou a ser publicada nos anos 1920, mais especificamente 1921, fundada por Jackson de Figueiredo. O impresso passou a ser ligado ao Centro Dom Vital¹⁵⁷, uma organização religiosa leiga,

¹⁵⁴ LUSTOSA. Os Bispos no Brasil e a imprensa apud DALMOLIN, Aline Roes. *O discurso sobre o aborto em revistas católicas brasileiras: Rainha e Família Cristã (1980-1990)*. Doutorado em Ciências da Comunicação. São Leopoldo: Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2012, p. 43.

¹⁵⁵ DALMOLIN, Aline Roes. O discurso sobre o aborto em revistas católicas brasileiras: Rainha e Família Cristã (1980-1990), p. 47.

¹⁵⁶ DALMOLIN, *op.cit.*, p. 47-48.

¹⁵⁷ É possível saber mais sobre a organização do Centro nos dias de hoje através do site: <http://centrodomvital.com.br>.

quando essa foi fundada, também por Figueiredo em 1922, no Rio de Janeiro. O Centro Dom Vital era um “núcleo organizador da sociedade civil”, compostos de intelectuais que redigiam na *Ordem*. O periódico se sobressai enquanto responsável pela difusão dos ideais do grupo católico, e “também por ter uma continuidade expressiva na vida editorial do país, dado que [...] permanece até os dias atuais, embora com periodicidade irregular”¹⁵⁸.

Na revista em questão, diversos temas e posicionamento perpassam suas páginas, tais como a atuação da juventude, a condenação do divórcio, a defesa de uma imprensa católica, questões sociais e educacionais, a crítica à burguesia, combate ao comunismo, ao protestantismo, que aparecem com mais ou menos incidência, mas que são objetos de debate do grupo católico. Além disso, *A Ordem*, foi um meio pelo qual a Igreja e os católicos buscavam a defesa do ideário católico no cenário político-social da época, assumindo assim, “uma estratégia de autodefesa”, reforçando uma “concepção tradicionalista e elitista. Dessa maneira parecia mais seguro abraçar uma ideologia conservadora como meio de sobrevivência”.¹⁵⁹ Ou seja, a fundação da

revista *A Ordem* e do Centro D. Vital por Jackson de Figueiredo anuncia novos tempos para a Igreja, que, através da mobilização do elemento leigo, procura impor-se como força social significativa¹⁶⁰.

Visando a defesa da moral e da fé católica, vários trabalhos publicados na revista *A Ordem* tratam da Igreja na História, são escritos apologéticos que visam isentar a Igreja de seus posicionamentos e ações ao longo da história¹⁶¹. Além disso, ainda é possível identificar a configuração do que podemos chamar de uma “historiografia católica”, sobre a qual seria demonstrada a importância da presença do catolicismo ao longo da História brasileira. Nela está evidente o motivo pelo qual o Brasil, aos seus olhos, seria uma nação católica. Assim sendo,

história é vista como a representação fiel dos fatos, o historiador é apenas um veículo de sua transmissão. Para os “cultores da tradição”, a história constitui importante referencial pelo poder dos fatos, pelas lições de experiência que encerra, sendo vista com desconfiança as abstrações¹⁶².

¹⁵⁸ VELOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura histórica*. In: *R. Ci. Pol.*, Rio de Janeiro, 21 (3): 117-160, jul./set. 1978, p. 118.

¹⁵⁹ VELOSO. *op.cit.*, p. 119-120.

¹⁶⁰ Idem, p. 121.

¹⁶¹ Idem, p. 127.

¹⁶² Idem, p. 154.

Posto isso, se faz necessário mencionar algumas transformações ocorridas no interior da revista. Isso porque é possível perceber algumas “fases” da mesma: 1921-1928, sob direção de Jackson de Figueiredo, possuiu um viés predominantemente político-doutrinário; já em 1928-1934, sob direção de Alceu Amoroso Lima, torna-se uma revista de cultura católica. E, a partir de 1935, o discurso do impresso passa a refletir maior engajamento político, reflexo da crescente participação da Igreja no governo Vargas¹⁶³.

Portanto, após essa longa explanação sobre a Igreja e a imprensa, salientamos que nossa fonte, o jornal *Stella Maris*, se insere num recorte temporal em que a publicação de periódicos religiosos estava em intensa expansão. Isto pois a Igreja Católica brasileira visava a reconquista da sua influência na sociedade civil, entretanto, não mais como a religião oficial do Estado, mas sim enquanto influenciadora no/do espaço público. Sendo assim, um dos meios para essa atuação foi o incentivo a uma *boa imprensa*, com periódicos de cunho católico, produzidos por congregações religiosas. Porém, esses periódicos não estariam circunscritos/limitados a tais grupos específicos, dado o caráter leigo da sua atuação religiosa.

As mulheres, a escrita e a imprensa

Variando entre duas forças do público e do privado, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, as mulheres começaram a se colocar de forma mais veemente, enquanto leitoras e escritoras. Isso trouxe conflitos com relação aos espaços por elas ocupados e também com relação aos papéis de *gênero* estabelecidos, como veremos a seguir.

A partir do século XX, as mulheres, mesmo com todos os estigmas moralizantes que pesavam sobre elas, passam a ampliar a ocupação dos espaços públicos. Assim sendo, aos poucos elas adentraram nos cursos de medicina, direito e, principalmente o curso normal superior – haja vista que o trabalho docente primário era tido como algo feminino.

¹⁶³ VELOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura histórica, p. 159.

A escolarização feminina no Brasil tem seu início a partir da década de 1820, quando “a educação começou a tomar verdadeiro impulso”¹⁶⁴. É desse período que datam os primeiros jornais tidos como femininos – lê-se escrito *para* as mulheres e não *pelas* mulheres. O ato criativo da escrita foi descredibilizado às mulheres principalmente pelo amparo da medicina oitocentista, como aponta Michelle Perrot ao afirmar que:

os fisiologistas do final do século XIX, que pesquisam as localizações cerebrais, afirmavam que as mulheres têm cérebro menor, mais leve e menos denso. [...] procuravam] na organização cerebral o fundamento material da diferença dos sexos¹⁶⁵.

Ademais, o ato da escrita estava ligado a construção dos papéis de *gênero*. À mulher, era delegado o âmbito doméstico, sendo assim elas “nunca têm meia hora [...] que possam chamar de sua”, também não possuíam um espaço para a atividade criativa, não existia “um teto todo seu” nem meios financeiros para isso, uma vez que era “necessário ter quinhentas libras por ano e um aposento com tranca na porta para escrever”. Além do mais, as portas das bibliotecas estavam trancadas ou os escritos não eram “tão [bom] quanto [de] um homem”¹⁶⁶. Considerando o contexto do Brasil do século XIX, a “situação da mulher [...] em face da cultura escrita era [...] precária”. Relatos de viajantes “falam de sua falta de instrução, sublinhando que predominava entre elas a ignorância”¹⁶⁷. Dessa maneira, seja no âmbito da escrita ou da educação, os papéis de *gênero* são um forte influenciador no acesso à cultura. No entanto, as mulheres usavam alguns meios, davam “seu jeitinho”. Como Certeau (1998) aponta, usavam das *táticas*.

Uma das *táticas* das mulheres dentro do mundo das letras era a escolha do pseudônimo masculino, principalmente entre as romancistas, tal como a francesa George Sand (pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin) e a britânica George Eliot (pseudônimo de Mary Ann Evans). De mais a mais, aos poucos elas deixam de ser apenas as musas inspiradoras de romances e poemas para adentrarem o mundo da criação literária.

¹⁶⁴ LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2011, p. 199.

¹⁶⁵ PERROT, *op.cit.*, 96-97.

¹⁶⁶ WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

¹⁶⁷ LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina, *op.cit.*, p. 198.

No Brasil, “a conquista do território da escrita, da carreira de letras foi longa e difícil para as mulheres”¹⁶⁸. Isso porque havia a tentativa de manter as mulheres distantes do espaço público. Assim sendo, “o lugar da mulher de letras seria a esfera ‘perfumada de sentimento e singeleza’”. Ou seja, alguns até aceitavam que as mulheres escrevessem no decorrer do século XIX, no entanto, as mulheres deveriam se manter longe das discussões políticas. Elas deveriam escrever transparecendo a fragilidade, a gentileza e a submissão da autora, sentimentos tidos como essencialmente femininos¹⁶⁹. Ademais, no século XIX, às mulheres, lhes eram permitidas as escritas privadas, ou seja, as correspondências familiares ou cadernos de poesias. Essa forma era uma das poucas inserções das mulheres nesse mundo letrado que não sofria restrição.¹⁷⁰

Posto isto, ao longo do século XIX inicia-se no Brasil a imprensa feminina. A necessidade de um periódico específico para as mulheres surge em decorrência de uma demanda social trazida pelas diversas mudanças do período, a saber: uma crescente escolarização das mulheres, a paulatina delimitação do espaço doméstico enquanto feminino e a mulher enquanto provedora da harmonia da casa e a responsável pela educação dos filhos e dos cuidados com o marido. Assim sendo, os jornais agiam como forma de controle e normatização da moral e da atuação feminina, não sendo, no geral e nesse primeiro momento, escrito por mulheres.

Mesmo que algumas publicações dos periódicos femininos defendessem uma forma de expansão da educação do *belo sexo*, essa educação era voltada à uma economia doméstica tal como apresentada abaixo, encontrada em *O Mentor das Brasileiras*¹⁷¹,

As senhoras suposto não seja destinadas para as armas, nem para a Magistratura, e Ministério da Igreja não tem com tudo ocupações menos importantes para o bem geral da sociedade. Os homens sobrecarregados de negócios públicos, não podem prover no bem particular de suas casas, se não tem consortes

¹⁶⁸ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 408.

¹⁶⁹ TELLES, *op.cit.*,, p. 423.

¹⁷⁰ JINZENJI, Mônica Yume. Leitura e escritas femininas do século XIX. In: *Cadernos de Pagu*, n.38, janeiro-junho de 2012, p. 369.

¹⁷¹ Periódico publicado na tipografia do jornal *Astro de Minas*, em São João del-Rei (1829-1832). Há indícios de que seu redator principal era José Alcibiades Carneiro, colaborador do *Astro de Minas*.

providentes, que lhes ajudem na parte da economia doméstica [...]”¹⁷².

Nessa perspectiva, a proposta de emancipação feminina do *Mentor*, e podemos estender para a maioria dos periódicos femininos até 1870, “é, antes de tudo, política [...], [mas] não inclui a atuação política direta”. O jornal traz para si a tarefa de ditar as ideias e a conduta moral das mulheres, “preparando-as para o bom desempenho de seu papel doméstico”, uma vez que à mulher caberia a criação dos filhos, futuros participantes da vida pública¹⁷³.

Mas há outro tipo de imprensa feminina, marcada por mulheres escrevendo para mulheres. Neste caso, é possível citar como primeiro periódico dirigido por uma mulher o carioca *Jornal das Senhoras*, (1852 – 1855?). Possuindo como subtítulo “modas, literaturas, belas artes teatro e crítica”, tem como objetivo ser um periódico

redigido por uma senhora mesma: por uma americana que, senão possui talentos, pelo menos tem a vontade e o desejo de propagar a ilustração e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher¹⁷⁴.

No *Jornal das Senhoras*, fundado pela baiana Violante Bivar e Velasco e editado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, começam a aparecer reivindicações que serão intensificadas em periódicos posteriores, principalmente os influenciados pelo ideário feminista. Essas reivindicações giravam em torno principalmente de uma melhor escolarização das meninas.

As reivindicações pelos direitos políticos, da melhor educação, da emancipação da mulher e de uma ressignificação do papel feminino podem ser encontradas no jornal fundado em 1873, *O Sexo Feminino* (1873-1889). De inspiração feminista, o periódico cuja proprietária e redatora era Francisca Senhorinha de Motta Diniz era impresso inicialmente na cidade de Campanha, Minas Gerais. Tendo como subtítulo “semanário dedicado aos interesses da mulher”, ele possuía provocações como:

¹⁷² O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João del-Rei, novembro de 1829, n.1, p.2.

¹⁷³ RESENDE, Adelaine LaGuardia. A mulher e o sonho da Nação: políticas de gênero em *O Mentor das Brasileiras*. In. TOLENTINO, Magda Velloso Fernandes de (org). *Nação e identidade: ensaios de literatura e crítica cultural*. São João del-Rei: UFSJ, 2007.

¹⁷⁴ JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro, janeiro de 1852, n.1, p. 1.

tapem os olhos os *indiferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; riam os *curiosos* seu riso sardônico de reprovação a ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade de Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigam os *retrógados* com seus ditérios de chufa e mofa de *utopistas*: O *Sexo Feminino* aparece hade lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.¹⁷⁵

As mulheres, através das suas publicações, tentavam despertar as demais para “o desenvolvimento de um potencial sufocado e desconhecido. Acreditavam na educação como instrumento mais eficaz para libertar a mulher da opressão”¹⁷⁶. Algumas delas tiveram ideias avançadas como já exposto. No entanto, grande parte dos periódicos da imprensa feminina, mesmo fazendo campanhas em prol da educação da mulher, “muitas vezes essas campanhas eram ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa”¹⁷⁷.

A partir do século XX, o século específico do nosso objeto, podemos citar como exemplo da imprensa feminina a *Revista Feminina* (1914-1936). A revista tinha direção de Virgínia de Souza Sales e era impressa em São Paulo. A revista em si não foi pioneira de textos voltados à mulher, visto que já apresentamos alguns periódicos aqui escritos por/para elas. Contudo, o contexto de reorganização da sociedade brasileira, o início da República e o surgimento do ideário burguês fizeram com que a imprensa feminina também se reorganizasse. Nesse sentido, a inovação da revista está na utilização de imagens e gravuras, além da presença dos anúncios.

A *Revista* tinha como propósito a representação de:

um gesto abnegado de altruísmo. Criamo-la pela necessidade premente de que se ressentia o nosso meio de uma leitura sã e moral e que, ao lado da parte recreativa e literária, colaborasse eficaz e diretamente na educação doméstica e na orientação do espírito feminino. Não tivemos, não temos e não teremos nenhuma pretensão descabida; nosso esforço é modesto e humilde; não pretende ensinar nem reformar; o que pretende é apenas colaborar, na medida de suas forças, para a educação feminina¹⁷⁸.

¹⁷⁵ O SEXO FEMININO. Campanha, setembro de 1873, n. 1, p. 1.

¹⁷⁶ LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil. In: *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 223, dez. 2007.

¹⁷⁷ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras, p. 427.

¹⁷⁸ REVISTA FEMININA apud LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil. In: *Projeto História*, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 225.

À primeira vista, esta era uma revista voltada à educação doméstica tal como as do século XIX. Entretanto, ela se relaciona a algo que a diferencia: a intensificação da vida urbana e o surgimento da indústria de produtos voltadas à estética feminina - e posteriormente a indústria de eletrodomésticos, que auxiliavam as mulheres em suas tarefas domésticas diárias.

A *Revista* tinha:

ligação com uma indústria de produtos de beleza que produzia a tintura para cabelo Petalina e o creme Dermina, de propriedade do irmão [de Virgínia], que além de literato, era médico, e que criara a fórmula desses produtos, anunciados através da revista¹⁷⁹.

Pela sua ligação com a indústria cosmética paulista, pela posição social da sua diretora, sendo ela membro da classe abastada e pelo seu posicionamento de colaborar para a educação feminina voltada ao âmbito doméstico, ela foi bem aceita e circulou entre elites, não só a paulista como a de vários lugares do país¹⁸⁰.

Sendo assim,

a *Revista feminina* apresentava um toque de modernidade não só nos produtos que anunciava, mas, na diagramação bastante inovadora para a época. Sua força estava demonstrada no número de suas páginas, 90 em média. Essa publicação pode ser considerada como precursora das modernas revistas brasileiras dedicadas à mulher¹⁸¹.

Poderíamos citar diversos periódicos, no entanto, a título de um histórico da imprensa feminina, escolhemos quatro exemplares para explicitar as correntes de pensamentos e contextos diversos existentes ao longo do tempo. Entretanto, não deixemos perder o foco da análise: o *Stella Maris* (1938-1947).

O *Stella* também é um jornal escrito por mulheres. Ele também pode ser lido enquanto uma imprensa feminina, tal como já discutido, uma vez que é possível perceber recortes de *gênero*, nele é identificável quais as funções e atitudes esperadas das mulheres. No entanto, ele tem algumas especificidades, tal como sua aproximação à uma imprensa católica como já foi discutida e o seu lugar institucional de produção: a escola.

¹⁷⁹ LIMA, *op.cit.*, p. 225.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 226-228.

¹⁸¹ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 45.

O *Stella Maris* enquanto imprensa feminina

Como já foi citado, o *Stella* pode ser lido, dado ao contexto e ao local de sua publicação, enquanto um jornal escolar. No entanto, aqui propomos uma outra visão ao impresso: (também) enquanto imprensa feminina. Por esta razão, se faz necessário especificar nossa percepção sobre a imprensa feminina, além do que veremos adiante dos teóricos da Comunicação.

Compreendemos o ato de mulheres escreverem e publicarem num jornal enquanto uma *tática*, como já delimitado por Michel de Certeau (1998), que estão relacionadas às *estratégias*. O autor discorre que a *estratégia* postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* capaz de gerir as relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças. Assim sendo, as *estratégias* seriam as instituições e os sujeitos que detêm o domínio de si e do outro, independente de eventos exteriores a eles. Estes detêm o que Certeau chama de “vitória do lugar sobre o tempo”, no qual os grupos ou indivíduos podem “capitalizar vantagens conquistadas” dando a eles uma independência do quão variável passam ser as circunstâncias. Ao contrário das *estratégias*, as *táticas* não possuem meios de se manterem por si só. O poder não é inerente a elas, sendo assim, elas aproveitam das ocasiões e brechas que escapam da *estratégia*. “A *tática* tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. [...]. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astuta.” Além disso, seja a partir da violência ou de qualquer outro artífice do poder, as *estratégias* agem na tentativa de normatizar as *táticas* e se impor a elas, almejando evitar as brechas e as falhas da conjuntura que ameaçam seu poder¹⁸². Não somos ingênuos em acreditar que as mulheres, quando escrevem, produzem textos necessariamente e sempre progressistas e revolucionários, sempre fugindo às regras estabelecidas em seus contextos históricos.

Entretanto, partimos da percepção que o **ato** da mulher escrever seja uma fuga à regra, uma brecha das *estratégias*. Desde o surgimento da imprensa, teoricamente, ela era voltada a homens e mulheres, não havendo segmentação baseada no *gênero*. Não obstante, no Brasil, mesmo com um analfabetismo

¹⁸² CERTEAU, Michel de. Estratégias e táticas, p. 99-101.

elevado — podemos falar de uma taxa de analfabetismo de 70% da população brasileira em meados da década de 1870¹⁸³ — a escolarização masculina era superior e de maior tradição que a feminina. Em São João del-Rei, na década de 1940, o ensino primário era bem difundido em áreas urbanas, suburbanas e rurais. O Estado mantinha a maior parte das professoras, e a prefeitura, subsidiava as professoras atuantes na área rural. No entanto,

principalmente na cidade, deixam de matricular-se maior número de crianças por não haver lugar nos Grupos [Escolares] ou Escolas Isoladas. A população escolar do Município eleva-se a 5.000 alunos, o que demonstra o interesse de seus habitantes pelo ensino das primeiras letras¹⁸⁴.

Como já vimos, a criação de colégios femininos e uma maior dedicação à educação de mulheres teve início no século XIX – 1820 — entretanto, a educação masculina tem início na Colônia, com os Jesuítas. Mesmo que o objetivo inicial dos Jesuítas fossem a catequização indígena, não precisou muito para que esses atendessem também aos filhos de famílias abastadas¹⁸⁵, visando o posicionamento destes homens no espaço social da época. Ou seja, no Brasil oitocentista, pode-se dizer que os homens estão décadas à frente das mulheres quando se trata de acesso ao ensino e à educação. Assim sendo, isso fez com que a imprensa fosse lida como algo masculino através dos tempos. Escrever passou a ser algo voltado ao espaço público, aos debates políticos e em última instância, aos homens. Mesmo no surgimento de uma imprensa feminina, definida pelo *gênero*, ainda eram muitos homens escrevendo às mulheres, com o intuito de ensinar ou moralizá-las, uma vez que acreditavam alguns, sua massa cerebral não era tão desenvolvida quanto a masculina. Ou seja, mesmo na imprensa do Brasil de meados do séc. XX “o lugar a elas destinado são espaços lacunares”¹⁸⁶.

¹⁸³ LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*, p. 203.

¹⁸⁴ ALVARENGA, Luiz de Melo. *Respostas a um questionário sobre São João del-Rei*, 1943. Disponível em: https://patriamineira.com.br/imagens/arquivos/145858121110_QUESTIONARIO_LUIS_DE_MELO_ALVARENGA.pdf

¹⁸⁵ PAIVA, José Maria. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, et al. *500 anos educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹⁸⁶ RESENDE, Maria Ângela de Araújo. *Mater Dolorosas, mães virtuosas: mulheres escrevem a Pátria*. In: TOLENTINO, Magda Velloso Fernandes de (org). *Nação e identidade: ensaios de literatura e crítica cultural*. São João del-Rei: UFSJ, 2007, p. 129.

Pensando no século XX, onde se situa nosso objeto, há permanências no identificar a escrita com o masculino. A *estratégia* do ato de escrever é masculina, uma vez que ela “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações (...) um lugar do poder e do querer próprios”¹⁸⁷. Às mulheres, faltam esse lugar de poder, a elas escapam essa base capaz de gerir as relações sociais relacionadas à escrita. Na falta desse *algo próprio* feminino, lhes restavam escrever à margem. E na atuação às margens é necessário ser vigilante, “utilizar [das] falhas que as conjunturas particulares vão abrindo”¹⁸⁸.

Em solo sanjoanense, diversos jornais correram a cidade concomitantemente ao *Stella*. E, o que tem em comum entre eles é a predominância da escrita masculina. Para citar alguns exemplos temos *A Defesa*, periódico semanal em defesa da causa proletária, que circulou ao longo dos anos 1920, tinha como redator J. Lopes Sobrinho; nos anos 1920 temos ainda *A Bigorna*, um semanário de letras e artes cujos responsáveis eram Altino Braz e E. Britto; *O S. João d’el-Rey* tinha como diretor Odilon de Andrade e Fausto Gonzaga, redator. Na década 1920, ainda é possível observar o surgimento da *Tribuna*, periódico de vida longa, possuiu como diretores Basílio Magalhães e C. Batista, além de Hildebrando Magalhães e Cristovam Braga como redatores; Em *A Sentinella*, existente ao longo dos anos 1930, João Pereira era o secretário e Daniel Albertino, o diretor; *A Palavra*, também circulou ao longo dos anos de 1930, era um periódico de cunho religioso, cujo redator era José Miguel. Dos vários periódicos que tivemos acesso, apenas um, para além do *Stella Maris* possuía mulheres à sua frente. Trata-se do *O Colegial*, da década de 1920, jornal literário e religioso dirigido pelas diretoras Borja e Grammont¹⁸⁹.

Dessa maneira, mesmo com a expectativa sobre o que as mulheres escrevem, como vão escrever, sobre o que, as diversas tentativas de controle e delimitação dos temas mais indicados às mulheres, ainda assim, elas **escrevem**.

Lembrando outra forma de limitar a escrita e a concepção literária feminina é a existência do *Cânone*, ou seja, um padrão e uma estética da escrita. O

¹⁸⁷ CERTEAU, Michel de. Estratégias e táticas. p. 99.

¹⁸⁸ CERTEAU, *op.cit* p. 101.

¹⁸⁹ Todos os periódicos aqui citados estão disponíveis no link: http://www.dibib.ufsj.edu.br/jornais/?fbclid=IwAR3IsUZZ4gt7_RbhYKOt5f2I1wggVMLawVVE16swRACjfbTskZ0ZXDFu7Ys.

problema do cânone é que ele “estabiliza e cristaliza as produções que devem ser passadas para as outras gerações através das instâncias de poder [...] desconhecendo as transformações que a própria sociedade sofre”. Nesse sentido autores e expressões culturais ficam excluídos por essa pressão normatizadora. Posto isso, podemos compreender que:

critério de exclusão da literatura de autoria feminina está vinculado ao preconceito e à resistência dos críticos de literatura em dar conta de uma outra ótica, cujo paradigma preestabelecido pela modernidade – centrado no estético e no universal – reduz a literatura a uma única vertente, a um único olhar (o masculino)¹⁹⁰.

Deste modo, por um lado, o campo da Educação, da Literatura e da Comunicação corroboram para a nossa concepção de compreender **o ato** de escrever das mulheres enquanto uma *tática*. Por outro lado, podemos entender como ação das *estratégias*, as tentativas de delimitações da atuação das mulheres no campo da escrita e da imprensa. Nessa perspectiva, quando pensamos em imprensa feminina, para além de algo escrito e publicado *para* as mulheres – significado do termo dentro do jornalismo — pensamos em quem segura a caneta, ou seja, as próprias mulheres como redatoras.

O debate em torno do termo imprensa feminina para os teóricos da Comunicação, diz respeito ao que eles compreendem sobre *imprensa*. Muitos a compreendem enquanto um jornalismo noticioso de fato político e, para nós historiadores, seria o debate voltado ao conjuntural, ao imediato. Os primeiros veem a chamada imprensa feminina como “apenas revistas de moda, culinária, fotonovelas, enfim, distrações, lazer, consumo”, diferente da notícia jornalística objetiva.¹⁹¹

Buitoni, argumenta que é possível que nem tudo na imprensa feminina seja notícia objetiva, no entanto, ela advoga pelo uso do termo de forma mais abrangente. Este termo engloba “entre suas manifestações, o jornalismo feminino, aquele que se fundamente na notícia”. Para além disso, ela lembra que “vale mais pensar [em] suas funções do que caracterizá-la como jornalística ou

¹⁹⁰ MAZZONI, Vanilda Salignac. A escrita feminina, p. 2-3. Disponível em: http://www2.ufac.br/site/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-das-letras/a-escrita-feminina/at_download/file. Acesso em 10 novembro de 2020.

¹⁹¹ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 11-12.

não”. Assim sendo, mesmo esse tipo de imprensa sendo passível de críticas, seus critérios de análises não deve ser a dicotomia jornalismo / não jornalismo¹⁹².

Buitoni atenta também para o que chama de “termômetro dos costumes de época”¹⁹³. Ou seja, a partir do impresso feminino é possível perceber quais morais e atitudes eram socialmente aceitas – os princípios católicos e femininos expressos no *Stella Maris*; ver a moda vigente – o *Stella* possui diversas fotos das alunas, Nas quais são perceptíveis seus uniformes, comprimento das saias (sendo possível perceber um viés também moral); qual a compreensão sobre o sexo – mesmo que no nosso jornal essa temática não seja discutida, o que pode ser sintomático, sendo ele um periódico de cunho católico.¹⁹⁴ Assim sendo, a ideia de uma imprensa feminina está estritamente ligada às diferenciações de gênero.

Nessa perspectiva, caracterizar o *Stella Maris* enquanto imprensa feminina é observar quem o escreve. Nele, é possível ler quais eram as funções e profissões dignas de ser exercidas pela mulher. Além, é claro, das formas próprias de compreensão do feminino expressas no impresso. Passamos a compreender a profissão feminina muito presente no impresso, uma vez que nossas autoras são normalistas e estudantes ginasiais de um colégio confessional. Adiante, buscaremos compreender a feminilização da profissão docente, principalmente no ensino primário.

Profissões e trabalhos de mulher: O magistério enquanto profissão feminina

Michelle Perrot, aponta que na França do século XIX, de acordo com relatórios operários de 1867, “o destino da mulher é a família e a costura (...) ao homem a madeira e os metais, à mulher a família e os tecidos”¹⁹⁵. Isso demonstra os trabalhos permitidos às mulheres: os têxteis e os relacionados aos

¹⁹² BUITONI, *op.cit*, p. 12.

¹⁹³ BUITONI, *op.cit*, p. 24.

¹⁹⁴ Também nos embasamos em delimitações já apontadas por Tânia Regina De Luca, sobre os usos dos periódicos dentro da historiografia. In: DE LUCA, Tânia Regina. História nos, dos e por meio dos periódicos. In.: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁹⁵ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 171.

vestuários; e quais espaços por elas ocupadas: a casa. As chamadas “operárias da agulha” geralmente realizavam seus trabalhos em ambiente doméstico¹⁹⁶.

Relativamente recente, sem tradição, oprimida por uma dominação bicéfala em que o homem e o patrão se apoiam, o proletariado feminino oferece todas as características do exército industrial de reserva: emprego flutuante, sem qualificação, suas remunerações são inferiores a cerca da metade das remunerações dos homens. Para os operários, o salário feminino representa sobretudo um complemento, temporário, em maior ou menor grau¹⁹⁷.

Assim sendo, o trabalho feminino era tido como flutuante e seus salários como complemento por conta das funções entendidas como parte da natureza feminina, está relacionada à família e a maternidade. A maior parte das mulheres deixavam de trabalhar a partir do nascimento do primeiro filho.

Adentrando o século XX, seja por conta da contribuição financeira que o salário feminino tinha na família, seja como meio de emancipação da mulher ou, ainda, como forma de participar do espaço masculino para obter melhores casamentos, surgiram alguns “trabalhos limpos, distintos, e para uma pequena burguesia proletarizada”, como no comércio, nos escritórios – como secretárias - e nos correios. Esses eram os lugares moralmente aceitos para a saída dos meios domésticos e entrada das mulheres no mundo assalariado¹⁹⁸.

Ainda assim, os empregos ocupados por mulheres eram marcados por caráteres feminino, “dentre os quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso”¹⁹⁹. Outro traço existente nas profissões/trabalhos femininos diz respeito a concepção de “fazer carreira”, Perrot, aponta que isso é uma noção “pouco feminina”, uma vez que a ambição é tida como um sinal da virilidade. Além disso, quando a mulher decidia focar na sua carreira, isso implicaria na desistência do casamento, coisa inimaginável para a grande maioria delas²⁰⁰.

Entretanto, mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, os cargos de altos salários ainda eram ocupados por homens, ou seja, eles “ainda

¹⁹⁶ PERROT, *op.cit*, p. 155.

¹⁹⁷ PERROT, *op.cit*, p. 156.

¹⁹⁸ *Idem*, 245.

¹⁹⁹ *Idem* p.123.

²⁰⁰ *Idem*, p. 255.

ocupavam os postos de comando”. Às mulheres eram dados cargos de baixo escalão e muitas vezes com menores salários²⁰¹.

As “profissões boas para uma mulher” [...] [deveriam] permitir que [ela realizasse] bem a sua tarefa profissional (menor) e a doméstica (primordial).”²⁰². Além disso, a feminização de determinados setores empregatícios não é necessariamente “uma conquista triunfante, mas a consagração de uma retirada”, uma vez que a existência de trabalhos especificamente femininos demonstra as construções de *gênero*, onde há a instauração de uma nova hierarquia, fazendo com que os homens se diferenciem das mulheres²⁰³.

Pensando nas profissões femininas e suas obrigações domésticas, e se fosse possível juntar o profissional e o doméstico? Aí está uma das pedras angulares da feminização do ensino primário. Recuperando nosso problema, uma grande parcela do periódico aqui analisado, foi escrito pelas normalistas, ou seja, por mulheres que cursavam o ensino normal, destinado à formação de professoras – profissão que ao longo do tempo foi se delimitando enquanto feminina.

Os primeiros cursos de formação de professores datam de meados do século XIX, no entanto, esses cursos eram voltados apenas aos homens. Em finais do século XIX, com a influência da corrente filosófica positivista e a necessidade de despertar uma *identidade nacional* brasileira, houve uma maior preocupação com a formação dos professores. Maria Aparecida Arruda nos lembra que a

formação do professorado passou a assumir certa centralidade ao longo do século XIX, mas é, sobretudo no final do século que um aparato de leis e regulamentos foram instituídos, ao mesmo tempo em que se propagaram discursos exigindo competência pedagógica, assim como um espaço institucionalizado, como as Escolas Normais na condição de estabelecimento legítimo na formação de professores primários²⁰⁴.

²⁰¹ Idem, p. 246

²⁰² Idem, p. 251.

²⁰³ PERROT, *op.cit.*, p. 258.

²⁰⁴ ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011, p. 169.

No entanto, mesmo havendo a preocupação com a formação do professorado, era grande a diferença dos números de escolas para homens e mulheres, para além da diferenciação do conteúdo ofertado por elas.

Aqui e ali [...] havia escolas [...] escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para classe de meninos, professoras para classe de meninas. Deveriam ser, eles e elas de moral inatacável. [...]. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistia os primeiros ensinamentos para ambos dos sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura²⁰⁵.

Vale nos atentar que mesmo existindo leis que previam a igualdade salarial, a diferenciação curricular implicava, na prática, em salários diferentes. Os homens ganhavam mais que as mulheres tendo em vista que a remuneração futura das profissões dos meninos era maior, sendo assim, eles se beneficiavam disso²⁰⁶.

Ao longo do século XIX, e até as primeiras décadas do XX, principalmente as filhas de grupos sociais com maior poder aquisitivo, procuravam o ensino de outras disciplinas como o piano e o francês, visando torná-las melhores companhias aos maridos. Além disso, com maior instrução, às mulheres era esperado uma maior capacidade de melhor representar a família e o esposo em eventos sociais. Essa visão foi apresentada por Guacira Lopes Louro, de onde também retiramos a citação a abaixo, de José Veríssimo, em sua *Educação Nacional*, de 1890, no qual para ele, a

mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra dos filhos, confidente e conselheira natural do marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma dessas funções²⁰⁷.

Era visível uma crescente demanda por uma forma diferenciada de educação das meninas, demandando assim, professoras capacitadas para tal.

²⁰⁵ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. p.444.

²⁰⁶ LOURO, *op.cit.*, p. 444

²⁰⁷ VERÍSSIMO, José, 1890 apud LOURO, *op.cit.*, p. 448.

No entanto, como o número de professoras ultrapassa os de professores e essa profissão se torna tipicamente feminina? Guacira Lopes Louro, aponta algumas soluções para essa indagação.

Segundo a autora, a crescente industrialização e urbanização ampliava as oportunidades de empregos para os homens, fazendo com que eles abandonem as salas de aula, isso daria início a “feminilização do magistério”, mas, não sem um intenso debate sobre as capacidades cognitivas da mulher. Fato é que já nas primeiras décadas do século XX, as mulheres adentraram as salas de aula, e, o número de mulheres nas Escolas Normal já eram superiores aos homens²⁰⁸.

Surgiram discursos que legitimaram o ensino primário enquanto feminino, este estava ancorado, mais uma vez, na ideia de uma natureza feminina. Esses defendiam que as mulheres eram educadoras naturais, uma vez que elas eram pacientes, dóceis e afetivas. Assim sendo, cada aluno era visto como um filho, e o magistério passou a ser entendido como uma extensão da maternidade. Além disso, essa profissionalização aparecia como transitória, uma vez que a vocação da mulher continuava sendo o casamento e a maternidade²⁰⁹.

Entretanto, mesmo as mulheres ocupando as salas de aula, os cargos de direção, secretariados de educação ainda eram ocupados por homens. Isso reforçava e reproduzia a hierarquia doméstica, onde “as mulheres [realizavam] funções mais imediatas ao ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam [...] o sistema”²¹⁰.

No decorrer do século XX, com as mudanças nas teorias educacionais²¹¹, as normalistas aprendiam a ser menos severas e mais acolhedoras, doces e sorridentes, isso tornava a profissão ainda mais feminina, uma vez que os homens eram vistos como rudes, sérios e severos.

É válido lembrar que as normalistas nem sempre se tornariam professoras, mesmo havendo a valorização do curso. Essa estima existia pelo fato de os ofícios da docência serem relacionados à maternidade e ao ambiente

²⁰⁸ LOURO, *op.cit.*, p. 449-451.

²⁰⁹ *Idem*, p. 450-454.

²¹⁰ *Idem*, p. 460.

²¹¹ Nessas as docentes exerceriam seu controle em sala de aula de forma mais indireta, com métodos aparentemente menos disciplinadores. Essas novas teorias implicavam numa nova forma da relação aluno-escola-professor, colocando os discentes no centro do processo ensino-aprendizagem, atuando de forma ativa. In: LOURO, *op.cit.*, p. 472.

privado, sempre à luz da modernidade. Assim sendo, os saberes voltados à higiene, preocupação com a saúde do corpo, economia doméstica e psicologia infantil, poderiam ser usados também no matrimônio e no meio doméstico. Isso fazia com que, para muitas mulheres, o curso normal “fosse percebido como um *curso de espera marido*”²¹².

Pensando na relação mulheres-imprensa-docência é possível ler o *Stella* enquanto um veículo moralizante, para além do viés católico. É possível ver a delimitação de uma mãe atenta aos debates do espaço público, mesmo que, à primeira vista, ela não participe diretamente dele. Dizemos a primeira vista, pois, como já foi explanado, mesmo sob um viés, anacronicamente falando, ‘conservador’, católico, essas mulheres atuavam no espaço público visando a disseminação da religião. Passamos a analisar essa *mãe* possível de ler no impresso.

O *Stella Maris* e a formação da mãe-cívica

No século XX, como já vimos, a prática docente no ensino primário se tornou estritamente feminina. Isso, dentre os vários motivos já citados, destacamos no nosso recorte nas novas práticas pedagógicas, a ideia de um docente doce, amável e compreensivo com as crianças – recuperando traços que o liga às mulheres, em oposição à virulência e aos traços rudes tidos como masculinos.

No *Stella* são possíveis de serem analisados diversos textos que deixam transparecer essa profissão *de mulher*. Ao longo dos textos há uma sacralização da professora primária, equiparando-a ao sacerdócio, tal como podemos ler na Revista de Encerramento do Ano Letivo, onde, cabe a mulher se entregar “ardorosa e apaixonadamente a este sublime sacerdócio”²¹³. A docência era compreendida como vocação, com isso é possível ver a desprofissionalização do professor, compreendendo que as professoras ensinavam apenas por amor. Isso traz consigo a desvalorização da profissão e os baixos salários – reflexos que são visíveis até os dias de hoje.²¹⁴

²¹² LOURO, Guacira Lopes, *op.cit.*, p. 471 (grifos originais).

²¹³ Discurso da diplomanda Zélia Queiroz, oradora da turma. In: STELLA MARIS, dezembro de 1942, p. 3.

²¹⁴ Como já apontado por LOURO, *op.cit.*, p. 466.

Assim, ser professora era a “aspiração santa, a aspiração grandiosa, a aspiração sublime [...]. Depois do sacerdócio [...] a mais sublime das aspirações humanas é [...] o magistério”²¹⁵. Entretanto, essa aspiração grandiosa era algo mais indicado às mulheres, tidas como dóceis, afetuosas e aptas ao cuidado infantil, ou seja, por conta de “suas índoles, pelas suas acrisoladas virtudes, mais do que o homem é a criatura talhada para [...] a educação”²¹⁶.

Num discurso realizada pela oradora da turma de 1938, Clara Feller, é possível observar essa vocação natural da mulher na docência primária. Ela salienta que

preparamo-nos para ser professoras, estamos habilitadas para exercer o magistério primário, o mister que é mais natural e adequado a mulher: ensinar, instruir e educar a infância. Somos capazes de compreender as crianças porque temos espontaneamente por elas carinho e ternura [...]²¹⁷.

Acima podemos observar, empiricamente, algo por nós já teorizado: a mulher era vista como a mais capaz de ensinar e educar as crianças pelo fato de terem carinho e ternura de forma espontânea, ou seja, as crianças eram aproximadas à categoria de filhos dessas mulheres professoras. Além disso, ser professora era algo honroso, mesmo demandando sacrifícios na vida privada.²¹⁸

Por conseguinte, segundo a normalista Gentil Ávila Peçanha, “todas têm vocação para o magistério e a seu tempo desejam exercê-lo, quer sejam catequistas, formadas em escola superior, religiosas ou mães de família”²¹⁹. Podemos compreender que o educar e o ensinar perpassava as mulheres quaisquer que sejam as esferas que ocupassem.

Nos indagamos - de acordo com o *Stella Maris* - quais as funções, para além do magistério, eram indicadas às mulheres? Acima já temos algumas pistas: catequista, professora, religiosa ou mãe. E, nelas sempre perpassam a educação e o cuidado com a infância. Já está claro que o catolicismo perpassava

²¹⁵ Pequeno resumo do discurso pronunciado pelo Snr. Professor José Lopes de Faria. In: STELLA MARIS, outubro / novembro / dezembro de 1938, p. 9.

²¹⁶ Pequeno resumo do discurso pronunciado pelo Snr. Professor José Lopes de Faria. In: STELLA MARIS, outubro / novembro / dezembro de 1938, p. 10.

²¹⁷ STELLA MARIS, *op.cit.*, p. 12.

²¹⁸ Pelo ideal. In: STELLA MARIS, agosto de 1941, p. 4

²¹⁹ Nosso ideal. In: STELLA MARIS, novembro de 1939, p. 3.

o periódico, assim sendo, sejam professoras, catequistas ou mãe, elas sempre orientavam (e foram orientadas) tendo como base a “moral cristã”²²⁰.

Podemos perceber no *Stella* que, possuindo o curso normal, a mulher – além de professora primária - seria mãe e também poderia ser catequista, uma vez que elas tinham em seus “ombros [...] a missão de educadoras católicas”²²¹. Aqui, também é possível, mais uma vez, aproximar o impresso da *Ação Católica*, uma vez que ao se tornarem *educadoras católicas*, essas mulheres estariam cumprindo seu papel de disseminação da fé e da moral cristã. Além disso, elas poderiam se dedicar à vida religiosa, se tornando freiras, tal como as Irmãs Vicentinas que administravam o CNSD.

As redatoras, influenciadas pela educação e pelo contexto social que se inseriam aliavam a disseminação da moral cristã a uma ideia da necessidade da mulher em conhecer sua *nação*, ser patriota, e com isso, como veremos, reforçar uma determinada identidade nacional. No entanto, porque conhecer os debates sobre a nação e reforçar uma identidade nacional se essas mulheres, teoricamente, não estariam no espaço público? Podemos encontrar possíveis respostas se pensar o impresso enquanto um auxiliar da formação de uma *mãe-cívica*.

No periódico é possível ler diversos textos voltados à história da pátria escritos em datas cívicas com um viés nacionalista, patriótico, visando “a elevação intelectual de todas”²²². O maior número de textos com esse viés é visto até o final da década de 1940. Após esse período, como caracterizado, é possível perceber uma mudança no conteúdo do jornal.

O *Stella* se relaciona com uma forma de pensar a história, e, por consequência o ensino da mesma, que é possível de serem lidos desde o século XIX, esses textos buscam a história enquanto elemento-chave para a construção da *nação* e da *identidade nacional*. A História enquanto disciplina escolar toma corpo em meados da década de 1870. A partir daí, “a proposta de ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer do (...) século XX”²²³. Assim sendo, em finais dos oitocentos a

²²⁰ STELLA MARIS, dezembro de 1942, p. 3.

²²¹ STELLA MARIS, dezembro de 1942, p. 3.

²²² O nosso jornal. In: STELLA MARIS, março / abril de 1950, p. 1.

²²³ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 61.

“História tinha como missão ensinar as ‘tradições nacionais’ e despertar o patriotismo”²²⁴, missão essa que ela não perde no século XX. Ao longo do tempo, até o recorte temporal do nosso objeto, “os conteúdos e os métodos” do ensino de história “variaram bastante, sem, contudo, deixarem de estar a serviço de finalidades fundamentais associadas à constituição de identidades nacionais”²²⁵.

Adentrando o século XX temos, no ensino de história, a disseminação de uma *identidade* ligada à miscigenação, onde cabia à história propagar e “identificar os traços de mestiçagem na própria construção da sociedade brasileira”, entretanto, a história ensinada girava em torno do branco, buscando inserir o Brasil numa história europeia. Já os anos 1930, “foram marcados pela consolidação de uma memória histórica nacional e patriótica”²²⁶. A partir do Governo Vargas, com a criação do Ministério da Educação e Saúde,

o sistema escolar foi organizando-se de maneira mais centralizada e os conteúdos escolares passaram a obedecer a normas mais rígidas e gerais. [...] [As] características do ensino de História [...] a partir de então: a sedimentação [do] culto aos heróis da Pátria, consolidando Tiradentes como “o herói nacional” e os festejos também nacionais do 7 de setembro²²⁷.

Começado a ser discutida nos anos de 1930 e sendo aperfeiçoado nos anos de 1950, encontramos propostas de *Estudos Sociais*, esse sendo substituto da História e Geografia. Assim sendo, o

princípio básico dos Estudos Sociais, inspirado em escolas norte-americanas, visava a integração do indivíduo na sociedade, devendo os conteúdos dessa área auxiliar a inserção do aluno, da forma mais adequada possível, em sua comunidade²²⁸.

Os debates em torno da substituição do ensino de história pelos Estudos Sociais estavam muito ligados ao ideal desenvolvimentista varguista e à indústria nacional, onde fazia-se necessário capacitar o futuro cidadão para as tarefas necessárias à modernização do país e às atividades urbanas²²⁹.

Ligando os textos com conteúdo histórico, à essa delimitação de *nação* e de uma *identidade nacional*, se faz possível explicitar o conceito *mãe-cívica*.

²²⁴ BITTENCOURT, *op.cit.*, p. 65.

²²⁵ Idem, p. 76.

²²⁶ Idem, p. 64-65.

²²⁷ Idem, p. 67.

²²⁸ Idem, p. 73.

²²⁹ Idem, p. 82.

Como já apresentamos aqui, ele é utilizado por Margareth Rago para as três primeiras décadas do século XX. No entanto, propomos analisar o conteúdo do *Stella* a partir desse conceito tendo em vista as permanências da história. Assim sendo, estenderemos a ideia de *mãe-cívica* até década de 1940.

O periódico feminino era escrito e lido por mulheres, estudantes do CNSD ou não. Pensando nas estudantes, não é possível afirmar que todas as alunas foram para as salas de aula após a conclusão do curso, partindo da ideia do curso normal como *curso de espera marido*, como já discutido. Além disso, as estudantes ginasiais também liam o periódico, portanto, podemos supor que um grande número das leitoras do *Stella* se tornaria mãe – exercendo o magistério ou não. Por conseguinte, os textos do jornal seriam voltados também a formação da mãe. Mas, qual mãe?

A mãe preconizada no *Stella*, era a aquela que conhecia a pátria, suas datas cívicas, seus heróis, seu “passado de glória” aquela que sabia de sua “natureza exuberante” e de sua “glória e prestígio”²³⁰. No entanto, esse patriotismo é aliado a uma concepção católica, aonde “a cruz de Cristo foi o primeiro monumento que nesta terra se levantou”²³¹. Ou seja, a mãe na sua função de dedicar-se ao ensino, deveria possuir conhecimentos suficientes para ensinar seus filhos a serem cidadãos católicos, indivíduos que amavam a pátria e também fossem temente a Deus.

A respeito da ligação entre ensino de história e catolicismo, recorreremos à tese de Giovani José da Silva, “*O Batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944)*”. Nela, o autor discorre a respeito do pensador católico Jonathas Serrano e sua contribuição para a formação de uma concepção católica da história da pátria.

Em meio às disputas pelos espaços de poder, a Igreja de inícios do século XX buscava se conciliar para com a República a fim de reunificar os católicos e demonstrar que a Igreja “não era menos progressistas que o século”²³². Para tanto, as análises históricas foram mobilizadas por historiadores católicos a fim

²³⁰ Oração à Pátria. In: STELLA MARIS, setembro de 1938, p. 4.

²³¹ Porque me orgulho do meu Brasil. In: STELLA MARIS, setembro de 1942, p. 4.

²³² JULIO MARIA, Padre. Apud SILVA, Giovani José da. *O Batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944)*. Tese (Doutorado): Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015, p. 42.

de demonstrar que o catolicismo estava na construção histórica brasileira. O diagnóstico da época era que havia uma “decadência do espírito religioso entre as elites” e, como solução, era apontada a necessidade uma “intervenção cultural nos círculos de formação dessas mesmas elites”²³³.

Para que a intervenção citada no parágrafo anterior tivesse êxito, os historiadores católicos não mais faziam apenas uma história católica, priorizando os fatos religiosos, mas, teciam esses fatos religiosos aos fatos políticos, culturais e econômicos da história brasileira, ou seja, a “historiografia católica [...] [buscava] maior cientificidade, [num] esforço para se inserir no modelo de escrita da história nacional”. Cabia então ao fazer historiográfico demonstrar que o catolicismo estava presente na história da pátria brasileira desde o princípio, e que ela foi fundamental para a construção da *nação* brasileira tal como ela se configurava, ou seja, “não haveria República sem fé católica, nem Brasil sem catolicismo”²³⁴.

Essa virada dentro do meio historiográfico católico estava ligada à orientação do papa Leão XIII: a carta pastoral *Saepenumero considerantes*. Nela, o papa anunciou a abertura dos “Arquivos Secretos do Vaticano” e, incentivava a produção historiográfica voltada ao conteúdo do arquivo. Giovani José da Silva aponta que

a mensagem central de *Saepenumero considerantes* era a de que os historiadores católicos também produzissem uma história da nação, mas em convergência com as tradições da Igreja. Nesse sentido, o papa procurava uma nova combinatória entre a ação dos católicos na política e na cultura, convidando-os a abandonarem preconceitos regalistas e a aceitarem os governos constituídos, esforçando-se para combater a legislação e as culturas liberais laicas que os impregnava contra a Igreja. Aliás, o desejo de (re) sacralizar as histórias nacionais, escritas à margem do catolicismo, decorria da convicção de que nessas histórias nacionais havia um núcleo de fatos providenciais, impregnados de espiritualismo, que explicaria a constituição católica das nações. Numa sentença: a Igreja tinha que inventar novas tradições, não em disputa, mas em convergência com as nações e os nacionalismos²³⁵.

Assim sendo, uma vez que os historiadores católicos objetivam influenciar a cultura das elites para que essas se voltassem ao catolicismo, e, como já

²³³ SILVA, *op.cit.*, p. 44.

²³⁴ SILVA, *op.cit.*, p. 48-50.

²³⁵ Idem, p. 51.

discutido à mulher era cabida a função de educar. Podemos ligar o fato do Colégio Nossa Senhora das Dores ser uma instituição católica, que educava meninas de uma elite da região de São João del-Rei visando “formar homens para a pátria e para Deus”²³⁶ a um objetivo para além do âmbito político, mas também religioso de inserção de uma historiografia católica dentro da educação.

Podemos supor ainda que, por ação das *estratégias*, todos os textos voltados ao conhecimento da pátria, ao nacionalismo e às datas cívicas não eram formas de emancipação da mulher, para que elas tomassem consciência do espaço a sua volta – não nos esqueçamos que as mulheres escreviam, mesmo que por caminhos menos emancipatórios, e a escrita já é um grande avanço à *história das mulheres*. Por conseguinte, as publicações do periódico eram voltadas para que as futuras mães e professoras despertassem nos filhos e alunos o sentimento de uma *identidade nacional*, ou seja, mesmo elas estando debatendo a respeito do espaço público, elas estavam sempre envoltas do espaço doméstico e privado.

Posto isso, podemos ligar os textos publicados no *Stella Maris* à plena formação da *mãe-cívica*, uma vez que ela era responsável pela preparação física, intelectual e moral – no nosso caso, uma moral católica – dos futuros cidadãos da pátria. O periódico contribui para a ideia de uma trabalhadora moderna – a professora primária, competente mãe de família e participante dos debates nacionais – as discussões relacionadas à religião e à *identidade nacional*, tal como apontado por Rago²³⁷.

Podemos nos indagar qual a ideia de *nação* é possível ler no *Stella Maris*. Para além disso, podemos pensar também no periódico enquanto uma forma de disseminação de uma *identidade nacional* a partir das redatoras, aluna do CNSD – e se pensarmos em uma circulação mais ampla do periódico, entre os leitores externos ao Colégio. Passaremos a essa análise.

²³⁶ Pequeno resumo do discurso pronunciado pelo Snr. Professor José Lopes de Faria. In: STELLA MARIS, outubro / novembro / dezembro de 1938, p. 9.

²³⁷ RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade, p. 579-605.

CAPÍTULO III - MULHERES QUE (DES)ESCREVEM

Mulheres que escrevem: A nação escrita no Stella Maris

É possível dizer que as formas de delimitação do que é a *nação* brasileira tem início, de forma mais enfática, no século XIX. Uma dessas concepções é a *Pátria-mãe*, bastante difundida nos oitocentos. Com a formação dos Estados-Nação, principalmente o francês que teve bastante influência no Estado brasileiro, podemos ver a ligação da Pátria ao papel materno.

Essa concepção de pátria-mãe diz respeito a um conjunto de símbolos, ideias e emblemas que são ligados à figura feminina, tais como a liberdade, a revolução, a República, a civilidade, enfim, ideários que colocam a mulher enquanto potência civilizadora. No entanto, caímos em um paradoxo onde, existia uma supervalorização do feminino no espaço público, entretanto, as mulheres ainda eram colocadas no espaço doméstico e lhes eram cerceados direitos à educação, ao voto, enfim, lhes eram tiradas o exercício da cidadania. Ou seja, a atuação da mulher no espaço público, se daria de forma indireta, era mais voltada a zona de influência: ela influenciaria o marido nos ideais políticos e criaria os filhos – futuros cidadãos da pátria – dentro do ideário mais indicado aos cidadãos²³⁸.

Com isso, desperta a necessidade da educação feminina e, posteriormente, a concepção de *mãe-cívica*, tal como já citado. Entretanto, nos oitocentos, a ideia de pátria-mãe é mais voltada à necessidade de amor, proteção e devoção à pátria tal como a uma mãe, no entanto, os participantes do espaço público da *nação*, eram majoritariamente, homens.

Sendo assim,

a linguagem do nacionalismo enfoca a mulher como repositório simbólico da identidade coletiva [...]. O nacionalismo descreve seu objeto pelo uso de um vocábulo do parentesco [...] ou do lar, para denotar algo que ligamos “naturalmente”. O imaginário da República reverbera, assim, a lógica do *gênero* e da família - tudo aquilo que não escolhemos e que por serem inevitáveis, provocam a generosa afiliação e o sacrifício. A associação da mulher ao domínio privado reforça ainda mais a união simbólica

²³⁸ RESENDE, Maria Ângela de Araújo. *Mater Dolorosas*, mães virtuosas: mulheres escrevem a Pátria, p. 111-151.

da pátria-república com a mãe esmerada e esposa devota, dessa forma acionando o sacrifício e defesa de ambas.²³⁹

Outro meio de divulgação da *nação* e formação de uma *identidade nacional* se deu através da educação. Principalmente o ensino de História, tal como já discutido anteriormente, onde através de uma *pedagogia da nação* era ensinado sobre os heróis e os grandes acontecimentos da pátria. Muitas vezes isso chegava a uma origem mítica que aproximava todos os povos brasileiros, tal como a Batalha dos Guararapes, que pode ser lida como a primeira ação coletiva de cunho patriótico e objetivava a expulsão dos holandeses do nordeste.

Outras origens míticas do brasileiro estava presente na literatura. Podemos citar o clássico indianista de José de Alencar, *Iracema*. Nele o Brasil – Moacir - nasceu através de um enlace amoroso do europeu – Martim – com uma ameríndia – Iracema. Assim sendo, em *Iracema*, a fundação do Brasil se deu pelo encontro de duas raças: a portuguesa e a indígena. A literatura brasileira do século XIX está cheia de grandes exemplos da tentativa de delimitação de uma *identidade nacional*, *Iracema* foi apenas um deles. Pela historiografia, poderia ser citado Varnhagen, que em sua *História Geral do Brasil*, procurou a origem do povo brasileiro a partir de determinismos raciais, sociais e geográficos, visando justificar a subjugação dos indígenas, a escravização do negro e a defesa da superioridade europeia.

Ao longo do século XX, a defesa de uma *identidade nacional* fazia parte de diversas políticas de governo. No período Vargas (1930-1945), o Estado foi um dos grandes responsáveis pela formulação de uma *identidade nacional* brasileira. A *nação* em construção no período estadonovista pressupõe “um todo social homogêneo”, essa, tendo inspiração no nazi-fascismo. Falamos em inspiração uma vez que compartilhamos da ideia de que o Estado Novo não foi um regime totalitário, uma vez que enquanto o “totalitarismo implica a união absoluta entre massas nacionais e Estado”, a realidade brasileira não parece se adequar ao conceito, sendo que apenas “em níveis ideais, propagandísticos ou tentativas isoladas pode-se falar em totalitarismo”²⁴⁰.

²³⁹ RESENDE, *op.cit.*, p. 162.

²⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. 2 ed. São Paulo: editora UNESP, 2009, p. 34 – 101.

A *identidade nacional* aspirada pelo Estado Novo era “forjada no pensamento de conservadores reformistas, de intelectuais da semana de arte moderna de 1922 e de autores católicos”²⁴¹. Um dos grandes aportes dessa *identidade* pretendida era o Ministério da Educação e Saúde, tendo como ministro Gustavo Capanema, assim sendo, a “constituição da nacionalidade deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do ministério”. É possível observar algumas ações características, primeiramente, deveria dar “um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos”, ou seja, buscavam um dos aspectos do modernismo denominado verde-amarelismo, baseado no ufanismo, mitificação dos heróis e culto às autoridades. Em segundo lugar, há a “ênfase no catolicismo brasileiro, em detrimento de outras formas legítimas de religiosidade”, além disso, a nacionalidade seria marcada pelo “uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo território nacional”. Podemos citar ainda a existência de uma padronização, onde haveria escolas-modelo, livros didáticos padronizados e currículos mínimos, isso demonstra um sistema federal de “controle e fiscalização [correspondendo] a um ideal de homogeneidade e centralização” do poder estatal.

O conteúdo do *Stella Maris*, apresenta indícios de como a *identidade nacional*, pensada pelo Estado Novo chegava ao CNSD. Tomando como exemplo a forma como *Tiradentes* era apresentado nas páginas do periódico deixa expresso a visão dele como um herói nacional, envolto de uma mística onde se “encerra todos os sentimentos nobres de uma alma brasileira [lembrando] o ardor, o esforço supremo empregado na conquista dos ideais de libertação da Pátria”²⁴². Outra figura que corrobora para com a *identidade* aqui apresentada é a *representação* de Vargas expressa no impresso. Dentre os vários adjetivos utilizados para se referir a ele, está “espírito lúcido”; “político hábil”; “modelo para os demais presidentes”; aquele que “vem salvaguardar a honra e a integridade do Brasil”; e, que “vai levar o Brasil [...] para Deus”; “que governa sem ódio”, enfim, o *Stella* representava Vargas como a autoridade a quem se dedicava o culto. Aqui se faz necessário ressaltar que se submeter às

241 SOUZA, Rogério Luiz. A Igreja Católica no processo de nacionalização. In: OTTO, Clarícia; SOUZA, Rogério Luiz. *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p. 172.

242 Tiradentes. STELLA MARIS, março e abril de 1939, p. 3.

autoridades fazia parte, também, do projeto católico do período. Onde, mesmo com a ocorrência de divergências no âmbito político, a Igreja pregava a obediência à autoridade e à hierarquia política visando articular fé e patriotismo para o bom funcionamento social²⁴³. Outra característica dessa centralização e controle do poder estatal estava na fiscalização ao CNSD. No arquivo do colégio é possível encontrar os *Termos de visitas e fiscalização*, onde era registrado todas as visitas dos órgãos de fiscalização federal. Geralmente esses fiscais se atentavam tanto a infraestrutura do Colégio quanto à disciplina e ao conteúdo lecionado.

Por fim, retornando ao âmbito federal, havia o aspecto da “erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais”, principalmente aqueles de origem germânicas no sul do Brasil. Tudo isso, visando proteger a *nação* brasileira tida como pacífica, homogênea e ordenada socialmente, sendo assim, “nacionalizar o país era unificar o que estava decomposto”²⁴⁴.

O movimento de construção da *identidade nacional* passa pela criação de símbolos nacionais e datas comemorativas, visando fortalecer a existência do Estado. Assim sendo, as comemorações cívicas têm um forte apelo nacionalista, onde “o mito da unidade [nacional] e a imagem do líder atrelada às massas” são fortemente teatralizados visando o “convencimento [...] [e a mascaração das] divisões e [dos] conflitos existentes na sociedade”²⁴⁵. Essas comemorações têm seu lugar reservado no *Stella Maris*, onde a cada uma das datas cívicas é perceptível a existência de coluna escrita em comemoração dela.

Podemos ver algo próximo a *pedagogia da nação* nas páginas do periódico, onde era publicado sobre os heróis da pátria e datas cívicas - perpassadas pelo catolicismo. Isso para que a *mãe-cívica*, para além das professoras, ensinassem a seus filhos e alunos uma *nação* pretendida pelo Estado.

Acreditamos no citado acima, tendo em vista o conteúdo do *Stella* e as correspondências trocadas entre a direção do CNSD e órgãos oficiais de educação a respeito do periódico feminino. Algumas dessas correspondências

²⁴³ DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: A doutrina católica sobre autoridade no Brasil*, p. 56-57.

²⁴⁴ SCHWARTZMAN, Simon, et. al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 157 - 181.

²⁴⁵ CAPELATO, *op.cit.*, p. 67.

foram publicadas no jornal, e falam do impresso como um “treino de qualidades sociais [...] armazenando experiências para aplicar inteligentemente tão valiosa atividade nas classes que vos forem confiadas”²⁴⁶. Em outra correspondência o Secretário de Educação de Minas Gerais, Christiano Machado, observa que as responsáveis pelo *Stella Maris* possuem “compreensão [das] elevadas finalidades” do jornal produzido²⁴⁷.

Ao longo das edições do periódico aqui estudado, algumas temáticas perpassam suas páginas. Encontramos, ao longo de 1938 à 1947, encontramos um artigo a respeito da Proclamação da República do Brasil; duas matérias sobre o *descobrimento* da América; três relacionadas ao *descobrimento* do Brasil; com relação aos temas da escravidão e abolição foram encontrados quatro artigos; matérias cujo assunto eram os indígenas ou seu idioma, foram cinco; aquelas cuja centralidade eram na pessoa de Getúlio Vargas e no Estado Novo, somam cinco; as cujo assunto era *Tiradentes* somam seis; aquelas que tratam da *pátria* ou do *patriotismo*, que geralmente extrapolam as datas comemorativas, somam onze matérias; por fim as que tratam do *7 de setembro*, ou seja, da Independência do Brasil chegam ao número de quinze artigos.

Como já comentado, é possível observar que essa *nação* construída nas páginas do impresso é perpassada pelas virtudes e morais de cunho católico. Nele, o *Descobrimento* da América é apresentado como a superação dos perigos do oceano e da incredulidade dos homens, “sempre confiante em Deus”, Colombo, “intrépido e convicto da vitória” se lança ao mar para descobrir “a nossa América”²⁴⁸. É possível observar que a chegada dos europeus ao continente americano lido no *Stella* é a representação da superioridade europeia e a completa exclusão dos povos nativos que aqui existiam. Os europeus, centralizado na figura heroica de Colombo, é apresentado como o católico “humilde”, que “não ambiciona riqueza”, mas, sim, “vai em busca do Ocidente”. Bem diferente do Colombo apresentado por Todorov, onde a partir da leitura de diários e cartas do navegador, o pesquisador chega à conclusão que “seu motivo principal é o desejo de enriquecer [...] é com a promessa de ouro que ele acalma

²⁴⁶ Do Departamento de Educação veio-nos mais o seguinte honroso ofício. In: STELLA MARIS, setembro de 1940, p. 1.

²⁴⁷ STELLA MARIS, julho de 1940 p. 4.

²⁴⁸ Descoberta da América. In: STELLA MARIS, outubro de 1940, p. 2.

os outros em momentos difíceis.”²⁴⁹. Sendo assim, a conquista da América, representada no *Stella* é perpassada pelo heroísmo e pela humildade católica.

Outro tema tratado é a *Descoberta* do Brasil. A característica principal dos textos é a dicotomia selvagem *versus* civilizado, onde “o gracioso Pindorama devia descobrir-se aos homens civilizados”²⁵⁰, cujo tesouro era por eles desconhecidos, pois “Deus quis deixar para mais tarde sua Epifania para então apresenta-lo, magnífico aos olhares estopetados do Velho Mundo”²⁵¹. O catolicismo se faz presente na representação da conquista do Brasil através da mística da primeira missa, onde a terra recém conquistada foi “privilegiada que no seu primeiro dia de existência recebeu Jesus Eucarístico em seu seio selvagem”²⁵², sendo abençoada por Deus “com o santo Sacrifício da Missa”²⁵³.

Essa forma de representar a conquista das terras brasileiras deixa transparecer a imposição do catolicismo e a desqualificação de religiões indígenas. Sendo assim, “a imponência da cruz, fincada no território [,] representando uma única fonte de ‘salvação’ para todos e, [...], a suposta paz e tranquilidade da chegada dos portugueses na América” ocultou toda a violência física e cultural que existiu ao longo de toda colonização, apresentando os indígenas enquanto submissos aos portugueses.²⁵⁴ Além disso, era sempre ressaltado a origem brasileira católica *por natureza*, uma vez que o país foi colonizado por Portugal, uma nação católica. Assim sendo, lemos que:

devia ser Portugal a nação descobridora do Brasil. Nesta terra privilegiada e protegida de Deus, deviam ser lançadas as bases da verdadeira religião. E Deus abençoou as nossas selvas com o santo Sacrifício da Missa²⁵⁵.

Além da ideia do designo divino, é possível observar outro traço da *nação* brasileira: as selvas, o Brasil enquanto país tropical, de “riquezas raras, engastadas nas rochas de tuas montanhas”, “raros minerais” e “metais

²⁴⁹ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.6.

²⁵⁰ Descobrimto do Brasil. In: STELLA MARIS, maio de 1939, p. 1-2.

²⁵¹ Descobrimto do Brasil. In: STELLA MARIS, maio de 1938, p. 1.

²⁵² Descobrimto do Brasil. In: STELLA MARIS, maio de 1939, p. 2.

²⁵³ Descobrimto do Brasil. In: STELLA MARIS, maio de 1938, p. 1.

²⁵⁴ BORGES, Miguel Angelo Velanes. *Imagens do sagrado nos livros didáticos de história: um debate sobre religião e religiosidade popular na sala de aula*. In: *XI Encontro Estadual de História*. Disponível em:

http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1535590187_ARQUIVO_Imagens_dosagradonoslivrosdeHistoria.pdf . Acesso em: Outubro de 2021

²⁵⁵ Descobrimto do Brasil. In: STELLA MARIS, maio de 1938, p. 1.

preciosos”, de localização privilegiada, e orgulhoso de “tua fé, do teu reverente genufletir ante o Cruzeiro do Sul”²⁵⁶. Novamente, é frisado o catolicismo em detrimento, e porque não, apagamento das religiões dos povos originários.

Os textos em comemoração ao *7 de setembro* apresentam a visão do príncipe de Bragança enquanto aquele que reconheceu “num momento de delírio patriótico, todo o valor dessa terra que é nossa”, além disso, nas páginas do *Stella D. Pedro* “vislumbrou para ela [a terra] um porvir venturoso e promissor e, não quis mais vê-la submissa e dominada”, sendo assim, “rompendo-se num brado de liberdade” fez nascer “o primeiro dia da nação brasileira”²⁵⁷. Aqui se aproxima do observado com relação à chegada dos portugueses ao Brasil, na qual a *nação* brasileira seria fruto do europeu, excluindo indígenas e africanos que aqui estavam. Em outros artigos do periódico, principalmente aqueles publicados no contexto da Segunda Guerra Mundial, essa *nação* é marcada pela dor e pelo sofrimento tanto dos *pracinhas*, brasileiros que lutaram na II Guerra, quanto de suas famílias que viram os seus partirem para a Guerra sem saber se os veriam novamente, e “o Brasil ficou chorando com suas famílias, cheio de saudades”²⁵⁸.

Em outros momentos, há a exaltação dos “filhos do Brasil [que] enchem as páginas da História de seus nomes imortais”, novamente, a criação dos heróis nacionais mitificados. Outro fato interessante de ser mencionado diz respeito a forma como a educação e o catolicismo se relacionam nos textos sobre o *7 de setembro* e sobre a *pátria* de forma geral. Sempre é ressaltado que para o Brasil chegar “ao término de todas as suas aspirações”, faz-se necessário trabalhar para uma educação cristã, no periódico é frisado a “mocidade”²⁵⁹. Puxando um gancho para algo que já citamos, temos aqui a tentativa de uma nação católica através da *Ação Católica*, saindo da inércia apontada anos antes por Jackson de Figueiredo ²⁶⁰.

A temática da abolição da escravidão é apresentada como um grande acontecimento que elevou “o Brasil à dignidade de país cristão e civilizado,

²⁵⁶ Oração à Pátria, STELLA MARIS, setembro de 1938, p. 4.

²⁵⁷ Sete de Setembro. In: STELLA MARIS, setembro de 1938, p. 1.

²⁵⁸ Brasil, pátria livre. In: STELLA MARIS, setembro de 1945, p. 2.

²⁵⁹ Sete de Setembro. In: STELLA MARIS, setembro de 1938, p. 1.

²⁶⁰ DIAS, Romualdo. Imagens de Ordem: doutrina católica sobre autoridade no Brasil, p. 53-92.

enobreceu as páginas de sua sagrada história”²⁶¹ e, quem outorgou a lei, a princesa Izabel, é a “princesa brasileira com um coração [...] de ouro”²⁶² “alma generosa”, “dotado de *coração compassivo* e grande fervor cristão”²⁶³. Ou seja, os embates políticos e econômicos que estiveram presentes na abolição são suprimidos e, o que estava em voga, pelo jornal, foi a benevolência católica.

Outro trecho que liga a *nação* ao catolicismo pode ser lido na edição de maio de 1939, nela a autora cita

O Brasil, país católico, *cedo ou tarde* havia de ouvir a voz da *caridade* que proclama irmanado todos os homens e renunciaria por certo o nefando trafico de negros, escravizados pela cobiça material²⁶⁴.

O interessante do trecho, em que o periódico aproxima a *nação* brasileira da concepção cristã, é a ideia do *cedo ou tarde*. Nela, é possível analisar a abolição como obra do catolicismo. Ela também nos dá a ideia de um tempo em que tudo tem um fim pré-estabelecido por Deus. Além disso, se faz necessário chamar atenção à ideia de *caridade* que perpassa os textos. Mesmo ela sendo uma das virtudes católicas, a presença constante dessa ideia, num periódico feminino se faz sintomático: as mulheres são caridosas por natureza, tal como a princesa Izabel tinha seu *coração compassivo*.

Pensando nas personagens da *nação* brasileira no impresso feminino, é muito presente as figuras de Tiradentes e Getúlio Vargas. No periódico, Tiradentes é o mártir da liberdade brasileira, visto como um predecessor da independência, tal como na edição de abril de 1938

não tardou, porém, que a realização de seu sonho [de liberdade] fugisse para além daquele século... A ingrata “independência” transportou-se para 1822 e ficou à espera de Pedro I e de José Bonifácio. Quanto a Tiradentes pagou com sangue, a nobre tentativa de *liberdade*, cujas conquistas cobriu de glórias a D. Pedro e ao Patriarca. Tal injustiça não diminui a gloria do grande *sanjoanense*: provocando a indignação contra a autoridade bárbara daquele tempo²⁶⁵.

Tiradentes é trazido à tona com o objetivo de corroborar com a ideia de uma *nação* imaginada, na qual estaria presente o apelo ao “tremendo peso do

²⁶¹ Abolição da escravidão. In: STELLA MARIS, maio de 1938, p. 2.

²⁶² Pátria de livres. In: STELLA MARIS, maio de 1950 p. 4.

²⁶³ Abolição da escravidão. In: STELLA MARIS, maio de 1938 p. 2, (grifos nosso).

²⁶⁴ Abolição da escravidão. In: STELLA MARIS, maio de 1939, p. 2, (grifos nosso).

²⁶⁵ STELLA MARIS, abril de 1938, p. 4, (grifos nossos).

sofrimento humano”²⁶⁶. Assim sendo, ele é representado enquanto um filho da terra, um *sanjoanense*, um predecessor da Independência, colaborando com a concepção de *identidade nacional* defendida no período estudado: a ideia de valorização de heróis nacionais. Ele é, desde o “herói magno da História”²⁶⁷, o “mártir”, aquele que fez o “sacrifício supremo [...] pela pátria”²⁶⁸, o que possuía “amor acendrado a esta grande pátria”, o homem cuja figura inspira “a tantos gênios patriotas, belas orações e lindos poemas”²⁶⁹, a uma inspiração para a “mocidade que tem um ideal nobre de independência e dignidade, que ama o seu país, a terra que nos viu nascer [...]”. Além disso, as redatoras veem ainda a necessidade da existência de “espíritos moldados pela mesma têmpera” para que o país seja “grande e nobre, porque grande e nobre serão seus filhos”²⁷⁰. E qual a melhor forma de existir esses *espíritos moldados na mesma tempera*? Através da educação! Ou seja, as ideias difundidas pelo periódico seriam aquelas ensinadas pela futura professora aos alunos e pela mãe (*cívica*) aos seus filhos, ~~isso~~ visando a formação de *nobres* cidadãos.

Outra personagem cuja figura foi cultuada no periódico é Getúlio Vargas. Vargas aparece a partir dos anos de 1940, o porquê dessa aparição apenas na década de 1940 pode ser respondido pelo que foi apontado por Maria Helena Capelato, que tendo em vista o caráter autoritário do Estado Novo, “nos primeiros anos [...] a preocupação de contato mais direto com as massas não era marcante”. Isso se modifica posteriormente, daí os textos sobre Getúlio no impresso²⁷¹. É possível compreender que o periódico feminino fez o papel de disseminar a figura de Vargas aos seus leitores por meio de um de um apelo sentimental e religioso. Capelato salienta que, em políticas de massa tal como as existentes no Estado Novo, “as potencialidades dramáticas são mais fortes e o mito da unidade ligado à imagem do líder torna o cenário da teatralização [...] adequado ao convencimento”²⁷². Além disso, no Estado Novo, os meios de comunicação, no nosso caso o *Stella Maris*, cumpriam o papel de divulgar “as

²⁶⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*, p. 37.

²⁶⁷ Tiradentes. In: STELLA MARIS, março / abril de 1944, p. 2.

²⁶⁸ 21 de abril. In: STELLA MARIS, abril de 1938, p. 4.

²⁶⁹ Tiradentes. In: STELLA MARIS, abril de 1941, p. 3.

²⁷⁰ Tiradentes. In: STELLA MARIS, abril de 1946, p. 3.

²⁷¹ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*, p. 79.

²⁷² CAPELATO, *op.cit.*, p. 41.

atividades e qualidades do chefe e de seus auxiliares com objetivo de que fossem tomados como modelo de virtudes pelos cidadãos”²⁷³.

Sendo assim, geralmente as colunas dedicadas ao estadista eram mais frequentes nas edições do mês de abril, tendo em vista o aniversário de Getúlio (19 de abril) – data “consagrada a juventude brasileira”²⁷⁴ – mas eram encontradas referências também no mês de setembro e novembro, considerando as datas cívicas. Entretanto, um questionamento que nos veem à cabeça: qual Vargas o jornal feminino de cunho católico difunde? No impresso, Getúlio Vargas era aquele de “clara visão patriótica”, o “guiado pela mão de Deus” para ser o “chefe da grande nação brasileira”, o que veio para redimir a pátria²⁷⁵. Na qual

a data de 3 de outubro marca para o Brasil o dia magno de sua restauração econômica e política, dirigida pelo espírito clarividente do grande brasileiro, o presidente Dr. Getúlio Vargas²⁷⁶.

A trajetória de Vargas frente ao governo é comemorada como os “10 anos de engrandecimento para o Brasil”, sua governança é tida como “brilhante”, “conhecida e admirada pelos brasileiros”²⁷⁷. Dessa maneira, na coluna em homenagem ao seu aniversário, é citado que

em 10 de novembro de 1937, criou o Estado novo, traçando um programa, em cujas execuções têm empregado o máximo de seus esforços e cujas finalidades são: o bem-estar do povo e o desenvolvimento de nossa Pátria²⁷⁸.

A comemoração acima comentada chegou ao conhecimento do ministro Gustavo Capanema. Através de um telegrama que foi publicado no periódico, ele cita que recebeu com “satisfação [a] notícia [da] expressiva solenidade cívica em que esse educandário festejou [o] aniversário do presidente e dia [da] juventude brasileira”²⁷⁹. A respeito da relação do CNSD com o Estado do período, Maria Cecília de Medeiros Abras salienta que:

em seu processo formativo, Colégio se mantinha sob as exigências do Estado e da Igreja Católica, pois estavam implícitas duas versões não antagônicas: formar alunas dóceis

²⁷³ Idem, p. 86.

²⁷⁴ A comemoração do dia 19 de abril. In: STELLA MARIS, abril de 1941, p. 1.

²⁷⁵ Getúlio Vargas. In: STELLA MARIS, abril de 1942, p. 2.

²⁷⁶ Getúlio Vargas. In: STELLA MARIS, abril de 1942, p. 2.

²⁷⁷ A comemoração do dia 19 de abril. In: STELLA MARIS, abril de 1941, p. 1.

²⁷⁸ A comemoração do dia 19 de abril. In: STELLA MARIS, abril de 1941, p. 1.

²⁷⁹ STELLA MARIS, abril de 1941, p. 1.

e em condições de aceitar o controle estatal. Isto é, *bem educadas*, as normalistas estariam em *condições para educar* seus futuros alunos [...] cidadãos bons e dóceis face ao estado.²⁸⁰

Sendo assim, o fervor para com a figura de Getúlio está ligado ao apoio recebido pelo Estado Novo por parte da Igreja, na qual essa, em seu processo de *reconciliação* desde os anos de 1920 – ou seja, onde ela acabou por fazer concessões e “buscar apoio na elite intelectual e nos grupos dirigentes”, além da “defesa de uma República Católica que centrava sua demanda em questões como o casamento e a educação religiosa”²⁸¹. Com isso, cabia ao CNSD – e o periódico feminino reflete essa visão – formar professoras e mães (*cívicas*) que educariam e usariam sua influência para moldar os futuros cidadãos complacentes ao Estado Novo. O período estadonovista contava com a Igreja para “a tarefa de inculcar nos alunos valores éticos e morais que fariam parte de uma cultura nacional revigorada”²⁸².

Posto isto, é possível pensar em uma via de mão dupla: a Igreja e as instituições de ensino católicas recebiam benefícios do Estado, principalmente o fato dele abrir espaço para o ensino religioso confessional e a disseminação da catequese católica em escolas públicas. E, em contrapartida, o Estado tinha seus cidadãos formados para a atuação dentro dessa *cultura nacional revigorada*. Fotografias de desfiles e comemorações de datas cívicas presentes no impresso demonstram que os atos públicos objetivavam as “demonstrações de patriotismo”²⁸³ por parte das alunas e de todos os envolvidos nos eventos. Sendo assim, a *identidade nacional* brasileira era expressa no impresso através dos seus heróis, sua fé católica e por ser um país tropical, tudo dentro da *nação* homogênea preconizada pelo Estado Novo.

Em síntese, é possível perceber que o periódico feminino era um dos veículos da *boa imprensa* e da *boa formação* da mulher – a mãe e a professora - aos olhos do Estado e da Igreja. Visando a criação de *bons cidadãos*, era necessário que elas participassem do debate público a respeito da *nação*, com

²⁸⁰ ABRAS, Maria Cecília de Medeiros; FELGUEIRAS, Margarida Louro. As marcas da formação da professora primária através de um jornal estudantil brasileiro, p. 61.

²⁸¹ SOUZA, Rogério Luiz. A Igreja Católica no processo de nacionalização, p. 173.

²⁸² SCHWARTZMAN, Simon, et. al. *Tempos de Capanema*, p. 179.

²⁸³ Comemoração da Independência do Brasil. In: STELLA MARIS, setembro de 1940, p. 1.

a finalidade de despertar sentimentos de patriotismo e *identidade nacional* unidos à disseminação da religião católica na cidade. Além disso, ainda na tentativa de sair da inércia em que os católicos se encontravam através da *Ação Católica*, essas mulheres ensinadas para o espaço privado se lançam no espaço público por meio da imprensa para que os objetivos de estender o reino de Deus sob a terra, restaurando o culto público e a cultura cristã ²⁸⁴, algo objetivado pela *Ação*, fosse alcançado.

Até aqui, nos perguntamos sobre a *representação* das personagens e fatos históricos escritos pelas mulheres no *Stella*. No entanto, como essas mulheres se descreviam? Havia algum modelo de feminilidade, alguma identidade feminina, delimitada pelo impresso? Foram essas questões que nos levaram a abordagem a seguir.

Mulheres que se descrevem: A feminilidade nas páginas do Stella Maris

“... *jovens ardorosas, possuidoras do mais santo e sublime ideal...*”²⁸⁵.

Como já explicitamos até o presente momento, o **ato** dessas mulheres, católicas que escreveram num jornal *estudantil*, mas também como caracterizamos aqui *feminino*, perpassavam movimentos em âmbito nacional, seja religioso ou político. Do lado religioso, a tentativa de *restauração* e expansão da fé católica através da *Ação Católica*, e, quando se trata dos assuntos políticos, tínhamos na esfera federal Getúlio Vargas e o Estado Novo trazendo consigo ideais de homogeneidade da sociedade nacional. Vimos a forma como essas mulheres, educadas para o doméstico, ocupavam o espaço público das letras e da imprensa sanjoanense. Entretanto, como essas mulheres enxergavam a si mesmas? Qual identidade feminina é expressa no periódico? Passamos agora a um outro viés necessário para compreender essas mulheres *jornalistas*.

Durante a leitura do impresso, observamos inúmeros textos voltados à figura mariana, seja através da Virgem Maria ou de Nossa Senhora das Dores – padroeira do CNSD; seja pela devoção à Santa Catarina de Labouré, freira vicentina que teria recebido visitas da Virgem Maria, recebendo dela a Medalha

²⁸⁴ DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: doutrina católica sobre autoridade no Brasil*, p. 59.

²⁸⁵ Irmãs de caridade. In: STELLA MARIS, julho de 1942, p. 1-2.

Milagrosa; e, Santa Luiza de Marillac, fundadora das filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Esses textos deixam transparecer um ideal mariano, porém, tal modelo de identidade feminina é algo construído social e historicamente, não é algo “exclusivamente a partir de quem foi Maria, no Século I, mas, sobretudo, a partir do que ela passou a representar através dos séculos, para os cristãos do ocidente”²⁸⁶. Ou seja, a partir da representação de Maria ao longo dos séculos, é possível observar um conjunto de qualidades que embasavam o arquétipo de mulher ideal difundido pela Igreja Católica. Desse modo, em “virtude do papel que desempenhou na história dos últimos séculos, a Virgem Maria, [...] foi tema de reflexão e discussão a respeito do que significa ser mulher”²⁸⁷. Pensando em arquétipos femininos difundidos pela Igreja Católica, temos a presença de duas mulheres em especial: Eva e Maria.

Eva é tida como a mulher pecadora e tentadora, aquela que desobedeceu aos desígnios divinos, sendo expulsa do Paraíso. Maria, pelo contrário, apareceu para redimir os pecados que Eva colocou sob as mulheres. Sendo assim, Maria era a mulher fiel e obediente, característica que irá perdurar na tradição mariana da Igreja Católica²⁸⁸. Nessa perspectiva,

Eva foi [restaurada] em Maria porque uma virgem, tornando-se advogada de outra virgem, deveria resgatar a virginal transgressão por meio da virginal obediência²⁸⁹.

Podemos ver o início dessa tradição já nos primeiros anos do Cristianismo, o Concílio de Efésio, ocorrido em 431, nesse sentido

representou um marco para a consolidação e difusão do culto e ideal mariano, tendo em vista que nele foi definido o primeiro dogma da Igreja Católica referente a Maria: o título de Mãe de Deus. (...) O segundo dogma mariano, sobre a virgindade perpétua de Maria, [...] foi reconhecido pela primeira vez no Concílio de Constantinopla II, em 553 d.C., sendo definido no Concílio de Latrão, em 649 d.C. A definição destes dois dogmas favoreceu e incentivou a devoção mariana, multiplicaram-se, então, as festas, poesias, hinos e as manifestações em honra a Maria²⁹⁰.

²⁸⁶ NUNES, Iran de Maria Leitão. *Ideal mariano e docência: a identidade feminina da proposta educativa marista*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006, p. 163.

²⁸⁷ PELIKAN, Jaroslav. *Maria através dos séculos: seu papel na história da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 296.

²⁸⁸ NUNES, *op.cit.*, p. 164.

²⁸⁹ PELIKAN, *op.cit.*, p. 68.

²⁹⁰ NUNES, *op.cit.*, p. 164.

No Medievo, Maria passou a ser a *Nossa Senhora* ou a *Madona*, títulos relacionados à aristocracia feudal. A partir do século XIII, o ideal mariano foi a representação de Maria como *Mater Dolorosa*, ou seja, a Mãe Sofredora, aquela que acompanhava os últimos momentos do Filho ao pé da cruz. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica a reconheceu como a *Mãe de Misericórdia*, a mãe da humanidade que intercede junto a Jesus Cristo pelos seres humanos. Com o Concílio de Trento (1545-1563), há a preservação e legitimação do culto à Maria Virgem e Mãe, ocorrendo assim a fundação de diversas congregações religiosas, confrarias e construção de santuários dedicados ao seu culto. Aqui incluímos também a fundação das *Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo*, as responsáveis pelo Colégio Nossa Senhora das Dores²⁹¹.

O século XIX – após um período de declínio no culto à *Virgem* em decorrência do Iluminismo – trouxe consigo a *Era de Maria*, um forte clima mariano em decorrência das diversas aparições.

A Rainha coroada e majestosa das imagens mais antigas e até a jovem Mãe meiga, enérgica e confiante da iconografia medieval, deram lugar a uma virgem submissa, melancólica e dificilmente adulta, que durante o século XIX recebeu cada vez menos coração e nenhuma coroa. Até a visão de Bernadete em Lourdes, de uma “Senhora” irrimediavelmente *alegre e jovem, mas régia*, foi modificada para satisfazer às exigências do momento: *cabeça inclinada, corpo murcho, expressão resignada*; e as mulheres, em especial as mulheres “religiosas”, *deviam identificar-se com esse modelo*. Muitas o fizeram, incorporando de tal forma essa atitude ao subconsciente que nenhum outro modo de ser piedosa podia ser imaginado²⁹².

Como evidenciado acima, ao longo do XIX e das primeiras décadas do século XX, o “entusiasmo mariano” estará muito presente. Ele foi “reforçado pelas aparições de Fátima, em 1917, pela multiplicação de movimentos marianos”, e a proclamação do “dogma da Assunção de Maria, pelo Papa Pio XII, em 1º de novembro de 1950, o qual afirmava a glorificação corporal antecipada de Maria, reconhecidamente, a Mãe do Céu”²⁹³. Ou seja, ao longo dos tempos, a figura de Maria passou por diversas representações, ora era a *enérgica e confiante*, ora a *submissa e resignada*, no entanto, ela possuía um

²⁹¹ NUNES, *op.cit.*, p. 165-166.

²⁹² COYLE, 1999, p. 87 apud NUNES, *op.cit.*, p. 166, (grifos nossos).

²⁹³ NUNES, *op.cit.*, p.167.

“poder transformador”²⁹⁴, poder esse, resumido na maternidade, ela era a “terna mãe”²⁹⁵.

No *Stella Maris*, nos diversos artigos relacionados à *Virgem*, algumas características são constantemente citadas no que se refere à representação mariana: “meiga e protetora”²⁹⁶; “imaculada”; “maternal”²⁹⁷; “mestra”; “Mãe das Dores”²⁹⁸; “Mãe da humanidade”²⁹⁹; a que possui “bondade” e “ternura”³⁰⁰; a “protetora”³⁰¹; “fonte de consolação”; “Rainha do Céu e da Terra”³⁰²; “imagem do amor e da resignação”³⁰³; Mãe dos brasileiros e Rainha do Brasil”³⁰⁴, enfim, a lista de adjetivos é imensa ao longo dos trinta artigos de cunho mariano existentes entre 1938-1947. Entretanto, é possível resumir nesses que citamos.

Todos os adjetivos moldam a personalidade da *Virgem* que é representada no impresso, sendo assim, ela é *mãe, meiga, resignada, sofredora, amorosa* e mesmo quando levava o título de *Rainha*, traz consigo a subserviência. Uma das explicações para essa submissão, dentro da teologia cristã, foi a compreensão de como Maria dera à luz. Jaroslav Pelikan ressalta que:

Jesus não ‘nascera’ da Virgem Maria no sentido comum, mas que ‘passara através de Maria como água corre através de um cano’, não só sem o sofrimento das dores do parto como também sem o envolvimento da mãe, exceto em um sentido puramente passivo³⁰⁵.

A partir dessas referências, a *Virgem Sofredora* constituiu-se não das dores do parto, mas do sofrimento no Calvário, observando passiva e obedientemente, seu Filho morrer na cruz³⁰⁶. Posto isto, lembrando da dicotomia Maria *versus* Eva, podemos ressaltar que “foi a *voluntária e virginal obediência*

²⁹⁴ PELIKAN, *op.cit.*, p. 294.

²⁹⁵ Idem, p. 297.

²⁹⁶ Coração de Maria. STELLA MARIS, maio de 1939, p. 1.

²⁹⁷ A Colegial = Filha de Maria. STELLA MARIS, agosto de 1939, p. 1; Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1941, p. 3.

²⁹⁸ Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1939, p. 1; Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1941, p. 3.

²⁹⁹ Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1939, p. 1.

³⁰⁰ Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1940, p. 2.

³⁰¹ Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1940, p. 2.

³⁰² Amor a Maria. STELLA MARIS, agosto de 1943, p. 2; Ave Maria. STELLA MARIS, maio de 1944, p. 1.

³⁰³ 15 de setembro. STELLA MARIS, setembro de 1943, p. 2.

³⁰⁴ A Vós, Rainha do Brasil. STELLA MARIS, outubro de 1945, p. 1-2.

³⁰⁵ PELIKAN, Jaroslav, *op.cit.*, p. 73.

³⁰⁶ Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1941, p. 3.

de Maria pela qual a voluntária e virginal desobediência de Eva foi desfeita e corrigida (...) [garantindo a] humanidade de Cristo”³⁰⁷.

Virgem, voluntária, obediência, passividade, sofrimento, todos esses atributos configuram um arquétipo da mulher ideal. Ou seja, as redatoras do *Stella* tinham a figura mariana como guia, como o modelo de mulher a ser seguido. Observando a figura de Maria enquanto o *exemplo*, essas jornalistas acreditavam elevar “o espírito, tornando-o mais digno de Deus, mais apto para chegar ao Céu”³⁰⁸. Outro espectro desse arquétipo está em sua atuação social. A figura mariana, e paralelamente as redatoras do *Stella Maris*, é de certa forma paradoxal³⁰⁹. Uma mulher de virtudes era a “forte, com sólida piedade, modelo de esposa e mãe, [que] conservava uma existência séria e toda consagrada aos serviços de Deus [e] aos cuidados da família”³¹⁰. Entretanto, dado ao contexto em que a Igreja Católica passava à época do nosso recorte temporal, se fazia necessário que as mulheres fossem para além do modelo de esposa e mãe, que cuidava da família para atender aos *serviços de Deus*. A partir da sua *generosidade* e sendo uma pessoa *não exigente*, tal como a figura mariana, essas mulheres redatoras se colocavam a disposição do *mundo público* visando realizar o maior designo da mulher que é a docência, ensinar aos seus leitores, como a *Virgem mestra*, “delicada e perfeita”³¹¹, ensinou a humanidade sobre os desígnios divinos.

³⁰⁷ PELIKAN, *op.cit.*, p. 77 (grifos nossos).

³⁰⁸ Nossa Senhora das Dores. STELLA MARIS, setembro de 1940, p. 2.

³⁰⁹ PELIKAN, *op.cit.*, p. 77.

³¹⁰ Santa Luiza de Marillac. STELLA MARIS, março de 1942, p. 1.

³¹¹ Ave Maria. STELLA MARIS, maio de 1944, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, discorreremos sobre temáticas caras à nossa fonte – o *Stella Maris*. Enfrentamos alguns empecilhos no decorrer da pesquisa – seja a pandemia do novo coronavírus que trouxe consigo incertezas e medos diversos. Seja a ansiedade e depressão dessa que aqui escreve, que trouxe vários momentos de descrença na minha capacidade intelectual e vontade de jogar o mestrado aos ares. Entretanto, a dissertação está aqui, pronta, mesmo que possivelmente com algumas lacunas que com certeza serão sanadas em pesquisas futuras.

Quando começamos a escrever, alguns assuntos tratados no impresso nos despertaram curiosidade, principalmente a relação deles com as conjunturas. Ao longo da pesquisa, nos deparamos com diversos paradoxos que nos levaram tempo tentando, à luz da historiografia, desvelar as *representações* presente no *Stella*. Um desses paradoxos era, por exemplo, era como dar protagonismo à escrita de mulheres católicas, estudantes de um colégio confessional, cujo conteúdo escrito pode ser atualmente compreendido, como conservador e que colocam as mulheres em situações muito longe da emancipação. Recorremos então ao *gênero* e às *táticas*, de Michel de Certeau, observando não apenas o conteúdo dos textos dessas mulheres, mas ato das mesmas escreverem como uma forma de escapar de uma imprensa majoritariamente masculina.

A partir disso, sentimos a necessidade de reclassificar esse impresso, para além de um artefato pedagógico, e demonstramos a forma como o mesmo se relacionava e se aproximava de uma imprensa feminina, mas também da imprensa católica. A cada vez que acreditávamos solucionar uma dúvida, outras mais apareciam e partimos para ver a *circulação* desse impresso na cidade de São João del-Rei. Tarefa não muito fácil, visto que, à luz de Darnton (2008), saber das diversas *leituras* possíveis do impresso é algo complexo. No entanto, observamos que o jornal era citado em outros periódicos de grande circulação na cidade, com textos elogiosos às *jornalistas*. Com isso, foi possível supor uma circulação para além das paredes do CNSD, ou seja, essas mulheres através da imprensa, ocupavam o espaço público!

Mas... como essas mulheres educadas para o cuidado com os filhos, o marido e para o âmbito doméstico ocupavam algo tão longe do esperado para seu *gênero*? Outro paradoxo? Pensamos então a respeito de como a Igreja Católica se organizava à época, no contexto de *Ação Católica*. Essas mulheres recebiam sim uma educação que priorizava o espaço doméstico, no entanto, a necessidade de (re)catolizar a sociedade brasileira e de criar cidadãos complacentes ao Estado fez com que a mulher, *mãe-cívica*, participasse desse espaço fora do meio doméstico, pensando sobre a *pátria* e a *nação* para melhor educar seus filhos/alunos. Sendo assim, mesmo estando no meio da imprensa e das letras, essas mulheres não abandonavam uma feminilidade, um ideal mariano de *mãe, resignada e subserviente*.

Depois de toda a reflexão que as fontes nos permitiram, chegamos à conclusão de que as alunas do CNSD são jornalistas de um impresso católico-feminino-escolar. Nele, elas adentram o debate em voga na conjuntura varguista, no entanto, ainda são ensinadas ao doméstico e ao cuidado do esposo e filhos. Portanto, a linha que divide o mundo da imprensa e o lar é muito tênue. Na maior parte das vezes as duas coexistem e, por incrível que pareça, não são conflitantes. Ao contrário, são complementares: essas mulheres ultrapassaram o âmbito doméstico para a expansão/ensino do catolicismo na sociedade na sociedade republicana e laica brasileira e exerceram mais feminina das ações: o ato docente; de *ensinar*.

FONTES E REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.
- ALVARENGA, Luiz de Melo. *Respostas a um questionário sobre São João del-Rei*, 1943. Disponível em: https://patriamineira.com.br/imagens/arquivos/145858121110_QUESTIONARIO_LUIS_DE_MELO_ALVARENGA.pdf.
- ARRUDA, Maria Aparecida. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011.
- BASILE, Marcello. Prefácio. In: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de consciência: ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte: Traço fino, 2015.
- BEOZZO, José Oscar; HAUCK, João Fagundes, et. all. *História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo – A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Editora Vozes, 3º ed, 1992.
- BORGES, Miguel Angelo Velanes. na sociedade republicana e laica brasileira e exerceram mais feminina das ações: um debate sobre religião e religiosidade popular na sala de aula. In: *XI Encontro Estadual de História*. Disponível em: http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1535590187_ARQUIVO_ImagensdosagradonoslivrosdeHistoria.pdf.
- BRENNER, Johanna; LASLETT, Barbara. *Gender and social reproduction: historical perspectives*. In: *Annual Rev. Sociol*, n. 15, 1989.
- CAVA, Ralph Della. *Milagre em Joazeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 359; BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brasil. In: SMITH, T. Lynn. MARCHANT, Alexandre. *Brazil: Portrait of half continent*. New York: The Dryden Press, 1951, p. 334-355.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: As artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Algés 2 ed Portugal: Difel, 1987.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002

_____. *A Beira da Falésia: A História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. O que é história dos livros. In.: *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DALMOLIN, Aline Roes. *O discurso sobre o aborto em revistas católicas brasileiras: Rainha e Família Cristã (1980-1990)*. Doutorado em Ciências da Comunicação. São Leopoldo: Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2012.

DARNTON, Robert. Retorno a “¿Qué es la historia del libro?”. In.: *Prismas*, Revista de história intelectual, nº12, 2008.

DE LUCA, Tânia Regina. História nos, dos e por meio dos periódicos. In.: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DIAS, Maria Odila da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectivas. In. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996

DOSSE, François. Da história das ideias à história intelectual. In.: DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.

Fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores. In: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, organizado na data do seu cinquentenário 1898 – 1948*, 1948, p. 2-2v. Arquivo do CNSD.

GURGEL, Eduardo Amaral. *Imprensa e Igreja Católica no início do século XX: convergências e divergências*. Doutorado em Comunicação Social, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2017

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2011, p. 199.

- LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos: Memória, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- MAIA, César Portantiolo; SALES, Lilian Maria Pinto. A Ação Católica na modernidade religiosa: Um debate sobre a autonomia do leigo. In.: *Debates no NER*. a. 9, n. 34 Porto Alegre, 2018.
- MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. In. *Acta Scientiarum*, 21 n.1, 1999.
- MANOEL, Ivan. *Igreja e Educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. Maringá: Eduem, 2008.
- MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NUNES, Iran de Maria Leitão. *Ideal mariano e docência: a identidade feminina da proposta educativa marista*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e Dominação de Classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PELIKAN, Jaroslav. *Maria através dos séculos: seu papel na história da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PIO XI. *Divini Illius Magistri*, 1929. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html . Acesso em: Outubro de 2021.
- REZENDE, Tatiana de Fátima. *A Cultura Escolar e os significados da formação do sujeito nos Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora das Dores de São João del-Rei (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del Rei: São João del Rei, 2018.
- RIBEIRO, Rubia Soraya Lelis. *As fotografias de André Belo (1879-1941): imagens da modernidade em São João del Rei*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2006.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. In.: *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010, v. 2.

São João del-Rei e sua imprensa. In: DIÁRIO DO COMÉRCIO, 17 de agosto de 1938.

SCOTT, Joan. Gênero: categoria útil de análise histórica. In.: *Educação e Realidade*. a.20. n.2: jul./dez. 1995.

SILVA, Paulo Julião. *A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas*. Anais do XI Encontro Estadual de História. Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG).

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento. In. *Cadernos de Pagu*. n. 11, 1998.

SOUZA, Ney. Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. In.: *Revista de Cultura Teológica*, n. 55, 2006, v. 14

STELLA MARIS. Jornal do Colégio Nossa Senhora das Dores. São João del-Rei. 1938-1947.

Stella Maris. In: DIÁRIO DO COMÉRCIO, 7 de setembro de 1938.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Todos os periódicos da cidade de São João del-Rei aqui citados estão disponíveis no link: http://www.dibib.ufsj.edu.br/jornais/?fbclid=IwAR3IsUZZ4gt7_RbhYKOt5f2l1wgwVMLawVVE16swRACjfbTskZ0ZXDfu7Ys

Trechos do termo de reunião da Santa Casa da Misericórdia, presente em: ALVARENGA, Luís de Melo. *História da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei (1783-1983)*. Belo Horizonte: Gráfica Formato, 2009, p. 200-204.

VELOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura histórica. In: *R. Ci. Pol.*, Rio de Janeiro: 117-160, jul./set. 1978, a.21, n.3.

VENARD, Marc. O Concílio Lateranense V e o Tridentino. In.: *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

VIEIRA, Lucas Shuab. A imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método. Disponível em: www.bocc.ubi.pt.

VILLALTA, Luiz Carlos. *A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance*, p. 2. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/livroeleitura.pdf>.

ZEFERINO, Joycimar Lemos Barcelos. *Relação Escola e Religião Na Década De 30: O Impacto Do Manifesto Dos Pioneiros Da Educação Nova*. XII Congresso Nacional de Educação. PUC: Paraná, 2015.